

ANA MARIA GANZ

VIVÊNCIAS E FALAS  
TRABALHO FEMININO EM CURITIBA,  
1925 – 1945

Dissertação apresentada como requisito  
parcial à obtenção de grau de Mestre.  
Curso de Pós-Graduação em História, Setor  
de Ciências Humanas, Letras e Artes.  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Euclides Marchi

CURITIBA  
1994

ANA MARIA GANZ

VIVÊNCIAS E FALAS

TRABALHO FEMININO EM CURITIBA, 1925 - 1945

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Euclides Marchi

Departamento de História, UFPR

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marcia Dalledone Siqueira

Departamento de História, UFPR

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alcina de Lara Cardoso

Professora Aposentada, UFPR

CURITIBA

é tempo já de pensarmos em arredar à educação das moças as frivolidades de que a cercam; é tempo de nos sentarmos ao banquete do trabalho; é tempo de aprendermos a ser úteis, a ganhar meios de vida. Preparemos a nossa educação, mas uma educação que nos sirva de utilidade, e de que possamos lançar mão num caso de infortunio.

Ilnah P. Secundino, advogada, 1933.

Sei trabalhar e, enquanto puder lavar uma peça de roupa, não quero esmolas ...

Preta Luiza, lavadeira, 1930.

## AGRADECIMENTOS

A elaboração dessa dissertação fez parte da minha história durante os últimos quatro anos. Foram momentos de descobertas e incertezas, alegrias e angústias. Felizmente, não estive só. Muitos que estavam do meu lado colocaram-se à disposição para discutir, argumentar, aconselhar, oferecer uma palavra corajosa e amiga. A eles, o meu agradecimento sincero.

Agradeço aos Coordenadores do Curso de Pós-Graduação em História, Sérgio Odilon Nadalin e Ana Maria de O. Burmester, que sempre me atenderam com consideração e carinho. À Ivone Polo, que resolveu os meus problemas burocráticos com presteza. Aos meus professores do curso de Mestrado, por suas aulas pertinentes: Ana Maria de O. Burmester, Francisco Paz, Elvira Mari Kubo, Carlos Antunes dos Santos, Euclides Marchi, Cecília Westphalen, Maria Ighes Mancini de Boni, Alcir Lenharo. Aos demais professores que, em algum momento, também me prestaram ajuda: Maria Luiza Andrezza, Mariza Schaaf, Ronald Raminelli, Jair Miquelussi, Marionilde Brepohl de Magalhães, Judite Trindade, Alcina de Lara Cardoso, Regina Gouveia e Altiva Pilatti. Aos secretários do Departamento de História, Sérgio, Bernadete, Odete, Ive e Ana, pela atenção. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio recebido.

Ainda, devo muito à Marcia Siqueira, pela atenção e incentivo; à Elvira Mari Kubo, minha orientadora na graduação, pela constante lembrança e carinho; à Ariclê Vecchia, pela compreensão e amizade; à Odete Fruet, pelas conversas animadas e

estimulantes e à Etelvina Trindade, pelo apoio e por ter-me cedido preciosas fichas de periódicos da época, num momento crucial da pesquisa.

Agradeço a palavra amiga dos colegas de curso: Décio, Cynthia, Valter, Ezequiel, Angela, Dúnia, Roberto, Leandro, Ivonete, Marilda, Zélia e Sérgio. Devo agradecer também ao Eri-vam Karvat, com quem compartilhei as alegrias e venturas de ter encontrado "Preta Luiza" e "Maria Balão". Sou imensamente grata à Roseli Boschilia, Ana Paula V. Martins, Etelvina Trindade e Cynthia Roncaglio, companheiras de ofício, na luta por um espaço para as questões de gênero na academia.

Sou grata também ao grupo dos orientandos do Prof. Euclides Marchi que, gentilmente, leram os originais com interesse, propiciando uma troca intelectual: à Tatiana e ao Valfrido, pelo companheirismo; à Renata e ao Cláudio, pelas boas sugestões; à Iara e ao Flamarion, pela amizade construída nos corredores e salas de aula da Universidade; à Roseli e ao Eri-vam, pela cumplicidade nas nossas opções; à Léa, Christiane e ao Renato, pela solidariedade.

Ainda, devo muito a um profissional competente que esteve ao meu lado, guiando o rumo, o meu Orientador, Prof. Euclides Marchi. Ele ajudou a desfazer os "nós" da pesquisa, abriu os caminhos teóricos e metodológicos, incentivou a busca de fontes e a escrita do texto, fez críticas pertinentes, ajudou-me a solucionar as dúvidas cruéis que roubavam o meu sono. A dívida que eu e as mulheres da primeira metade do século contraímos com ele é, sem dúvida, impagável. Espero, ardentemente, que o resultado final esteja compatível com o nível elevadíssimo de suas orientações.

Tenho também uma grande dívida com os profissionais empenhados na guarda de documentos. Agradeço a gentil atenção de Paulo Roda, Clarice Tabora e Silmara da Biblioteca Pública do Paraná, e Dayse Andrade do Arquivo Público do Paraná, que tornaram a pesquisa agradável e estimularam-me nos momentos de angústia, diante da riqueza das fontes. Ainda, agradeço aos funcionários da Casa da Memória e do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. Sem a ajuda dos profissionais dessas instituições, de que tanto dependemos, nada seria possível.

Igualmente, agradeço a todos os jornalistas e editores dos periódicos da época, que revelaram as personagens dessa pesquisa e forneceram um material valioso para a história da mulher.

Não posso esquecer também de Simone e Rubens pela digitação. Agradeço à Marcia Aparecida Leite Ribeiro que, com seu interesse e capricho e com a ajuda de Mariza Ribeiro Miranda e Marly Leite Ribeiro Santos, finalizaram o trabalho de digitação do texto, em curto espaço de tempo, com muita presteza. Devo também muito ao Prof. Orlando Bogo que, com sua competência, ajudou-me nos meandros da língua portuguesa.

Minhas dívidas ainda são maiores. Agradeço à Alaíde Stocco, verdadeiro "anjo" a resolver problemas alheios, pela mão amiga nas horas difíceis; à Cacilda Scorsin, outro "anjo" empenhado na alegria dos que vivem ao seu lado (é para mim uma honra ser prima dessa mulher dos anos 90); à Ione Azevedo, que disse a palavra certa na hora certa; à Dona Alice, pelo carinho e ajuda; à Fafi, minha amiga silenciosa; ao Dr. Otto Stammer (in memoriam), entusiasta da educação; a três professoras de

História que estão incentivando o gosto dos estudantes pela disciplina, Denise de Farias, Delize Gnoatto Netto e Ivana Tomasi e ao "seu" João Ribeiro, igualmente professor de História, que nunca se esquece de mim. Obrigada.

Ainda devo muito à minha mãe, Neusa, pelo carinho, atenção e preocupação, e por ela ter compartilhado comigo as vivências de "seu tempo", fazendo-me compreender melhor as mulheres estudadas. Agradeço ao meu pai, Herminio pelo interesse e preocupação. Sou igualmente grata à Angela, minha irmã, pelo apoio e incentivo que só uma irmã sabe dar. Agradeço esses quatro anos compartilhados, onde resolvemos uma o problema da outra, às vezes, mesmo sem saber. Sou grata ao meu tio Mario (in memoriam) que, apesar da distância que nos separa, sei que não se esqueceu de mim e ao tio Humberto, pela amizade.

Tenho uma enorme dívida de gratidão com meus amigos, parentes, colegas e professores, que sempre me encorajaram. Cada um deles sabe a quem me refiro e lhes agradeço do fundo do coração.

Este texto é dedicado às minhas avós Lúcia Vendramim (empalhadeira de cadeiras) e Angela Ganz (leiteira), mulheres da década de 30, que tiveram as suas vivências de trabalhadoras em Curitiba e a todas as mulheres que me emprestaram as suas histórias.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	iv
INTRODUÇÃO .....	1
1 APRENDENDO O OFÍCIO .....	12
1.1 O CORAÇÃO PALPITANTE .....	12
1.2 PARTEIRA NÃO É MÉDICA! .....	15
1.3 ANJO VIGILANTE .....	21
1.4 MISSÃO OU PROFISSÃO? .....	26
1.5 EM MUITAS OUTRAS SALAS DE AULA .....	32
1.6 FELIPPA, ENTRE OUTRAS .....	37
1.7 MARIA, A POLENTA .....	40
2 TRABALHANDO NA CASA DOS OUTROS .....	44
2.1 CATARINA, ENTRE OUTRAS .....	44
2.2 ANJO PERIGOSO .....	55
2.3 O PERIGO DENTRO DE CASA .....	57
2.4 DE MUCAMA A MELINDROSA .....	61
2.5 NOS PARTICULARES DA VIDA .....	67
3 FAZENDO PEQUENOS NEGÓCIOS .....	72
3.1 NA RUA, AS VENDEDORAS AMBULANTES .....	72
3.2 NO COMÍCIO DAS MULHERES, AS LEITEIRAS .....	78
3.3 NOS BARES E PENSÕES .....	89
3.4 NOS "ATELIERS" E SALÕES .....	96
3.5 PROFISSÕES PERIGOSAS .....	99
3.6 EM OUTROS LOCAIS DE TRABALHO .....	109
4 FALANDO SOBRE O TRABALHO .....	115
4.1 AS FALAS CULTAS .....	116



4.1.1	A Professora Farol do Feminismo .....	116
4.1.2	A Advogada do Trabalho .....	123
4.1.3	A Jornalista Engajada no Trabalho .....	131
4.1.4	A Poetisa da Volta ao Lar .....	133
4.2	AS FALAS "QUASE" OCULTAS .....	135
4.2.1	A Lavadeira Filósofa .....	135
4.2.2	A Mendiga que Queria ser Doméstica .....	141
4.2.3	A Mendiga Ébria .....	144
4.3	UMA MULHER FALANDO DE OUTRA MULHER .....	149
4.4	REUNINDO AS FALAS .....	153
	CONCLUSÃO .....	158
	FONTES .....	163
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	167

## INTRODUÇÃO

As trabalhadoras, as vivências, as falas. Esta pesquisa medeia estes temas e encontra-os no plural numa cidade que acolhe mulheres de todos os tipos e ideais. As personagens estudadas são as trabalhadoras urbanas de Curitiba de 1925 a 1945, que têm em comum o fato de serem portadoras de um saber com o qual desempenham uma atividade profissional.

Entre tantas trabalhadoras urbanas, a pesquisa dirige-se a algumas especificamente: àquelas que exercem uma atividade com um certo saber adquirido institucionalmente por meio dos processos de escolaridade formal ou na prática diária. Entre estas estão: as médicas, parteiras, enfermeiras, advogadas com seus saberes aprendidos, cada vez mais, nas salas de aula e as portadoras de ofícios místicos conquistados no dia-a-dia, como as benzedadeiras, sortistas e massagistas; as empregadas domésticas possuidoras dos segredos do lar; as fazedoras de pequenos negócios, como as vendedoras ambulantes que tiveram a rua como escola e as donas de estabelecimentos comerciais, garçonetes e trabalhadoras de lojas e escritórios, sabedoras das artes de negociar.

A participação da mulher no mercado de trabalho curitibano da Primeira República deve, segundo Etelvina Trindade, as suas premissas à influência do pensamento liberal em detrimento do positivista. O liberalismo, buscando o desenvolvimento e a modernização do país, veio favorecer as aspirações profissionais femininas. Entretanto, estas encontraram argumentos que pretendiam restringi-las, através da tese da inadequação feminina à tarefas que excedam os

limites do lar.<sup>1</sup> Mas, isso não foi suficiente para impedi-las de aproveitar as oportunidades abertas pela indústria, comércio e serviços em meados do século XIX. Etelvina Trindade encontrou uma curitibana da Primeira República dona de mil faces e múltiplos contornos,<sup>2</sup> decalque dos modelos fornecidos e também o seu reverso. Um exame da vivência feminina mostrou a sua presença no trabalho, no lazer, nas manifestações culturais testemunhada nas colunas dos periódicos da cidade. Entre a dona de casa e a meretriz aparece um grande número de mulheres, empenhadas nas mais variadas atividades e situações, do lazer ao trabalho e do trabalho à marginalidade.<sup>3</sup>

Curitiba, na década de 1920, já tinha uma série de indústrias, sobretudo as pequenas unidades produtoras de bens de consumo, como produtos alimentícios, vestuário, fósforo, etc. Em 1940, contava com 140.656 habitantes e 83,4% das indústrias do Estado estavam na Capital, bem como 74,5% dos serviços. Ao lado do sistema fabril estava organizada uma rede de ocupações, dos mais variados níveis, onde atuavam profissionais liberais, empregados do comércio e escritórios, da administração pública e ambulantes. Curitiba, município preponderantemente urbano, possuía atividades definidas pela prestação de serviços e atividades comerciais e domésticas em relevância.<sup>4</sup>

A presença feminina, tanto no sistema fabril, quanto nas

<sup>1</sup>TRINDADE, Etelvina. Clotildes ou Marias, Mulheres de Curitiba na Primeira República. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p.164-166.

<sup>2</sup>Ibid. p.307.

<sup>3</sup>TRINDADE, Etelvina. Curitiba, 1900 e o mito da mulher submissa. In: REUNIAO [DA] SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 10, 1991, Curitiba. Anais ... Curitiba, SBPH, 1991. p.266-267.

<sup>4</sup>COMNINOS, Constantino. Contribuição para a análise das possibilidades industriais na região de Curitiba. Mão-de-Obra. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE CURITIBA, 1. Curitiba : [S.N.], 20 a 26 de março de 1966. p.9. Para Comninos, serviços inclui prestação de serviços, comércio, atividades do setor de transporte e comunicação e atividades domésticas.

atividades vinculadas à prestação de serviços e ao comércio não era um dado novo. Há algum tempo atuavam como profissionais nestes setores. Amilcar Salgado dos Santos, ao visitar Curitiba em 1943, encontrou na Tecelagem de Fitas Wenske & Cia. dezenas de moças trabalhando nos maquinários ou teares.<sup>5</sup> Segundo Constantino Comninos, a mão-de-obra feminina, em 1940, atingia o total de 10,8% nas atividades industriais e 60,5% no setor terciário.<sup>6</sup>

Todavia, nos periódicos da cidade, desde a década de 20, o trabalho feminino foi objeto de destaque. Em 1925, a Gazeta do Povo, atendendo aos seus leitores, abriu uma coluna de Pequenos Anúncios onde trabalhadores e principalmente trabalhadoras encontravam boas oportunidades. Nessa e em outras páginas, o jornal ressaltava o trabalho profissional da mulher. Elas foram descritas atuando nos empregos domésticos, livrarias, confeitarias, bares, lojas, salões, ateliers e escritórios. Atividades que exigiam andanças pela cidade também eram realizadas pelas mulheres, na posição de leiteiras, floristas, vendedoras de verduras ou de bilhetes de loteria. Atuavam também como enfermeiras, parteiras e professoras. Algumas chegaram até às faculdades, recebendo o diploma em medicina, engenharia, direito etc. Todas essas profissionais despontavam nas páginas dos periódicos.

Entretanto, desde meados do século XIX, as mulheres já ocupavam o mercado de trabalho. Segundo Maria Valéria Pena, a participação feminina na prestação de serviços pessoais no Bra-

---

<sup>5</sup>SANTOS, Amilcar. Na terra dos pinheirais. Quatro vezes em terras paranaenses. [S.l.:s.n.], 1943. p.54. Foi mantida a ortografia original em todas as citações de época.

<sup>6</sup>COMNINOS, C. p.12.

sil é significativa desde o final do século passado.<sup>7</sup>

Este trabalho resgata aquelas mulheres que a historiografia deixou esquecida durante décadas e que recentemente estão sendo recuperadas. As últimas incursões historiográficas estão se afastando cada vez mais dos estereótipos femininos e buscando os papéis históricos representados pelas mulheres e, para tanto, faz-se necessário rastrear a informação mais humilde, adivinhar a imagem mais apagada e reexaminar o discurso mais repetido. Para Mary Del Priori, as zonas de análise mais produtivas são as nebulosas, onde encontramos as mulheres anônimas e seus poderes informais por trás da ficção do poder masculino. Para ela, a história da mulher é uma história de complementaridades sexuais, onde se interpenetram práticas sociais, discursos e representações do universo feminino como uma trama, intriga e teia. As novas temáticas a reconciliam com um novo conceito de tempo na história: o dia-a-dia (....).<sup>8</sup>

Reconciliadas com o dia-a-dia, mulheres pobres trabalhadoras paulistanas do século passado foram analisadas por Maria Odila Dias ultrapassando a sala de visitas da História, indo até aos fundos da casa, às cozinhas e oficinas e aqueles lugares onde se movem as figuras menores e furtivas. Encontrou os pequenos, que viveram um tempo subjacente, as testemunhas da opressão, e as mulheres que viviam à margem do sistema e do trabalho dignificante, conflitando para sobreviver.<sup>9</sup>

Lutando contra os mitos, normas e estereótipos, Maria Odila busca retirar as mulheres de espaços míticos sacralizados onde exerciam misteres apropriados, à margem dos fatos e ausentes da história. Para encontrar os

---

<sup>7</sup>PENA, Maria Valéria. Mulheres e trabalhadoras. A presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981. p.129.

<sup>8</sup>DEL PRIORI, Mary. A mulher na História do Brasil. São Paulo : Contexto, 1989. p.10, 11, 13.

<sup>9</sup>DIAS, Maria Odila. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo : Brasiliense, 1984. p.3-4. (Do prefácio de Ecléa Bosi).

papéis históricos das mulheres pobres, lê nas entrelinhas dos documentos, reúne dados dispersos, esmiúça o implícito e depara-se com as mulheres analfabetas improvisando papéis informais para os quais não há preparo nem aprendizado,<sup>10</sup> num cotidiano repleto de tensões sociais.

Mulheres portadoras de conhecimentos empíricos também foram encontradas por Michelle Perrot entre as parisienses pobres do século XIX que buscavam maneiras de se empregar, realizavam coletivamente motins por alimentos, e possuíam poderes e saberes, principalmente médicos e religiosos. Poderes no plural, equivalentes a influências difusas e periféricas, onde as mulheres têm a sua grande parcela,<sup>11</sup> que se estilhaçam em múltiplos fragmentos.

À procura das mulheres em ação, Michelle encontra a mulher do povo atuando na cidade como rainha dos pequenos ofícios e do comércio miúdo parisiense e na fábrica se rebelando contra as máquinas, na tentativa de garantir uma forma de produção doméstica, que lhe permitisse manter um certo controle, principalmente sobre o emprego do tempo. Encontra também a dona de casa parisiense, dona de um tempo picotado, mas variado e relativamente autônomo, no pólo oposto ao do tempo industrial<sup>12</sup> e seu espaço de ação: não o interior da casa, mas o exterior, a rua.

Para chegar até essas mulheres, enfrenta os silêncios dos arquivos públicos e dos documentos ou a mediação perpétua e indiscreta da escrita masculina que possui o monopólio do texto e da coisa pública<sup>13</sup> OU

---

<sup>10</sup>Ibid. p.7, 36.

<sup>11</sup>PERROT, Michelle. Os excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. p.167.

<sup>12</sup>Ibid. p. 201, 200.

<sup>13</sup>Ibid. p.186.

ainda, a especificidade e a raridade do texto feminino e sua quase sempre fatal auto-destruição. Mas, mais que a escrita proibida é ao mundo mudo e permitido das coisas que as mulheres confiam sua memória: roupas, objetos, presentes, fotografias, etc. Afastadas da escrita, a memória das mulheres é verbo.<sup>14</sup>

A existência de um campo novo da História Social, que pluralizou os seus objetos de investigação, tornou-se um veículo para a história da mulher e permitiu a sua legitimidade. No final da década de 1970, a questão da diferença sexual colocou-se como um problema a ser analisado. Gênero<sup>15</sup> foi o termo usado para teorizar a questão e na década de 80 a categoria foi estendida à questão das diferenças dentro da diferença. Os estudos sobre a mulher caminharam questionando a existência de uma essência feminina. Declararam que a mulher é uma construção social e portanto, não existe a Mulher e sim as mulheres. A Mulher, gênero universal, foi substituída por uma pluralidade de mulheres,<sup>16</sup> que existem na concretude histórica e social.

A essas mulheres no plural foi dado o direito, por mais humildes que sejam, de terem a sua história. Esta pesquisa busca essas mulheres e encontra-as experimentando vivências pessoais e públicas, de onde se tenta buscar a sua participação na

---

<sup>14</sup>PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. A mulher e o espaço público. São Paulo : ANPUH, Marco Zero, v.9, n.18, ago.89/set.89. p.13, 15.

<sup>15</sup>"A noção de identidade de gênero refere-se à construção social do sexo, ou seja, aos papéis e valores que o constituem em dado momento histórico, em uma sociedade particular, englobando o sexo biológico". FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria; HEILBORN, Maria. Antropologia e feminismo. Perspectivas Antropológicas da Mulher, Rio de Janeiro : Zahar, v.1, 1981. p.16.

<sup>16</sup>FRANCHETTO, Bruna. p.33.

época.<sup>17</sup>

As atividades profissionais pesquisadas são aquelas que não se enquadram no denominado trabalho fabril e, portanto, reservam para a mulher um certo controle sobre o processo de seu trabalho e um certo resguardo de seu saber de trabalhadora, mesmo que parcial.

Falando sobre a origem do parcelamento das tarefas, Stephen Marglin afirma que a concentração dos operários nas fábricas não se deu por razões de superioridade técnica, mas devido ao fato de que esta tirava do operário o controle do processo produtivo, transferindo-o para os capitalistas. Opinião semelhante é de Edgar de Decca que afirma que a fábrica surgiu muito mais por imperativos organizacionais capitalistas de trabalho do que por pressões tecnológicas. Assim, ao trabalhador fabril fica vetado o controle do processo produtivo. O sistema de fábrica apresenta-se como um universo (imaginário e real) onde são produzidas as relações sociais e onde se dá uma particular e decisiva apropriação do saber.<sup>18</sup> Nela, a divisão social do trabalho retira o saber que os trabalhadores detinham quando atuavam com autonomia no domínio do processo produtivo.

Contrariamente, nas atividades profissionais pesquisadas, as trabalhadoras se utilizam de um saber que é mais individualizado e menos rotineiro do que o executado na fábrica, propiciando uma maior autonomia.

Paralelamente às vivências profissionais, mantidas por um saber prático ou resguardadas por um saber institucionaliza-

---

<sup>17</sup>Esta pesquisa também beneficiou-se das abordagens metodológicas de DAVIS, Natalie. Culturas do Povo. Sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990 e GRAHAM, Sandra. Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo : Cia. das Letras, 1992.

<sup>18</sup>DECCA, Edgard de. O nascimento das fábricas. São Paulo : Brasiliense, 1986. p.32, 39.



do, as trabalhadoras apresentam as suas falas heterogêneas e, muitas vezes, perdidas para sempre, já que os modos de registro das mulheres estão ligados a sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade.<sup>19</sup> Advogadas e professoras as preservaram nos livros; já as mendigas e lavadeiras foram reveladas pelo testemunho da imprensa, que publicou as suas falas e vivências. As mulheres pouco letradas emergem nas páginas dos jornais, fazendo reclamações ou dando entrevistas, embora raras. Entretanto, seja através dos livros ou do jornal elas contam um pouco de suas vivências como mulheres e como trabalhadoras.

Caminhar pelas vivências e falas das trabalhadoras, buscar as mulheres da primeira metade do século XX foi uma aventura estimulada por um estudo anterior sobre a atuação das leiteiras das primeiras décadas do século,<sup>20</sup> o qual acabou despertando a atenção para outras profissões femininas. O contato direto com as fontes, principalmente a imprensa periódica, abriu o leque de atividades exercidas pelas mulheres, mostrou as suas vivências, testemunhou as suas falas, demonstrou a sua diversidade.

O recorte pelo viés da categoria trabalho, privilegiando-se as formas de ocupação vinculadas a um determinado controle do saber, provém da intenção de, além de analisar um tipo de trabalho onde a presença feminina é marcante, incluir na análise mulheres de várias categorias profissionais, e demonstrar que um outro universo do trabalho, paralelo ao fabril, é igualmente importante.

---

<sup>19</sup>PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina ... p.15.

<sup>20</sup>GANZ, Ana H.; GANZ, Angela L. A questão do leite em Curitiba: O saber preventivo e a resistência cotidiana (1890-1920). Curitiba, 1988. Monografia (Bacharelado em História), UFPr.

A periodização 1925-45 está relacionada ao fato de que as evidências do trabalho feminino aparecem com mais freqüência a partir de 1925, demonstrando uma participação crescente da mulher na sociedade do trabalho. Nesse ano, a Gazeta do Povo elabora uma coluna de Pequenos Anúncios para reunir aqueles que anteriormente eram apresentados soltos, ocupando os espaços vazios. Durante as décadas de 30 e 40, a coluna cresce e diversifica-se em: vende-se, compra-se, precisa-se, oferece-se, etc. Até 1945 ocupa uma página do jornal. A partir dessa data, amplia-se sobremaneira. A periodização da pesquisa foi delimitada, então, a partir de um incremento na apresentação dos anúncios, até o momento em que a coluna mantém as mesmas características iniciais. A Gazeta do Povo e os demais periódicos também trouxeram informações, crônicas e matérias jornalísticas mais ricas, sobre as profissões femininas, entre o fim da década de 20 e a primeira metade da de 40. Além disso, neste período quase não há estudos sobre a mulher e a sua vivência no trabalho. A historiografia privilegia o século XIX e a Primeira República.

A imprensa periódica foi eleita como a fonte básica para a pesquisa. A Gazeta do Povo, comprometida após 1930 com o governo da época, apresenta notícias esportivas, sociais, políticas (internacionais, nacionais, locais), anúncios e notícias variadas sobre os temas de discussão nacional. Apresenta, ainda, páginas específicas como a Gazeta Jurídica, a Gazeta Infantil e a Gazeta Feminina, esta última tratando de temas principalmente relacionados à moda e à poesia. O Diário da Tarde, de postura política independente, apresenta notícias decorrentes de vários setores da sociedade e realiza críticas à administra-

ção pública. Artigos sobre emancipação feminina, vida proletária, comunismo, integralismo, maçonaria são freqüentes.

Nesses dois periódicos foram coletados artigos variados sobre a vivência e a fala das trabalhadoras: pequenos anúncios de empregos requerendo domésticas, trabalhadoras do comércio, parteiras, enfermeiras, etc.; artigos sobre a emancipação feminina e suas reivindicações; notícias policiais, envolvendo suicídios, roubos, assassinatos, brigas, desaparecimentos, abortos clandestinos nos quais as trabalhadoras tinham alguma participação, quer como vítimas, quer como mentoras; e matérias variadas sobre o trabalho da mulher.

A utilização da imprensa periódica seguiu as pistas propostas por Etelvina Trindade em "Clotildes ou Marias", onde a autora afirma:

O preconceito que discrimina as fontes periódicas, considerando-as contaminadas porque relatos de segunda mão, pôde ser neutralizado à medida que sua utilização prendeu-se muito mais ao testemunho temporal que elas traziam do que a sua utilização enquanto expressão da realidade. Assim, justamente por serem relatos, eles desvendaram talvez mais efetivamente o que se pensava e se vivia na cidade nesse período.<sup>21</sup>

A imprensa periódica, apesar de sua fragmentação, é uma fonte muito rica e fascinante para a história da mulher. Nela palpitam as vivências variadas de muitas trabalhadoras, bem como revela-se a época, ou como diz Bárbara Tuchman, ela propiciã o tempero do momento, O sabor da época.<sup>22</sup>

Ainda, entre as fontes estão os livros, artigos e conferências das feministas, discutindo temas como educação e trabalho femininos; as obras biográficas escritas por Maria Nico-

---

<sup>21</sup>TRINDADE, Etelvina. Clotildes ou ... p.3.

<sup>22</sup>TUCHMAN, Bárbara. A prática da história. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1991.

las;<sup>23</sup> publicações administrativas como relatórios governamentais e da Faculdade de Medicina do Paraná, e livros da época que descrevem a vivência urbana.

O contato com essas fontes permitiu um encontro com as trabalhadoras: com as vivências das mulheres que adquiriram um conhecimento nas salas de aula, como as professoras devotadas à sua missão e as médicas portadoras do título de doutora; com aquelas que, sem precisar da ciência, eram donas da cura e do futuro, como as sortistas e massagistas; com as que aprenderam os seus saberes no universo da casa, como as domésticas, que habilmente partilhavam da intimidade dos seus patrões; com as trabalhadoras que tiraram a sua sabedoria das ruas da cidade, como as vendedoras de verduras de fala musicada e as leiteiras defensoras de seu pequeno comércio; com aquelas que tinham no comércio toda a sua arte, como as donas de estabelecimentos provedoras de sua autonomia e as garçonetes que ocuparam os espaços masculinos. Em seguida, o encontro é com a fala da mulher que trabalha, quando se podem ouvir, mesmo que através de mediações, as vozes da professora feminista; da advogada defensora dos direitos da mulher; da jornalista engajada no trabalho; da poetisa da volta ao lar; da lavadeira defensora de seu modo de vida; das mendigas pouco ou nada propícias ao trabalho; e da mulher que fala encantada de uma outra mulher, muito especial.

Em meio a essas vivências e falas sobressaem as trabalhadoras urbanas sabedoras dos seus ofícios. Ao leitor, o convite para um encontro com todas elas.

---

<sup>23</sup>Maria Nicolas nasceu em Curitiba, em 1899. Foi professora, escritora, teatróloga e pintora. Colaborou nos jornais O Dia e Diário da Tarde. Pertenceu à Academia Feminina de Letras do Paraná e ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. Boa parte de sua obra como escritora caracterizou-se pelo estudo biográfico, como "Almas das Ruas", "Vultos Paranaenses" e "Pioneiras do Brasil" etc.

## 1 APRENDENDO O OFÍCIO

### 1.1 O CORAÇÃO PALPITANTE

Em 1935, uma médica, de pouco mais de 20 anos, que trabalhava na Maternidade Victor do Amaral onde foi diretora, apaixonou-se por um terceiro sargento. Devido às diferenças sociais e culturais, a sociedade e a família da moça passaram a pôr impecilhos ao caso amoroso. A resposta dos apaixonados veio com a fuga da médica da casa de seus pais. A imprensa, relatando o caso com destaque mas também com discrição, afirmou que tinha sido a vitória do amor. Perguntava se a médica não podia amar, como qualquer mulher, somente porque era doutora?<sup>1</sup>

Ao relatar a fuga dos apaixonados de categorias profissionais diferentes, o jornal, em nenhum momento, citou seus nomes ou o de suas famílias. Como tornar-se médica requeria altos investimentos, a medicina era uma profissão exercida principalmente por pessoas abastadas, que não gostavam de ver os seus nomes de família expostos. A posição social da médica, anônima para os pesquisadores, mas não para a sociedade da época, impediu que isso acontecesse.

Os saberes dessa médica, adquiridos numa Faculdade de Medicina, eram valorizados socialmente; já os do terceiro sargento eram considerados inferiores. Exigia-se dele equivalência. Como eram menores, a união não teve o reconhecimento social e familiar, precipitando a fuga.

---

<sup>1</sup>UMA JOVEM, formada em medicina, abandona o lar para seguir o coração. Gazeta do Povo, Curitiba, 05-07-1935. p.6.

Esse acontecimento do inverno curitibano de 1935 foi muito comentado, pois não era um fato comum na cidade.

A abertura da medicina às mulheres já era algo que estava sendo conquistado há algum tempo. Seguindo o caminho aberto pela Dra. Maria Falce de Macedo, primeira mulher a formar-se pela Faculdade de Medicina do Paraná, em 1919, algumas curitibanas estavam conquistando um diploma numa profissão que ainda era considerada reduto masculino.

Nas décadas de 30 e 40, cada vez mais, as mulheres marcavam presença nos cursos superiores. Em 1932, Ione Busse concluía o curso de medicina ao lado de 19 colegas e dos 526 alunos matriculados na Faculdade de Medicina do Paraná, em 1943, 33 eram do sexo feminino.<sup>2</sup>

Entretanto, nesta instituição a Dra. Maria Falce de Macedo, em 1929, tornou-se a primeira mulher a ocupar uma cátedra universitária no Brasil, lecionando na Cadeira de Química Fisiológica. A instituição possuía ainda auxiliares de ensino, como a Dra. Clara Glasser, assistente da Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil, a Dra. Elisa Checchia, interna na Clínica Obstétrica e a Dra. Iolanda Faria, assistente da Clínica Neurológica. Apesar de formadas médicas, elas adotavam, paralelamente à sua atividade profissional, a função de professora, reconhecida como ideal para as mulheres.

Algumas médicas se especializaram no atendimento ao público feminino e infantil. A Dra. Clara Glasser escrevia na imprensa sobre assuntos médicos relacionados à mulher e à in-

---

<sup>2</sup>PARANÁ. Faculdade de Medicina. Relatório, 1932. Apresentado à Congregação pelo Dr. Victor F. do Amaral, em 3 fev. 1933. Curitiba : Max Roesner & Filhos Ltda., 1933. p.26.

PARANÁ. Faculdade de Medicina. Relatório, 1943. Apresentado à Congregação pelo Dr. Victor F. do Amaral, em 12 jan. 1944. Curitiba : Tip. João Haupt, 1944. p.13.

fância, e ministrava cursos de puericultura no Centro Paranaense de Cultura Feminina. Como médica do Hospital das Crianças, anunciava as suas especialidades:

Especialista em moléstia de senhoras e crianças.

Esterilidade.

Distúrbios da esfera sexual feminina - exames pré-natal e pré-nupcial grátis às quintas-feiras.<sup>3</sup>

Mesmo sendo capaz de atender pacientes de ambos os sexos e com problemas em todas as áreas da Medicina, a Dra. Glasser, como outras médicas, especializou-se num campo tradicionalmente feminino: o da reprodução biológica e o infantil.

As próprias mulheres avaliavam positivamente a conquista da profissão. Segundo Arlete Cordeiro, é a médica que reunindo em si o carinho e a sabedoria, transpõe com mais facilidade as duras barreiras que carecem de jeito e perspicácia para transpô-la.<sup>4</sup> Colocando as qualidades ditas femininas como essenciais ao exercício da profissão, ao lado dos princípios sistematizados adquiridos, a médica retoma a tese da adequação feminina a algumas profissões, no caso, a Medicina.

A expansão capitalista na cidade abriu espaços profissionais para as mulheres que desejavam exercer o seu direito ao trabalho e, aos poucos, acabaram por invadir os espaços predominantemente masculinos. Apesar de um discurso dos ofícios<sup>5</sup> que sexualizava a linguagem do trabalho, delimitando, para cada sexo, como diz Michelle Perrot, sua função, seus papéis, suas tarefas e seus espaços, as práticas das mulheres demonstraram que elas estavam dispostas a invadir funções, papéis, tarefas e espaços que, até então, estavam sob o domínio masculino. Dis-

---

<sup>3</sup>GLASSER VILLA, Dra. Clara. Gazeta do Povo, Curitiba, 13-02-1936. p.5.

<sup>4</sup>CORDEIRO, Arlete Sá. A verdadeira mulher. Diário da Tarde, 2ª ed., Curitiba, 04-10-1935. p.3

<sup>5</sup>PERROT, Michelle. Os excluídos ..., p.178.

tante dos estereótipos, como quer Maria Odila Dias, as mulheres abastadas que encontraram na Medicina a sua profissão, iniciaram-se num setor pouco tradicional do trabalho feminino.

Ainda que causasse algum espanto aos contemporâneos, ser doutora tornar-se-ia cada vez mais freqüente no decorrer do período, abrindo um campo valorizado social e culturalmente. Cada vez mais o coração das mulheres palpitava pela profissão.

## 1.2 PARTEIRA NÃO É MÉDICA!

Diferentemente das médicas, as mulheres, na profissão de parteira, representavam a quase totalidade dos profissionais.

Elas colocavam na imprensa anúncios sobre suas atividades. A maioria fazia questão de resguardar-se citando a instituição onde se licenciou. Etelvina Espindola Reis anunciava os seus serviços na Gazeta do Povo, informando que era diplomada pela Faculdade de Medicina do Paraná, com estágio na Maternidade Victor do Amaral, o que lhe permitia atender casos relacionados à puericultura, higiene pré-natal, dietética, partos, tratamento precoce da gravidez. Rosa Pradi, da Maternidade,<sup>6</sup> avisava os seus clientes que atendia chamados a qualquer hora.

Algumas apresentavam-se como madames, como Mme Eliza Zaninotti, que possuía sete anos de serviço em Ponta Grossa ou Madame Ella que apresentava ótimas referências profissionais:

Parteira diplomada pela Clínica Obstétrica da Universidade de Leipzig. Parteira da Clínica Obstétrica da Universidade de Berlim, Prof. Dr. Bunn. Do Hospital Sofia Charlottenstrasse, Berlim, Westendend. Assistente em enfermeira durante a Guerra Européia, 24 anos de prática. 15 anos no Brasil. Av. Sete de Setembro, 1528.<sup>7</sup>

Na outra ponta da escala social estavam as que apenas

---

<sup>6</sup> PEQUENOS Anúncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 29-11-1934. p.5. A PARTEIRA Rosa Pradi, da Maternidade. Gazeta do Povo, Curitiba, 03-12-1927. p.1.

<sup>7</sup> MADAME, Ella. Diário da Tarde, 2<sup>a</sup> ed., Curitiba, 04-01-1935. p.4.



colocavam o seu nome e endereço nas colunas dos jornais, provavelmente porque eram práticas, como Silvia A. Carnascialli, moradora na Av. Silva Jardim. Ainda, muitas donas de casa exerciam a atividade quando necessário. O aprendizado dessas profissionais se dava através do acompanhamento de partos feitos por outras mais experientes ou, então, em situações de emergência, onde a cooperação e a coragem funcionam como anestesia contra o medo e a insegurança.<sup>8</sup>

Muitas das que colocavam os seus anúncios nos jornais se diziam diplomadas pela Faculdade de Medicina do Paraná. Entretanto, não eram. Quando a Maternidade Victor do Amaral foi criada, em 1914, as aparadeiras foram convidadas para receberem durante 3 meses as noções indispensáveis ao ofício que exerciam. Em 1922, as que freqüentassem a Maternidade durante um ano e prestassem exame oral recebiam permissão para exercer o seu ofício. A partir de 1923, a Faculdade de Medicina admitia mulheres para assistir às aulas de Clínica Obstétrica e fazerem um estágio, recebendo um certificado de licenciadas para o Estado do Paraná.

Em 1932, na Faculdade de Medicina do Paraná foi criado o curso de Enfermagem Obstétrica, anexo à Cadeira de Clínica Obstétrica. Nesse curso, reduto exclusivamente feminino, formaram-se na primeira turma 9 mulheres.<sup>9</sup>

Além do trabalho autônomo, as profissionais podiam trabalhar em maternidades, como Antonia Cicatkova, primeira parteira da Maternidade Victor do Amaral, no início da década de

---

<sup>8</sup>SCAVONE, Lucila. As múltiplas faces da maternidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.54, ago. 1985, p.48.

<sup>9</sup>PARANÁ. Faculdade de Medicina. Relatório, 1933. Apresentado à Congregação pelo Dr. Victor F. do Amaral, em 06 jan. 1934. Curitiba : J. Haupt, 1934. p.14.

30 ou a enfermeira obstetra Matilde Ceschin, da mesma maternidade, que ao se aposentar, na década de 40, teve o seu retrato colocado numa das salas da instituição onde trabalhou desde a juventude.

Em 1938, segundo o Regulamento Sanitário do Estado, as parteiras e as enfermeiras obstetras só poderiam exercer o seu ofício depois de registradas no Departamento Nacional de Saúde e na Repartição Sanitária, determinando que apenas deveriam prestar os cuidados indispensáveis às parturientes e ao recém-nascido nos casos normais,<sup>10</sup> vedando-lhes prestar assistência além dos casos de urgência, ou fora do período do parto recolher parturientes em sua residência, manter consultório e prescrever medicação.

Entretanto, no dia-a-dia, as parturientes procuravam as profissionais. Em 1935, Maria estava se tratando com uma parteira-enfermeira que lhe fazia alguns curativos ginecológicos, buscando curá-la de resfriado interno. Como a medicação não estava fazendo efeito, escreveu ao Consultório de Ensinamentos às Mães, uma coluna mantida pelo Dr. Aluizio França, no jornal Gazeta do Povo. O médico, abismado, achando que este era um caso de polícia e de denúncia à Repartição de Saúde Pública, afirmou:

Eu não posso acreditar que a senhora ignore que Parteira não é Médica e que por conseguinte não sabe curar coisa alguma. Não sabe, não deve e é proibida de exercer a medicina, porque a parteira que se mete a receitar e a fazer tratamentos é charlatã.<sup>11</sup>

Os médicos estavam lutando pela cientificidade da prática médica e, para tanto, desvalorizavam e criticavam a atua-

---

<sup>10</sup>PARANA. Decreto nº 6.155 e Regulamento Sanitário. Dá a nova organização à Diretoria Geral de Saúde Pública. Diário Oficial do Estado, Curitiba, edição extraordinária, 1938. p.240.

<sup>11</sup>FRANÇA, Aluizio. Consultório de Ensino às Mães. Gazeta do Povo, Curitiba, 01-08-1935. p.3.

ção de outros profissionais, não admitindo a existência de uma pluralidade de saberes sobre o corpo.<sup>12</sup> Quanto às parteiras, deveriam restringir suas atividades ao parto em si, deixando para eles todos os outros problemas ginecológicos da mulher, já que se colocavam como os únicos capazes de delinear as condutas relacionadas à saúde. Mesmo nos cuidados referentes aos bebês, antes domínio exclusivo das mulheres, as práticas transmitidas oralmente foram desautorizadas pelos doutores. Entretanto, convivendo com o saber popular sobre o parto, a obstetrícia permaneceu até as primeiras décadas do século XX como uma prática urbana e elitista.<sup>13</sup>

No século XIX, segundo Michelle Perrot, o nascimento era um ato privado, tema das conversas entre mulheres. Com a sua medicalização, o médico passa a ser uma presença cada vez mais assídua junto à parturiente. Entretanto, as parteiras não perderam o seu lugar. Por questões de preço, pudor ou tradição, elas continuaram sendo chamadas.

No Rio de Janeiro do século passado, enquanto os médicos assistiam aos partos das mulheres ricas, as parteiras auxiliavam indistintamente ricas e pobres. Sandra Graham encontrou profissionais diplomadas em Paris, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e as chamadas curiosas, aparadeiras ou comadres, que não tinham nenhum treinamento especial além da experiência.<sup>14</sup>

Já dar à luz no hospital, tanto na Europa como no Rio de Janeiro, era sinal de pobreza, e principalmente de vergonha e solidão; para lá vão as

---

<sup>12</sup>RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar. Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985. p.127.

<sup>13</sup>DEL PRIORI, Mary. A Mulher na história do Brasil. p.54.

<sup>14</sup>GRAHAM, Sandra. Proteção e Obediência ... p.98.

mães solteiras.<sup>15</sup> Em Curitiba, o Dr. Victor do Amaral, diretor da Maternidade do Paraná, que atendia as mães desvalidas, reclamava que essa mentalidade ainda permanecia:

Há entre nós espíritos irreflectidos que chegaram a afirmar ser a instituição de Maternidade um incentivo ao desvio de moças levianas, por lhes proporcionar um refúgio em caso de gravidez.<sup>16</sup>

Na maternidade, apesar dos recursos técnicos, a mulher não se sentia segura. Em casa, as parteiras davam um atendimento pessoal e exclusivo, que proporcionava uma segurança afetiva para a parturiente, decorrente do diálogo estabelecido. Segundo Sherrine Borges, do ponto de vista científico, o saber das parteiras mostrava imensas falhas;<sup>17</sup> entretanto, os médicos não percebiam a função do ponto de vista individual e social que essas mulheres exerciam: elas eram capazes de reconhecer e valorizar os desejos e angústias femininas na hora do parto.

Além de charlatãs, as parteiras eram acusadas de provocar abortos. Na coluna policial, os acontecimentos envolvendo essas profissionais eram comuns, já que viviam na fronteira ambígua entre a vida e a morte.<sup>18</sup> Em 1931, Isolina Prochman, 43 anos, residente no Campo da Galícia, dizendo-se diplomada pela Faculdade de Medicina do Paraná, esteve envolvida na morte de Vitória Baitle, 23 anos, empregada da Tinturaria Esmeralda, acusada de receitar-lhe drogas abortivas. Disse ter sido procurada por Vitória para indicar-lhe um remédio para disenteria; entretanto

<sup>15</sup>PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: \_\_\_\_\_ (org.) História da Vida Privada, 4. São Paulo : Cia. das Letras, 1991. p.152.

<sup>16</sup>PARANÁ. Faculdade de Medicina. Relatório, 1928. Apresentado à Congregação pelo Dr. Victor F. do Amaral, em 03 jan. 1929. Curitiba : Typ. J. Haupt & Cia., 1929. p.64.

<sup>17</sup>BORGES, Sherrine. Maternidade e mães. In: LABRA, Maria E. (org.). Mulher, saúde e sociedade no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1989. p.62.

<sup>18</sup>DEL PRIORI, Mary. Ao sul do corpo. Rio de Janeiro : J. Olympio, Brasília : Edunb, 1993. p.263.

nada lhe receitou, mandando-a ao médico. Sugerindo que eram as cartomantes que costumavam receitar pílulas abortivas, afirmou:

Fui acusada injustamente. Eu seria incapaz de praticar um ato como o que me querem atribuir. Uso da máxima lisura no exercício de minha profissão e posso testemunhar o que digo com o Dr. Arquimedes Cruz, com quem sempre tenho trabalhado.<sup>19</sup>

Dias depois, a Faculdade de Medicina do Paraná pronunciou-se afirmando que nunca formou parteira alguma, não fazendo parte do seu programa o curso de parteiras.<sup>20</sup>

Outra envolvida num caso de aborto seguido de morte foi Virgília Batista, moradora no alto da XV de Novembro, que receitou para Maria Constantino da Silva, 22 anos, empregada doméstica, um remédio abortivo. Como o barbeiro Bento Carvalho, seu noivo, estava protelando o casamento, Maria tentou o aborto. Internada pelos patrões em estado gravíssimo na Santa Casa de Misericórdia, faleceu horas após. Pagou um preço alto ao tentar eliminar uma gravidez indesejada e escapar à condenação social.

Discutindo esse caso fatal, a imprensa argumentava que no exercício sagrado de sua profissão, a parteira muitas vezes desvia-se de sua elevada missão para enveredar na senda criminoso de envenenadora.<sup>21</sup> Ainda, segundo a Gazeta do Povo,

Agindo ocultamente, sob a capa de honestas e laboriosas parteiras, estas criminosas mulheres não titubiam em colocar sob perigo de vida as infelizes que a procuram depois de um errado passo pelo caminho da vida.<sup>22</sup>

Na acepção dos médicos e da sociedade, a tarefa das parteiras era propiciar a vida e não eliminá-la. As profissionais

<sup>19</sup>AINDA o lastimável caso da jovem Vitória Baitle. Gazeta do Povo, Curitiba, 18-09-1931. p.4.

<sup>20</sup>A ESCOLA de Parteiras e um desmentido da Faculdade de Medicina do Paraná. Gazeta do Povo, Curitiba, 19-09-1931. p.1.

<sup>21</sup>OS DOLOROSOS casos de amor. Gazeta do Povo, Curitiba, 27-12-1932. p.6.

<sup>22</sup>OS DOLOROSOS casos de amor. Gazeta do Povo, Curitiba, 28-12-1932. p.6.

do crime deviam ser diferenciadas das cumpridoras do seu dever com a vida que emergia. Daí a importância da especialização profissional.

Essa atividade era tradicionalmente desempenhada por mulheres, que há muito a executavam. Donas dos rituais de nascimento, transmitidos oralmente, as leigas tinham um saber feito de experiência e intuição.<sup>23</sup> Porém, gradativamente, sentia-se a necessidade de cientificizar essa atividade, subordinando-a a um aprendizado formal. Entretanto, muitas continuaram a não necessitar das salas de aula para exercer seu ofício, embora com menos reconhecimento social.

A especialização das parteiras nos cursos oficiais visava a diminuir os riscos para a parturiente e para o bebê, bem como dar-lhes uma formação ética e profissional, informando-as do que poderiam ou não executar, para que houvesse uma nítida diferenciação entre a sua atividade e a do médico.

### 1.3 ANJO VIGILANTE

O Curso de Enfermeiras é o curso integral para a mulher, pois se baseia em suas qualidades inerentes: paciência, dedicação e carinho.

Laurita Greim.

O Curso de Enfermeiras Samaritanas, é um dos mais sublimes ensejos que tem a mulher brasileira para cooperar por um Brasil grandioso e feliz!

Iracy Parchen

É, portanto, o Curso de Samaritanas uma realização agradável, bela e útil, à Família, à Pátria e a Humanidade.

Sara Leme de Siqueira.<sup>24</sup>

As enfermeiras trabalhavam em hospitais, em consultórios médicos, em casas de família, cuidando de doentes ou atendendo

---

<sup>23</sup>SCAVONE, Lucila. Mulheres pesquisando mulheres: uma experiência na área de saúde. In: LABRA, Maria E. (org.). Mulher e saúde ... p.295.

<sup>24</sup>SOLDADOS do ideal. Gazeta do Povo, Curitiba, 20-08-1940. p.7.

em domicílio.

Como no caso das parteiras, cada vez mais exigia-se a sua especialização para o exercício da atividade. Na década de 30, o Hospital das Crianças possuía o Curso Prático de Enfermeiras e a Enfermaria do Centro Annita Garibaldi também formava as profissionais. Entretanto, a Escola de Enfermeiras D. Anna Nery, do Departamento Nacional de Saúde Pública, no Rio de Janeiro, era a mais famosa instituição educacional da época. Para frequentar o curso teórico e prático era necessário que a candidata tivesse de 20 a 35 anos, fosse brasileira, solteira, viúva ou legalmente desquitada e tivesse diploma da Escola Normal ou de ensino secundário.

Durante 1930 e 1931, muita propaganda se fez nos jornais curitibanos sobre esta última instituição, visando atrair a atenção das mulheres, já que, a brasileira na sua doçura nata, aliada ao seu instinto maternal simboliza o tipo perfeito de enfermeira.<sup>25</sup>

A profissional deveria ser a disseminadora da moderna ciência eugênica a fim de se construir uma raça forte e sadia, bem como a defensora da Pátria, através do dever de cuidar da saúde: As nossas jovens patricias que queiram dar provas de auto e são patriotismo devem procurar ser enfermeiras.<sup>26</sup>

Divulgava-se que era a profissão por excelência que educava a mulher para desenvolver o seu pendor natural em benefício da coletividade. Ser enfermeira era ser sacerdotisa do bem, transmitindo a educação social que auxiliava ricos e pobres a se prevenirem contra doenças, era revestir-se a mulher de qualidades

---

<sup>25</sup>CRISTO e a enfermeira. Gazeta do Povo, Curitiba, 30-01-1930. p.7

<sup>26</sup>A ESCOLA de Enfermeiras D. Anna Nery está recebendo novas candidatas. Gazeta do Povo, Curitiba, 21-01-1931. p.8.

superiores.<sup>27</sup>

Através da Escola de Enfermeiras D. Anna Nery, a profissão desvinculou-se da vida religiosa, abrindo-se a todas as jovens, principalmente às católicas que, adquirindo o saber e a proficiência hoje imprescindíveis para o seu exercício, poderiam seguir as palavras de Cristo, cuidando das criancinhas e dos enfermos.

A escola recebia alunas da elite social brasileira, moças de fina educação e boa descendência. Com a transmissão dos conhecimentos sistematizados, o nível da profissão igualou-se ao dos EUA. Segundo uma aluna de enfermagem, a

(...) escola veio preencher entre nós uma necessidade premente, a enfermeira profissional, criando a profissão de enfermeira, arrancando-a do lugar subalterno em que se achava para torná-la uma profissão liberal, nobre, digna, acessível as moças da melhor classe, da mais fina educação.<sup>28</sup>

A exigência da escolaridade transformava a profissão numa atividade destinada às mulheres abastadas. Incentivadas pela propaganda, almejavam freqüentar a Escola de Enfermeiras D. Anna Nery. Em 1939, a curitibana Rosinha Egg parte para o Rio de Janeiro para freqüentar o curso.

Na década de 40, em Curitiba, a Cruz Vermelha Brasileira criou a Escola de Samaritanas, visando à formação de técnicos e especialistas na área de enfermagem, principalmente em virtude dos acontecimentos decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Considerado como útil e patriótico, o curso contava em 1941 com mais de 60 alunas, o que demonstrava a alta compreensão com que a mulher curitibana tem recebido os apelos que lhe têm sido feitos.<sup>29</sup> Dizia-se que, além da

---

<sup>27</sup>A ESCOLA de Enfermeiras D. Anna Nery vai receber novas alunas. Gazeta do Povo, Curitiba, 30-05-1931. p.3.

<sup>28</sup>ESCOLA de enfermeiras D. Anna Nery. Gazeta do Povo, Curitiba, 02-03-1930. p.3.

<sup>29</sup>UM DIA festivo para a Escola das Samaritanas. Gazeta do Povo, Curitiba, 16-10-1941. p.3.



missão sacrossanta da maternidade, à mulher estavam reservados os encargos que exigiam mais delicadeza, mais carinho e maior piedade.

O Curso de Samaritanas foi muito divulgado no início da década de 40, quando o Brasil estava na eventualidade de envolver-se na Segunda Guerra Mundial. O principal instrumento, para tanto, foram os depoimentos nos jornais e rádios.

Para Ilnah Secundino, advogada e líder feminista, a profissão de enfermeira em tempo de guerra era a mais nobre atividade feminina, opinião compartilhada pelas profissionais da época.

Laurita Grein acreditava que o benefício social que o curso proporcionava era um dos mais completos, quer em tempo de paz ou de guerra. Para ela, ingressar nele era um dever de cristã, de brasileira e de mulher.<sup>30</sup> Já, para Luiza Bueno Gomm, o referido curso era como a iniciação num sacerdócio, passo primordial de uma carreira religiosa: vocação de fé, tarefa de altruísmo e de espiritualidade, apostolado de abnegação e de renúncia, voto de piedade e de amor,<sup>31</sup> acreditando que a enfermeira era o anjo vigilante que tinha sempre um bálsamo para todas as dores.

Outra divulgadora foi Deusceli Portela de Oliveira. Falando ao microfone da PRB-2, argumentava sobre a aprendizagem proporcionada:

No Curso de Samaritanas se aprende os mil pequenos meios de obter a simpatia e a confiança dos doentes. Bem depressa se aprende a conhecer os gostos dos doentes e a contentá-los para obter disciplina e docilidade, para suavizar o martírio, que é a espera pelo regresso à saúde. No Curso de Samaritanas se aprende a ter o instinto de fazer o bem.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup>GREIN, Laurita. Dever de cristã, de brasileira e de mulher. Gazeta do Povo, Curitiba, 07-08-1941. p.3.

<sup>31</sup>GOMM, Luiza B. Curso de Samaritanas. Gazeta do Povo, Curitiba, 21-07-1940. p.3.

<sup>32</sup>OLIVEIRA, Deusceli P. Samaritanas. Gazeta do Povo, Curitiba, 28-03-1942. p.2.

Segundo ela, o curso permitia que todas se tornassem senhoras de conhecimentos úteis, práticos, seguros. E, na guerra, sua missão era glorificada: Irão as suas mãos hábeis atar as feridas dos heróis que tomam.<sup>33</sup> Com esses argumentos, conclamava as amigas e conterrâneas a se inscreverem, atitude que, na sua opinião, era o dever das brasileiras.

Na Segunda Guerra Mundial, 60 enfermeiras integraram a Força Expedicionária Brasileira, sendo 8 curitibanas. Das que estiveram na Itália, COMO sacerdotisas da abnegação e do altruísmo,<sup>34</sup> algumas eram normalistas que posteriormente fizeram o curso de enfermagem: Edite Fanha, Guilhermina Gomes, Hilda Ribeiro, Virginia Leite, Maria da Conceição Soares, Acacia Cruz, Jacy Chaves e Wanda S. Majeswske.

Para moldar a profissional da enfermagem aos parâmetros sociais adequados, recorria-se ao tema da mulher como guardiã da Pátria; à adequação do instinto natural feminino à atividade escolhida; à importância social da profissão e à habilitação.

Carreira tradicionalmente feminina, passou por um processo de melhorias profissionais, tendo em vista a sua especialização. Os condicionamentos culturais permitiram que as mulheres escolhessem profissões mais adequadas com o modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX,<sup>35</sup> que as colocava como frágeis, abnegadas e vigilantes.

Entretanto, as suas vivências diárias nem sempre se aproximavam do ideal de anjo vigilante proposto. Conciliando a profissão com as tarefas do lar, e enfrentando as deficiências

---

<sup>33</sup>Ibid.

<sup>34</sup>ENFERMEIRAS expedicionárias. Gazeta do Povo, Curitiba, 11-08-1945. p.2.

<sup>35</sup>RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar... p.62.

salariais e de treinamento, elas tinham uma rotina de cansaço e fadiga, o que não permitia a vigilância constante da saúde dos doentes e o carinho permanente para com eles..

Através da Escola de Enfermeiras D. Anna Nery e da Escola de Samaritanas, a profissão ia se qualificando socialmente. A curitibana, dona de qualidades femininas e patriota, era chamada para diplomar-se numa profissão em que já estava atuando como leiga. Entretanto, a valorização da atividade vinculou-se diretamente a sua formalização educacional. Portadora de um diploma, ela poderia, agora, ser o anjo vigilante da saúde em tempos de paz, e da Pátria, em tempos de guerra. Defenderia a Pátria, não com armas nas mãos, mas com os saberes da sua profissão.

#### 1.4 MISSÃO OU PROFISSÃO?

Era a primeira vez que, muito moça, ainda, longe dos meus, longe da cidade, do seu rumor e influencia mais ou menos sceptica, eu me achava diante de uma classe - na minha primeira escola!<sup>36</sup>

Maria, jovem professora, escreveu estas linhas comentando suas vivências profissionais no início da década de 20, num povoado cercado de pinheiros. Sentindo na alma a emoção ao iniciar sua carreira no magistério, reconhecia a dificuldade que a profissão impunha. Mas estava feliz porque agora tinha a sua escola, o santuário, onde poderia cultivar os bellos sentimentos e instruir o espirito crystalino das creanças, para o enobrecimento do Brasil.

Avaliando o seu thesouro - almas de creanças, Maria encontrava apenas preciosos indícios de caráter, sentimento e intelligencia, prevendo muito trabalho. Quando ficava só, enquanto os alunos corriam pelas estradas e atalhos, espantando as ovelhas, em busca de seus

---

<sup>36</sup>DA ESCOLA. A Escola, Curitiba, 25-05-1921, n.1, p.5.

lares, a professora estreante debruçava-se sobre as dificuldades e problemas da aula.

A mais séria dificuldade que encontrava era o constrangimento e o medo dos seus alunos, cujos corações estavam cerrados a qualquer doçura. Para superar este estado, pedia aos pais cooperação: Restringi, aboli o triste regime das austeridades e do terror; criei a affabilidade ao redor de vós e entre as crianças.<sup>37</sup> Somente assim, acreditava que poderia proporcionar aos seus alunos uma educação generalizada.

Como essa professora estreante quantas outras Marias procuravam no magistério uma profissão valorizada? O magistério primário, desde o século XIX, representava uma via de acesso profissional respeitável à mulher.

No Brasil, segundo Valéria Pena, a primeira Escola Normal foi fundada em 1835, em Niterói e, já no final do século, a profissão de educador primário era tanto masculina como feminina; entretanto, já se vislumbrava um processo de feminização.<sup>38</sup>

Consuelo Fontana, oradora da turma das formandas na Escola Normal de 1930, acreditava que à professora cabia a suprema honra de construir os alicerces do grande edifício social de amanhã<sup>39</sup> e a função social de desbravadoras do caráter e de bandeirantes da inteligência.

Freqüentar essa instituição dava um certo status social e cultural para as alunas, que chegavam a ter a sua formatura comentada em poesias, como aconteceu com Zilda Perrone, em

---

<sup>37</sup> Ibid.

<sup>38</sup> PENA, Maria Valéria. Mulheres e trabalhadoras. p.114.

<sup>39</sup> FONTANA, Consuelo. Colação de grau na Escola Normal. Gazeta do Povo, Curitiba, 20-12-1930. p.3.

1940:

Zilda, ser professora é uma missão sagrada,  
é ter um coração quasi como Jesus.  
Ele estendeu a mão e guiou pela estrada,  
As almas juvenis, que ansiavam a luz.<sup>40</sup>

A Escola Normal refletia as atitudes e valores das famílias tradicionais que a consideravam apropriada para, além de permitir uma formação profissional, propiciar uma cultura abrangente para a mulher, que poderia ser utilizada na sua vivência doméstica.

Depois de formadas, anunciavam os seus serviços nos jornais. As que trabalhavam de forma independente nas próprias casas, aceitavam crianças para o ensino primário, bem como apresentavam-se com capacidades mais específicas:

Senhoritas de famílias respeitáveis, professoras e laureadas com o curso de Humanidades, preparam os alunos para o exame de admissão no Gynnasio e Escola Normal, ministrando também o curso primário. Rua Alferes Poly, nr. 1035.<sup>41</sup>

O fato de a professora trabalhar na casa da família a quem serviria ainda era comum em Curitiba. Em 1937, pedia-se uma para trabalhar em casa de família no Batel, para lecionar para 3 crianças.

Algumas professoras particulares possuíam saberes variados, como E.S. - professora, com 20 anos de prática, que se oferecia para ensinar português, francês, aritmética, bem como piano, violão e bandolim para principiantes. Muitas eram as que ensinavam música, principalmente piano. Dinorah Schimitz, em 1938, lecionava em sua casa, na Av. Silva Jardim, soufejo, teoria e piano.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup>GELBECK, José. As novas professoras de 1940. Zilda Perrone. Granfina, Curitiba, v.1, n.16, 7 dez. 1940. (não paginado).

<sup>41</sup>OPORTUNIDADES. Diario da Tarde, 2<sup>a</sup> ed., Curitiba, 11-12-1937. p.5.

<sup>42</sup>OPORTUNIDADES. Diario da Tarde. 2<sup>a</sup> ed., Curitiba, 11-12-1937. p.5.

Atuavam também no ensino público e particular. Em 1935, 200 candidatas apresentaram-se ao concurso para professora da capital, visando conseguir uma das 20 vagas oferecidas. No mesmo ano, uma professora que trabalhava de graça há dois anos, esperando uma vaga no ensino público, foi preterida por meninas ricas,<sup>43</sup> nomeadas pelo diretor do ensino. Apesar de o magistério ser uma profissão feminina, os cargos de chefia, planejamento e organização freqüentemente eram ocupados pelos profissionais do sexo masculino.

A profissão incluía mulheres de várias posições sociais e proporcionava tempo livre para exercerem os deveres da maternidade; pelo que era valorizada socialmente como adequada ao sexo feminino.

Apesar da crise econômica da década de 1930, o Governo do Estado afirmava que as verbas concedidas à educação estavam sendo intensificadas. Entretanto, os professores reclamavam dos salários que recebiam. Raul Gomes, no fim da década de 20, afirmava que se evadiam do magistério as melhores profissionais, enquanto algumas dirigiam-se para o ensino particular e aulas avulsas; outras, ainda, criavam indústrias domésticas visando à suplementação de renda.

A situação salarial ficou tão difícil que, em 1936, uma professora, resguardada por suas iniciais, escreveu ao Diário da Tarde comentando sobre o ambiente de tristeza que reinava entre as educadoras no início do ano letivo. Segundo N. B., as promessas sempre mentirosas<sup>44</sup> das autoridades permitiam que o salário,

---

<sup>43</sup>SABE disto Sr. Diretor? Diário da Tarde, Curitiba, 17-07-1935. p.1.

<sup>44</sup>AS PROFESSORAS precisam ganhar mais. Diário da Tarde, 2<sup>a</sup> ed., Curitiba, 04-03-1936. p.5.

que nunca recebiam integralmente, chegasse a 260\$000 mensais.

Se para algumas o magistério era um veículo de ascensão social, para as professoras públicas apresentava-se pouco atraente pelo baixo salário. Entretanto, comparado com outras atividades - lavadeiras, empregadas domésticas, garçonetes, operárias etc. - mostrava-se socialmente mais distinto.

Apesar do aviltamento salarial, as mulheres eram incentivadas a exercerem o magistério e respondiam positivamente. Alardeava-se que o mestre era o melhor cidadão,<sup>45</sup> o perfeito psicólogo e a escola o prolongamento do lar. Na visão de um católico, ser professora era exercer a função de mãe dessas criancinhas a quem ensinará a ler e escrever, assim como se lhes ensinará o caminho do bem e a directriz da felicidade.<sup>46</sup> Pensamentos também compartilhados pela normalista Dirce Guimarães, que acreditava estar numa cruzada magnífica, que patrioticamente concorreria para a diminuição da cifra de analfabetos. Sua missão seria instruir e educar, não havendo nada mais bello, nada mais apostolarmente sagrado!.<sup>47</sup>

Mas, convidados a fazer brasileiros,<sup>48</sup> a professora e os professores tinham uma tarefa maior na construção da nação, de sua história e na formação do sentimento cívico dos cidadãos:

É esse modesto obreiro da nacionalidade que difunde com as luzes do espírito, o amor à Pátria, pois ele é quem conta às crianças pela primeira vez, os grandes lances da nossa existência histórica e faz o relato da vida dos nossos grandes homens.

---

<sup>45</sup>KARAM, Elias. O melhor cidadão. Gazeta do Povo, Curitiba, 04-06-1927. p.5.

<sup>46</sup>DALLEGRAVE, Angelo. Missão sublime. A Cruzada, Curityba, v.1, n.8, p.145, out. 1926.

<sup>47</sup>GUIMARÃES, Dirce. Escola Normal Secundária. Gazeta do Povo, Curitiba, 06-06-1927. p.8.

<sup>48</sup>PARANÁ, Secretaria Geral do Estado. Relatório, 1925-26. Apresentado ao Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, pelo Dr. Alcides Munhoz, referente aos serviços do exercício financeiro de 1925-26, em 31 dez. 1926. Curitiba : Livraria Mundial, 1926. p.400.

O professor é antes de tudo, a pedra básica da existência da nacionalidade.<sup>49</sup>

A sociedade do trabalho incluiu a mulher no preparo profissional, com um objetivo de torná-la útil na construção da prosperidade da nação. Etelvina Trindade destaca a elaboração de um discurso que reforçou o argumento da tarefa maternal da professora, visando formar patriotas. A formação da normalista integrava o papel da mãe com o da mestra, já que o exercício da atividade era visto como sendo função própria das mulheres, para a qual acreditava-se possuírem habilidades inatas. Ensinar era considerado uma extensão do cuidado com as crianças, tarefa primordialmente feminina dentro da família.

A conciliação da profissão com a vida familiar, além de se dar no campo da vivência da mulher, também se dava em nível do pensamento, onde se combinavam os ideais tradicionais de dedicação feminina à família com as idéias referentes à participação feminina no mercado de trabalho.

A possibilidade de congruar família e trabalho contribuiu para a feminização do magistério no final do século XIX. De acordo com Zeila Dermantini e Fátima Antunes, esse processo decorreu de uma maior participação feminina na sociedade; da idéia de que a profissão era complementar para as mulheres; e de que a escolha da carreira deveria ser adequada à natureza e à vocação femininas.

O trabalho cotidiano das professoras, realizado sem alarde, mal remunerado, era tido muito mais como um apostolado do que uma profissão.<sup>50</sup> O cunho profissional ficava diluído no discurso que

---

<sup>49</sup>O DIA do professor. Gazeta do Povo, Curitiba, 06-10-1942. p.3

<sup>50</sup>Ibid.; Opinião compartilhada pela Prof<sup>a</sup> Júlia Wanderley que, ao defender-se num processo administrativo, afirmou: "A ardua tarefa de instruir e educar é mais uma missão do que uma profissão". In: GOMES, Raul. Missão e não Profissão. Curitiba : Empresa Graphica Paranaense, 1928. p.3.



identificava a atividade como uma missão que, para a mulher, era paralela à maternidade. A mãe e a professora eram mulheres numa só mulher, destinadas a duas missões: gerar e instruir, ou seja, preparar o cidadão de amanhã.

#### 1.5 EM MUITAS OUTRAS SALAS DE AULA ...

Outras salas de aula também garantiam às mulheres o acesso a profissões marcadas pela reserva de mercado masculino: dentista, farmacêutica, engenheira, jornalista, advogada etc. Profissões disputadas, lado a lado, por homens e mulheres.

Quanto às dentistas, diferentemente do que acontecia com as parteiras, a Faculdade de Medicina do Paraná as avalizava. Nessa instituição, no curso de Odontologia, as mulheres estavam presentes embora em número inferior aos homens. Em 1917, formava-se Myriam da Costa Straube, a primeira dentista escolar do Paraná. Em 1933, 4 mulheres concluíam o curso ao lado de 4 homens e em 1943, 93 homens e 11 mulheres estavam matriculados.

Nos jornais, a dentista Carlota Gross, em 1934, dizia-se especialista em pontes, falando de um *serviço garantido*,<sup>51</sup> para convencer os mais incrédulos em relação a suas qualidades profissionais.

As mulheres também atuavam no campo farmacêutico. Na primeira turma de formandos em Farmácia da Faculdade de Medicina do Paraná, estava Helena Viana Seiler. Aqui repetia-se a preponderância masculina, o que não impediu que em 1944, estivessem matriculadas 7 mulheres, além de 29 homens.

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, criada em 1938, a presença feminina também era significativa.

---

<sup>51</sup>GROSS, Carlota, dentista. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28-10-1934. p.5.

Na primeira turma de diplomados, em 1940, estavam Dalíria Franco (Curso de História e Geografia), Ester de Oliveira Portes (Filosofia), Delohé Scalco (Ciências Sociais), Myriam Suzel Weigert e Porcia Guimarães Alves (Pedagogia).<sup>52</sup> Na década de 70, essa área transformar-se-á num reduto feminino.

No curso de Engenharia, a primeira mulher a receber o diploma foi Enedina Marques, formada em 1945. Ex-professora primária, negra e filha de uma lavadeira, teve grandes dificuldades devido a preconceitos raciais e machistas.

Outra pioneira, foi a professora Carmem Lour que, em 1938, foi convidada pela Gazeta do Povo para trabalhar como jornalista em sua redação. O jornalismo que até na pouco não tinha sido invadido pela mulher,<sup>53</sup> agora recebia a sua presença. A Gazeta Feminina, página do mesmo jornal, exultava com a notícia, parabenizando a primeira repórter do Paraná, certa da sua vitória, pois o valor da mulher não se mede pela língua da maledicência, mas pela força do caráter.<sup>54</sup>

Apesar de não haver, na época, ensino específico para a habilitação em jornalismo, a profissão exigia capacidades adquiridas anteriormente, em outros cursos, que propiciassem um respaldo educacional.

A profissão de jornalista foi regulamentada em 1939 e, na Inspetoria Regional do Trabalho no Paraná, estavam inscritas, entre mais de uma centena de homens, Maria Luiza Cavalcanti

---

<sup>52</sup>WESTPHALEN, Cecília. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná - 50 anos. Curitiba: SBPH-Pr, 1988. p.93.

<sup>53</sup>A PRIMEIRA reporter do jornalismo paranaense Srta. Carmem Lour. Gazeta do Povo, Curitiba, 25-08-1938. p.8.

<sup>54</sup>GAZETA feminina. A primeira reporter. Gazeta do Povo, Curitiba, 27-08-1938. p.2.

ti, Ilnah Pacheco Secundino e Amália Gostawiska.

Na década de 1930, as mulheres também faziam-se presentes no campo da advocacia. Já em 1932, duas mulheres colaram grau na Faculdade de Direito do Paraná; em 1935, ao lado de 70 homens, era a vez de Ilnah Pacheco Secundino, uma líder da causa feminista; e em 1946, Lília Lima Lopes e Olga de Macedo Gu-tierrez diplomavam-se para o exercício de uma profissão onde predominavam os homens.<sup>55</sup>

A Dra. Ilnah Pacheco Secundino aceitava causas tanto na Capital como no interior, e a Dra. Rosi Pinheiro Lima era uma das mais altas expressões intelectuais femininas do nosso Estado.<sup>56</sup> Ambas participaram ativamente do Centro Paranaense de Cultura Feminina, criado em 1933.

Em 1941, formava-se pela Faculdade de Direito do Paraná, Florentina Vitel de Macedo, única representante do sexo frágil. Ao comemorar 15 anos de formatura, o colega Manoel Thomaz Pereira dedicou-lhe uma trova humorística, comentando em tom machista, o que para ele era um pioneirismo:

Bacharel, não, bacharela  
 Florentina, fora ela,  
 para a turma um mal-me-quer  
 Embora de Curitiba,  
 quer morar na Paraíba,  
 onde o reino é da mulher (....)<sup>57</sup>

A educação feminina não se restringia mais aos afazeres

---

<sup>55</sup>FACULDADE de Direito do Paraná. Gazeta do Povo, Curitiba, 21-12-1932. p.3; BACHARÉIS de 1935. Gazeta do Povo, Curitiba, 15-12-1935. p.3; COLAÇÃO de grau dos bacharéis de 1946. Gazeta do Povo, Curitiba, 21-12-1946. p.3.

<sup>56</sup>LIMA, Dra. Rosi Pinheiro. Gazeta do Povo, Curitiba, 27-12-1933. p.3.

<sup>57</sup>PEREIRA, Manoel T. Perfis da Turma. Bacharéis de 1941. Versos Humorísticos. Curitiba : Requião, 1956. p.25.

do lar. A mulher pela instrução se tornou capaz para certos serviços como o homem,<sup>58</sup> como por exemplo a datilografia. Josephina Meinel dominava um método usado universalmente para preparar senhoras e moças a ganharem honradamente o seu pão. Outra que lecionava datilografia a rapazes e senhoritas, mediante módico pagamento, era a moradora da casa nº 1, da Praça 19 de Dezembro.

O acesso da mulher às carreiras comerciais também era comum. Desde a década de 20, o Prof. Raul Gomes mantinha um curso prático de Guarda-Livros, onde os candidatos de ambos os sexos, aprendiam escrituração mercantil, redação comercial, aritmética, datilografia e caligrafia. A Escola Prática de Comércio também recebia alunas, elementos de elevado realce em nosso meio social.<sup>59</sup> Na década de 40, a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola Técnica de Comércio De Plácido e Silva instituíram o curso técnico de Contabilista, de 3 anos de duração. As turmas femininas, formadas por senhoritas de nossa melhor sociedade,<sup>60</sup> funcionavam pela manhã. O curso era divulgado como sendo muito útil à mulher, ainda que não fosse seu intento exercer a profissão, já que a orientaria na boa administração do lar. Na primeira turma do curso superior de Ciências Econômicas, em 1946, colava grau Wenceslava Skarbek, a primeira mulher a receber o diploma no Estado.

Profissões baseadas num saber empírico e exercidas secularmente pelas mulheres, agora passavam por diplomação. As

---

<sup>58</sup>A MULHER moderna e sua educação. Diário da Tarde, 2<sup>a</sup> ed., Curitiba, 25-01-1935. p.1.

<sup>59</sup>ESCOLA Pratica de Commercio. Gazeta do Povo, Curitiba, 17-03-1931. p.4.

<sup>60</sup>CONTADORANDAS de 1946 da Escola Técnica de Comercio de Plácido e Silva. Gazeta do Povo, Curitiba, 17-12-1946. p.5.

costureiras também se diplomam<sup>61</sup> escrevia um periódico, anunciando 68 novas profissionais formadas pela Academia Word, Escola de Corte e Costura e Chapéus, registrada pelo Departamento Federal de Educação do Estado.

Outras academias de costura, como a Academia Modelo, de propriedade de Mme. Argentina, fornecia um diploma de grande valor<sup>62</sup> e a Academia Ideal Paranaense, juntamente com o Centro Paranaense de Cultura Feminina, diplomava senhoras e senhoritas. Madame Teixeira, professora reconhecida pelo Departamento de Educação do Rio de Janeiro, instalava-se em Curitiba em 1936 também com um curso de corte, alta costura, chapéus e plissês.

Aos poucos, as mulheres alargavam o universo das profissões, rompendo os mercados tradicionalmente reservados aos homens: foi o caso da medicina e da advocacia. Em outras, dominavam quase todo o campo profissional: como as enfermeiras, parteiras e professoras. Em algumas atividades entraram através da escolaridade, em outras, a habilitação profissional veio pela vivência, como aconteceu com as parteiras. No caso do magistério, há décadas executavam a sua missão. Todas, entretanto, aprenderam nas salas de aula das escolas, hospitais e faculdades o que era preciso saber para ser uma profissional.

Entretanto, nem todas as mulheres aprendiam o ofício formalmente. O aprendizado de algumas profissões ocorria no dia-a-dia, no convívio familiar e social, já que, era construído individualmente pelas trabalhadoras, como acontecia com as empregadas domésticas e as envolvidas em pequenos negócios.

---

<sup>61</sup>AS COSTUREIRAS também se diplomam. Diário da Tarde. Curitiba, 31-12-1938. p.1.

<sup>62</sup>QUEREIS ser professora de cortes e confecções com diploma de grande valor? O Dia, Curitiba, 07-01-1934. p.4.

Entre estas também havia as que aprendiam ofícios místicos. O dom transformava mulheres em especialistas da cura e sabedoras do futuro. Era o caso das sortistas, cartomantes, benzedeadoras e massagistas que adquiriam um saber múltiplo, transmitido oralmente no seu rico dia-a-dia, e que se colocava como o contraponto do saber elaborado cientificamente.

#### 1.6 FELIPPA, ENTRE OUTRAS

Felippa, uma preta moradora na rua Gonçalves Dias, era dona de uma fisionomia capaz de matar de susto qualquer pessoa. Horrivelmente gorda, suas pisadas estremeciam o assoalho da casa onde morava. Ela era uma entre tantas mulheres que se ocupavam de uma atividade que envolvia certo misticismo, dando passes e fazendo casamentos.

Em 1930, os jornalistas da Gazeta do Povo reclamavam que o número de pessoas que prediziam o futuro era considerável, sendo que a maioria morava em tugúrios suspeitos, freqüentados por hetárias e mocinhas ingênuas, pouco cuidadosas de sua reputação. Com o objetivo de visitar estes tugúrios da cartomancia, um jornalista organizou uma lista das cartomantes mais conhecidas. Felippa foi uma das visitadas.

Outra visitada pelo jornal foi Herminia Hindia, que tinha uma ferida no lado esquerdo do rosto. Mulher gorda, tipo de donachona, aparentando 40 anos, era uma das tiradoras de sorte mais procuradas. Moradora de uma casa de aspecto colonial, na rua Barão de Antonina, situada no alto, 5 metros acima do nível da rua, ela tinha a sala repleta de consulentes. Ao atender o jornalista, embaralhou as cartas, pediu que as cortasse três vezes com a mão esquerda e estendeu-as. E vieram as novidades de sempre.

Vida feliz, uma loira que nos ama e que nos é fiel, uma viagem a fazer, uma carta, etc., etc..<sup>63</sup>

Não contente ainda, o jornalista visitou Francisca, de origem polonesa. Residente na rua Garibaldi; ela morava em um cortiço imundo, onde a hygiene é um mytho.<sup>64</sup> Na frente de sua casa havia um matagal úmido, onde à noite, os sapos faziam suas orações. Sua clientela era enorme, a maior parte constituída por senhoras da sociedade curitibana.

No juvevê, numa casa situada num beco, morava Maria Hespanhola, 56 anos, que falava interessadamente meio italiano, meio portuguez, meio espanhol<sup>65</sup> e que também tinha poderes místicos.

Deixando de lado uma infinidade de cartomantes, o jornalista deu a reportagem por encerrada, lamentando que não tivesse levado consigo o Dr. Francisco Raitani, Delegado dos Costumes, a quem caberia pôr um paradeiro às atuações dessas profissionais, que prediziam o futuro e tentavam alterá-lo a pedido de suas consulentes.

A descrição física que o jornalista fez das cartomantes e sortistas visitadas era muito próxima da figura da bruxa. Suas casas foram consideradas o oposto da hygiene e da decência moral e sua atuação profissional foi descrita como charlatanismo. Sua atividade era vista com reservas pela sociedade da época. Entretanto, nas horas de aflição, as pessoas passavam por cima dos padrões sociais e as procuravam, demonstrando que, no íntimo, partilhavam de algo com elas.

---

<sup>63</sup>VISITANDO os tugurios da cartomancia. Gazeta do Povo, Curitiba, 30-05-1930. p.1.

<sup>64</sup>Ibid.

<sup>65</sup>Ibid.

A Delegacia dos Costumes reprimia tais atividades consideradas fora da lei. Em 1931, uma cartomante moradora na rua Visconde de Guarapuava foi intimada a dar explicações sobre suas atividades. Declarou que sobrevivia da confecção de costuras, embora, às vezes, fosse procurada para tirar sorte. A cartomancia ocupava donas de casa que se utilizavam de seus saberes para complementar a sua renda.

Os freqüentadores - quase sempre mulheres em busca do seu futuro - evitavam ser identificados publicamente. Isso não impedia, entretanto, que profissionais desonestas fossem denunciadas. Uma moça, em 1930, procurou a Gazeta do Povo para delatar a sortista Arnesta de Tal, residente na rua Bandeirantes, por esta ter pedido o pagamento antes de tirar a sorte, afirmando que sua consulente tinha muitos inimigos, e que poderia eliminá-los com feitiçarias.

Outra envolvida com a polícia foi Catarina Silva, 30 anos, especialista em fazer e desfazer casamentos, despachos e fabricar filtros de amor.<sup>66</sup> Foi acusada de receitar pílulas abortivas que propiciaram a morte da empregada de uma tinturaria, Vitória Baitle e de fazer uso de terra de cemitério.

Essas atividades autônomas e informais, entretanto, não eram executadas apenas por mulheres pobres, moradoras de tugúrios suspeitos. Algumas viam a sorte e o futuro nas ruas, como as ciganas que prometiam, *ben baratinho*, muita felicidade. Outras, eram sortistas de luxo que viajavam constantemente, hospedando-se em hotéis, atendendo a uma clientela refinada.

Uma dessas chegou a Curitiba em 1935, hospedando-se no Hotel Martins. Era Mme. Jamile que se fazia anunciar como

---

<sup>66</sup>NOS domínios da magia negra. Gazeta do Povo, Curitiba, 09-10-1931., p.1.



cientista de fama mundial.<sup>67</sup> Cobrando 20\$000 por consulta, atendeu muita gente de peso da cidade, inclusive o Dr. Fausto Bittencourt, Delegado dos Costumes, que a convidou a se retirar.

Todas as questões que envolviam as sortistas e cartomantes eram entregues à Delegacia dos Costumes, já que o seu trabalho era considerado ilegal e atentava contra os princípios religiosos. Entretanto, isso não impedia que um número significativo de mulheres exercesse a atividade, driblando a vigilância policial, e que pessoas da elite curitibana as procurassem. A aparência de Felippa não assustava as consulentes ingênuas desejosas de um promissor casamento.

### 1.7 MARIA, A POLENTA

As benzedeadoras e massagistas também atuavam no universo do misticismo. Em busca da cura, eram procuradas por pessoas que acreditavam nos seus poderes. Mulheres portadoras de um saber prático, aprendido em suas vivências, atendiam os doentes sem estipular um preço pelos seus serviços, aceitando o que lhes fosse oferecido.

Receitavam simpatias como passar casca de banana ou esfregar toucinho e jogá-lo no formigueiro para curar verrugas, tomar leite de égua para curar tosse comprida, chás de ervas do mato e emplastros para dores e feridas.<sup>68</sup> Essas mulheres detinham a fórmula da produção de medicamentos que eram fabricados em casa, utilizando-se de ervas.

Durcilia Graciano, que também exercia a função de par-

---

<sup>67</sup>Um destino que ela não leu nas mãos. Gazeta do Povo, Curitiba, 06-04-1935. p.6.

<sup>68</sup>MARCASSA, João. Curitiba: essa velha desconhecida. Curitiba, Refripar, 1989.

teira, Angelina Casagrande, na rua Silva Jardim e dona Vitória, no Capanema foram algumas das benzedeadas mais famosas.

Profissionalmente, elas eram autônomas, pois não dependiam de outros profissionais para executar o seu ofício, realizado, quase sempre, em sua própria casa. Entrando numa relação direta com os fregueses, recebiam a legitimação profissional da comunidade beneficiada.

Esse tipo de trabalho era considerado ilegal, já que fere profundamente um dos pilares da moderna sociedade que então se instaura: a ciência Médica.<sup>69</sup> Os médicos eram os principais opositores das benzedeadas na luta pelo monopólio da cura.

Outro recurso de cura, alternativo à medicina erudita, era a massagem. Quem ficou famosa por curar rendaduras, quebra-duras, torções através de massagens, chás e ervas foi Maria Trevisan Tortato, conhecida popularmente como Maria Polenta.

Nascida na Itália, no século passado, ela veio para o Brasil aos 12 anos. Moradora do bairro da Água Verde, era conhecida das juntas do corpo humano mais do que qualquer médico. Estes mandavam clientes para ela que, em casos de quebra-duras, usava talinhas de bambus ou o gessamento, que consistia num pedaço de saco de estopa, com breu moído e clara de ovo.<sup>70</sup>

Descrita por Maria Nicolas como uma modesta e simples senhora,<sup>71</sup> Maria Polenta atendia a todos gratuitamente. Usando os seus conhecimentos sobre massagens aprendidos de maneira informal, com um outro massagista, ela fez fama em Curitiba, atuando no

---

<sup>69</sup>TRINDADE, Etelvina M. de C. Clotildes ou Marias ... p.272.

<sup>70</sup>MARCASSA, João. Curitiba ... p.132.

<sup>71</sup>NICOLAS, Maria. Almas das ruas. Cidade de Curitiba. v.2. Curitiba : Literotécnica, 1974. p.296.

campo da medicina, especialmente no da ortopedia, sem nunca ter sentado nas salas de aula das faculdades. Conseguiu destaque e com este um apelido.

As mulheres eram portadoras de muitos saberes relacionados com a saúde do corpo. Rivals dos médicos e continuadoras de uma medicina popular, segundo Michelle Perrot, elas recusaram o domínio da ciência e da razão. As parisienses pobres do século XIX, empregam todos os recursos de uma farmacopéia multissecular, conhecem mil maneiras de aliviar os pequenos males do cotidiano que tantas vezes desarmam a medicina douta,<sup>72</sup> propiciando a conservação da autonomia corporal e evitando o olhar médico.

As paulistanas pobres do século XIX, como as parisienses e curitibanas, também conheciam os segredos da medicina caseira e os utilizavam no seu dia-a-dia. Entretanto, como mostra Maria Odila Dias,<sup>73</sup> as autoridades procuravam coibir as artes de curar das benzedeiros de São Paulo, com a abertura de devassas, o que não impedia que mulheres como Donana Curandeira ficassem famosas no exercício do ofício.

Segundo Maria Andréa Loyola, o que faz as pessoas procurarem as ações empírico-místicas, praticadas pelas benzedeiros, é uma crença popular, uma visão de mundo, do organismo e da saúde,<sup>74</sup> em grande parte incompatível com a medicina científica. Utilizando uma linguagem acessível ao paciente e abordando o seu corpo e sua alma conjuntamente, ela demonstra que o médico não é nem infalível, nem o único depositário do saber sobre o corpo.

---

<sup>72</sup>PERROT, Michelle. Os excluídos da História ... p.208.

<sup>73</sup>DIAS, Maria O. Quotidiano e poder ... p.183.

<sup>74</sup>LOYOLA, Maria A. Medicina Popular. In: GUIMARÃES, Reinaldo (org.) Saúde e Medicina no Brasil. Rio de Janeiro : Graal, 1984. p.225.

A antropóloga Elda Rizzo de Oliveira, numa abordagem semelhante, acredita ser a benzedeira uma cientista popular que possui uma maneira muito peculiar de curar: combina os misticos da religião e os truques da magia aos conhecimentos da medicina popular.<sup>75</sup> Devolve a seus clientes a possibilidade de uma relação pessoal e humana de cura. São pessoas tidas como sábias, competentes para resolver os problemas dos outros e acreditam que nasceram com um dom, ou o receberam misticamente de uma pessoa da família.

Mas o que permitiu que mulheres como Maria Polenta se tornassem respeitadas socialmente devido a sua capacidade para curar? É que ao longo de sua vida elas foram adquirindo legitimidade no seu ofício. Segundo Elza Rizzo de Oliveira, esse processo dura muitos anos e se dá através do reconhecimento da comunidade e de seus clientes de que ela possui poderes. Quando está avançado, ocorre a ampliação de sua clientela, incluindo pessoas ricas e pobres e mandadas pelos médicos e farmacêuticos, como aconteceu com a massagista curitibana.

Os saberes de Felippa e Maria Polenta contrapunham-se ao conhecimento elaborado cientificamente e transmitido de forma sistematizada, já que faziam parte de uma tradição oral resguardada através das gerações, permitindo-lhes autonomia. Essas mulheres, que não aprenderam o seu ofício nas salas de aula, dominavam a cura e o futuro.

---

<sup>75</sup> OLIVEIRA, Elda R. O que é benzeção. São Paulo : Brasiliense, 1985. p.25.

## 2 TRABALHANDO NA CASA DOS OUTROS

### 2.1 CATARINA, ENTRE OUTRAS

Em 26 de novembro de 1931, a empregada doméstica Catarina Kawachurski, polonesa, 20 anos, cometeu um crime e logo após suicidou-se. Ela trabalhava acerca de 1 ano na residência da Viúva Dona Joaquina Pereira de Almeida Faria, situada na rua 13 de Maio, nº 528. Na mesma casa, morava o jovem Edgard Faria Afonso da Costa, 26 anos, agente da Companhia Brasileira de Seguros.

Catarina, com o decorrer do tempo, passou a nutrir um imenso amor por Edgard. Este por sua vez, não se interessou pelo afeto da doméstica.<sup>1</sup> Na manhã do dia 26, depois de fazer as compras diárias, ela dirigiu-se ao quarto de Edgard, deu-lhe um tiro no ouvido e, em seguida, foi até seu quarto e se matou.

A doméstica foi descrita pelos jornalistas da Gazeta do Povo como uma rapariga experiente da vida: Ela fumava e tinha um gênio alegre, bem como imaginação romântica, pois se interessava por histórias amorosas e reportagens policiais de dramas de amor; gostava de tirar fotografias que indicavam a licenciosidade de seus costumes e a liberdade de seus hábitos; a quantidade de fotos que tirava era a prova que ela era da vida; ainda, possuía muitos amantes e freqüentava lugares proibidos pela moral.<sup>2</sup> A imprensa e a sociedade da época consideravam as empregadas,

---

<sup>1</sup>AMOU e matou! Gazeta do Povo, Curitiba, 27-11-1931. p.8

<sup>2</sup>Ibid.

principalmente as polonesas, como agressivas e petulantes, perfil adaptado a Catarina.

O crime da rua 13 de Maio apavorou Curitiba. Uma empregada que privava da intimidade dos patrões, trouxe para dentro da casa o perigo das ações passionais. Independente dela possuir ou não um comportamento de mulher pública, o acontecimento de que foi mentora demonstra a ambigüidade da posição das domésticas que agiam simultaneamente dentro e fora da casa onde trabalhavam.

Tal ambigüidade decorria do fato de elas pertencerem ao mundo da rua, onde tinham suas vivências particulares e trabalharem nas casas dos patrões, que procuravam a todo custo selecioná-las, para impedir uma possível ameaça.<sup>3</sup>

Michelle Perrot, falando sobre as criadas francesas do século XIX, as inclui no círculo que envolve a família; no entanto, alerta para a consciência de um limite. Elas constroem e ameaçam a intimidade. Para a patroa, convém utilizar seus serviços, mas ao mesmo tempo desconfiar delas. A ambigüidade de sua posição deriva do fato de estarem no centro da intimidade da casa, do casal, do corpo secreto dos senhores, e intimadas a não ver e, acima de tudo, não dizer nada. A empregada era vista como uma intrusa, indicando uma nova sensibilidade, mas também assinalando a personalização do serviço.<sup>4</sup>

No universo da casa, as curitibanas podiam empregar-se em diversas atividades que requeriam o domínio de capacidades variadas, pois não é coisa assim, tão vulgar, dirigir e fazer serviços dentro de uma

---

<sup>3</sup>A posição ambígua das empregadas domésticas foi analisada por PERROT, Michelle. *Figuras e Papéis*. In: \_\_\_\_\_ (org.) *História da Vida Privada*, 4 e GRAHAM, Sandra. *Proteção e obediência*. Ainda, a articulação das categorias casa e rua foi investigada por MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro : Zahar, 1983.

<sup>4</sup>PERROT, Michelle. *Figuras e papéis* ... p. 175, 180, 184.

casa.<sup>5</sup>

Nos jornais, os anúncios sobre empregadas eram permeados pela ambigüidade de suas posições, numa tentativa das donas de casa de se livrarem de uma serviçal como Catarina.

Eram anúncios lacônicos, especificando-se apenas precisar-se de uma criada, ou repletos de qualificações que a mesma deveria possuir para ser aceita no emprego.

As donas de casa representantes das famílias mais ricas da cidade, como Mme. Eliza Gomes de Nogueira, esposa de um bacharel, necessitavam de mulheres pobres que executassem as tarefas domésticas. Para ela, *senhora de fino trato, os affazeres de uma cosinha, não se coadunam com o seu temperamento.*<sup>6</sup> Assim, às que não estivessem dispostas a executar os serviços domésticos, somente restava contratar essas profissionais. Era um negócio entre mulheres de posições sociais diferentes. O nível social da família empregadora definia a quantidade e a qualidade das empregadas, considerando-se ainda que, ter uma representava um certo "status" social para a família, ou como diz Michelle Perrot, o seu símbolo mais visível, que a identificava com a casta das pessoas servidas.<sup>7</sup>

Algumas qualificações eram exigidas das domésticas nos anúncios de empregos. Os patrões estavam à procura das que pudessem ser qualificadas de *boa empregada, empregada de confiança* ou que pudessem fornecer boas referências.<sup>8</sup> Alguns eram mais exigentes:

<sup>5</sup>DE PLACIDO E SILVA, Oscar. *Doutoras em guizados. Gazeta do Povo, Curitiba, 27-07-1939. p.1.*

<sup>6</sup>A CRISE das criadas. *Gazeta do Povo, Curitiba, 30-10-1925. p.6.*

<sup>7</sup>PERROT, Michelle. *Figuras e papéis ... p.178.*

<sup>8</sup>EMPREGADA. *O Dia, Curitiba, 17-03-1934. p.5; PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 29-11-1934. p.5; 03-05-1932. p.2.*

Casal sem filhos, precisa de uma empregada de boa aparência, educada, limpa, que saiba cozinhar bem e durma no aluguel. Ordenado 120\$000. Tratar a Praça Tiradentes, nº 61, fone 1455.<sup>9</sup>

Preferências de nacionalidade também estavam presentes em tais anúncios refletindo a influência da cultura dos imigrantes europeus. Era comum, principalmente na década de 1930, especificar-se a cor e o idioma que a empregada deveria falar:

Precisa-se de 2 empregadas, sendo uma para o serviço da casa, com preferência que saiba falar o alemão e outra para lavar louça, sem preferência de idioma. Tratar no "Bar São José", Praça Tiradentes, nº 256.

A Rua Pedro Ivo, nº 298, precisa-se para serviços leves, pagando-se bom ordenado. Que seja de cor branca e muito asseada, com idade de 15 a 30 anos.<sup>10</sup>

Muitos diziam claramente que se preferia uma empregada estrangeira ou alemã. Entretanto, alguns, embora raros, divergiam do padrão que indicava as estrangeiras como as mais laboriosas. Um deles pedia uma boa empregada, afirmando que era preferida uma preta e outro requeria uma moça brasileira<sup>11</sup> que conhecesse serviços finos.

Curitiba, formada por contingentes de imigrantes europeus, permitia que as famílias selecionassem as empregadas a partir da nacionalidade. Isso porém, não era sua exclusividade, como demonstra o anúncio abaixo:

Creada. Família polonesa de fino trato, de São Paulo, procura uma para todo o serviço. Idade: 20 e poucos anos. É preciso falar polonês. Ordenado: 100\$000. Dormirá em casa dos patrões. Paga-se viagem e será procurada na chegada em São Paulo. Dá-se preferência se tiver carteira. Procurar Pensão Roehrig, Rua São Francisco, nº 222, das 9 às 10 horas.<sup>12</sup>

No que se refere à idade das domésticas, a maioria dos anúncios não a especificava em números, mas por designações

<sup>9</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 17-08-1940. p.5.

<sup>10</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 03-01-1941. p.5 e 29-12-1935. p.5.

<sup>11</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 24-03-1935. p.5; 10-05-1933. p.5.

<sup>12</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 13-12-1941. p.5.



como senhora de meia idade, moça, mocinha, menina.

As senhoras de meia idade eram bastante requeridas, devido a sua maior experiência e ao fato de não possuírem os inconvenientes da gravidez. Ser séria e de boa saúde e dormir no aluguel<sup>13</sup> eram requisitos que permitiam a uma mulher madura empregar-se.

Mas, muitas famílias preferiam que fosse mais jovem, por ser, certamente, mais fácil de ser ensinada. Um anúncio especificou que desejava uma moça solteira que dormisse no aluguel. Outro afirmava aceitar que a empregada viesse acompanhada de criança,<sup>14</sup> embora devesse dormir no emprego.

Meninas e mocinhas também tinham as suas primeiras vivências como trabalhadoras domésticas, principalmente atuando em serviços leves e como pajens de crianças.

As atividades das empregadas nas casas das famílias variavam. No texto do anúncio era especificado que se requeria uma empregada para todo serviço, que saiba cosinhar, para serviços leves em casa de pequena família, ou ainda que conheça serviços finos.<sup>15</sup>

Alguns poucos faziam referências à necessidade de carteira de saúde, já que esta medida estava sendo implantada no período. Nas relações nada harmoniosas entre empregadas e suas patroas, os médicos também davam alguns palpites. Segundo o Dr. Dirceu Lacerda, fazia parte da higiene doméstica, o cuidado na admissão de uma empregada, de quem se devia exigir carteira de saúde, pois se tivesse alguma doença poderia contaminar a fa-

---

<sup>13</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 02-11-1939. p.5; 19-08-1937. p.5.

<sup>14</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 10-05-1933. p.5; 21-07-1935. p.5.

<sup>15</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 17-08-1940. p.5; 19-08-1937. p.5; 02-11-1939. p.5; 10-05-1933. p.5.

mília onde trabalhava.<sup>16</sup>

A maioria dos anúncios não especificava o salário, incluindo apenas UM paga-se bem OU ótimo ordenado.<sup>17</sup> Num deles, uma dona de casa oferecia 120\$000 para uma empregada de boa aparência, educada, limpa e que soubesse cozinhar bem.

Ter referências era uma das exigências expressa nos anúncios. Assim, o comportamento da empregada era avalizado por uma pessoa de idoneidade reconhecida.

A rotatividade dos serviços domésticos era comum em Curitiba. Uma empregada não ficava muito tempo no emprego, já que se atritava com a patroa que detinha o poder de mando. As famílias, ao recorrerem à coluna Pequenos Anúncios, mostravam o caráter de urgência de sua necessidade: Precisa-se de uma com urgencia.

Avenida Republica Argentina, 3133, Portão.<sup>18</sup>

O anúncio abaixo, de 1935, revela as relações entre patrões e empregadas:

Moça. Precisa-se de uma, de 30 a 35 anos, independente, pobre, porem de boa familia, para morar em companhia de pequena familia. Da-se ordenado e trata-se com consideração em troca de sua dedicação e bom trabalho. Resposta escrita na redação deste jornal para M.A.M.<sup>19</sup>

Esse anúncio demonstra a existência de uma troca entre a família empregadora e a empregada. Se esta fosse dedicada e realizasse a sua tarefa de forma a agradar à patroa, seria tratada com consideração. Ou seja, se encarnasse o ideal desejado receberia bom tratamento; caso contrário, não. Quando o anúncio

<sup>16</sup>LACERDA, Dirceu. *Hygiene domestica*. Revista Médica do Paraná. Curitiba, v.6, n.9, set. 1937. p.348.

<sup>17</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 17-08-1940. p.5; 26-02-1927. p.2; 29-11-1934. p.5.

<sup>18</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 01-01-1935. p.5.

<sup>19</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 17-01-1935. p.5.

se referia ao ordenado, usava o verbo *dar*, como se não fosse obrigação dos empregadores *pagar* o salário pelo trabalho.

A convivência entre patrão e empregada era conflituosa. Muitos não tratavam com consideração suas empregadas e, por sua vez, nem todas queriam dedicar-se. Elas viviam entre a intimidade e a estranheza em relação a seus patrões, podendo inclusive socializar os seus segredos.

Muitas vezes, no anúncio especificava-se que se desejava *UMA empregada de dentro*, que eram chamadas de *creadas*. A diferenciação dos termos espelhava a maior intimidade entre a criada e a família, já que estaria atuando nas partes mais preservadas da casa. Mas também indicava o fato de se estar relacionando essas trabalhadoras com as escravas do século passado, que viviam numa mesma família às vezes durante toda a sua a vida, realizando as tarefas da casa.

Muitas famílias procuravam especificamente as cozinheiras, adjetivando-as de forno e fogão, perita cozinheira e que saiba cozinhar o trivial, como demonstram os anúncios abaixo:

Cozinheira de forno e fogão. Oferece-se uma excelente profissional com profundo conhecimento da arte, para servir em hotel, bar ou restaurante, isto é, em casas de primeira ordem. Tratar na rua Visconde de Guarapuava, nº 755A.

Precisa-se de (...) uma perita cozinheira, à Av. Iguazu, nº 755. Nesta Capital. Paga-se bem.

Precisa-se com urgência de uma empregada que saiba cozinhar o trivial e para outros serviços leves. Paga-se bem. Tratar na Rua Desembargador Mota, 1781. Curitiba.<sup>20</sup>

Essa hierarquia qualificava o trabalho que as profissionais realizavam e as distinguia, fazendo com que as que detinham capacidades mais elaboradas tendessem a trabalhar nas casas mais finas.

---

<sup>20</sup> PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 14-12-1941. p.5; 11-03-1936. p.5 e 27-02-1940. p.5.

A adjetivação *boa cozinheira* era freqüente nos anúncios. Alguns alertavam que o ordenado dependia da habilidade da mesma, podendo chegar até 120\$000 mensais; outros, oferecendo 70\$000 a 80\$000, faziam uma advertência às mulheres que possuíam poucos conhecimentos sobre o ofício: *Pede-se não se apresentar não tendo competencia para o serviço.*<sup>21</sup>

Como esse conhecimento nem todas as mulheres detinham, a designação *boa cozinheira* excluía muitas que não conheciam a arte do trivial (as que cozinhavam apenas com as panelas em cima do fogão), ou do forno e fogão.

As mulheres que possuíam saberes destinados a pôr a casa em ordem também podiam trabalhar como arrumadeiras em hotéis, pensões, e nas casas das famílias requintadas:

*Arrumadeira. Precisa-se de uma moça de boa aparencia, casa de pessoas de fino tratamento, para pouco trabalho. Paga-se bem e exige-se referências. Tratar todos os dias com o Sr. Pellé, na Rua Alfredo Buffren, nº 19, apartamento 2. (em frente ao Luhn).*<sup>22</sup>

Atuar como lavadeira era também um trabalho que permitia às pobres ganharem seu sustento. Trabalhavam por dia, indo buscar roupas em domicílio a pé ou de carrocinha. Tônico Campos, autor de uma reportagem do Concurso Curitybano Reporter, descreveu uma lavadeira que morava num cortiço. Segundo ele, *Nha Firmina* as segundas-feiras, volta da cidade carregadinha de roupas sujas e aos sábados devolve às casas dos ricos as roupas cheirosas de orvalho.<sup>23</sup>

As lavadeiras realizavam um trabalho que, embora pertencesse ao universo doméstico, se dava mais portas a fora da casa dos patrões. Entretanto, elas lavavam as roupas que pertenciam à

<sup>21</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 27-07-1935. p.5; 08-02-1926. p.3.

<sup>22</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 04-02-1941. p.5.

<sup>23</sup>CAMPOS, Tônico. Cortiço. Diario da Tarde, Curitiba, 16-04-1934. p.1.

intimidade destes; apenas trabalhavam longe do alcance dos olhares da patroa.

Outra profissão era a de engomadeira. Nessa arte, as mulheres precisavam conhecer o ofício para se candidatarem ao emprego: Precisa-se de uma engomadeira de primeira ordem, OU que saiba fazer o serviço perfeito.<sup>24</sup>

Algumas delas, devido as suas qualidades especiais, recebiam reconhecimento social e popularidade, como Gertrudes Maria de Oliveira, carinhosamente conhecida como Mãe Tuca. Ela lavava e engomava as roupas das famílias mais tradicionais de Curitiba, num tempo em que se tinha de tirar água do poço, e que o ferro de passar era de brasa.

Constando do livro "Pioneiras do Brasil, Estado do Paraná", de Maria Nicolas, a popular lavadeira, que criou os filhos com o seu ofício, foi descrita como uma artista no difícil trabalho para a época de lavar e engomar.<sup>25</sup>

As governantes, que substituíam a dona de casa, atuando como um elo entre a família e os demais criados, também constavam nos anúncios. Eram requeridas para trabalhar em casas ricas ou de pessoas sós:

Governante. Para cuidar de uma pequena família de tratamento com três crianças menores, precisa-se de uma senhora de meia idade e educada, exige-se conduta exemplar e referencias reais. Paga-se bem (....).

Senhora. Precisa-se de uma desimpedida, de meia idade que fale alemão e que queira tomar conta de um viuvo com duas filhas. (....)<sup>26</sup>

Eram procuradas entre as mulheres de meia idade, o que

---

<sup>24</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 13-10-1926. p.2 e 02-11-1939. p.5.

<sup>25</sup>NICOLAS, Maria. Pioneiras do Brasil. Estado do Paraná. Curitiba : [s/n], 1977. p.130.

<sup>26</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 03-02-1940. p.5 e 02-11-1941. p.7.

denota a expectativa de que tivessem experiência suficiente para o cargo, bem como respeitabilidade e moralidade.

Algumas vezes, para as mulheres que se ofereciam como governante, o fator ser só era requisito para o exercício da profissão, como demonstra esse anúncio de 1941: Procura-se. Pessoa educada e só, que seja capaz como dona de casa.<sup>27</sup>

Meninas e mocinhas também podiam empregar-se como pajens de crianças. Começando a praticar as tarefas maternas, precisavam apresentar certas qualificações como ser limpa e ajuizada, ser uma menina sadia, ser bem educada e de boa apresentação, de boa conducta, gozar boa saúde e ser habituada a cuidar de criança.<sup>28</sup> Alguns anúncios especificavam a nacionalidade da pajem e exigiam que a mesma tivesse carteira de saúde.

As famílias ricas exigiam das pajens conhecimentos específicos e elitizados. Um anúncio de 1938, procurava uma para cuidar de duas crianças em casa de família de tratamento, dando-se preferência a que falar inglês, francês ou alemão.<sup>29</sup>

Outras famílias preferiam uma senhora de meia idade para pajear as crianças. Uma ama seca educada e assejada<sup>30</sup> poderia utilizar-se da sua experiência materna.

O mercado de empregos domésticos de Curitiba era bastante ativo a ponto de existirem Agências especializadas em encontrar as trabalhadoras para as famílias. Em 1927, a Empresa Internacional de Collocações afirmava que possuía os empregos

<sup>27</sup> PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 03-01-1941. p.5.

<sup>28</sup> PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 04-02-1936. p.5; 02-11-1941. p.7; 16-04-1935. p.5; 21-08-1930. p.6; PRECISA-SE. Diario da Tarde, Curitiba, 17-08-1931. p.6.

<sup>29</sup> SENHORITA. Gazeta do Povo, Curitiba, 05-10-1933. p.6.

<sup>30</sup> AMA seca. Gazeta do Povo, Curitiba, 07-10-1931. p.2.

nas melhores casas com bons ordenados. Aos patrões garantia que prestava informações detalhadas sobre os seus empregados registrados.

Em 1930, a Empresa Expresso - Veloz de Empregos Domésticos admitia candidatos para serviços de criados, criadas, cozinheiras, arrumadeiras, pajens, jardineiros, pintores, lenhadores, etc., e espelhava a rotatividade do serviço doméstico quando, dirigindo-se aos empregados em potencial, afirmava:

Hoje por exemplo v.s. está muito bem empregado; amanhã porem não mais esteja. Guarde por conseguinte este pedacinho de papel, como lembrança, e nunca perca de idéia a nossa Secção Permanente de Empregados Domésticos.<sup>31</sup>

Entretanto, não se sabe se as famílias preferiam contratar as empregadas anunciadas pelas agências ou se escolhiam suas serviçais sem intermediários. Uma curitibana afirmou ter recorrido a uma agência para conseguir uma mocinha sem referências, constatando, depois, que a mesma era tuberculosa.<sup>32</sup> Segundo uma crônica de um jornal paulista, as agências de empregos em São Paulo eram arapucas,<sup>33</sup> de onde aprendizes de criadas saíam para as casas das famílias.

A existência das domésticas estava permeada por diversas imagens que a sociedade construía sobre elas e que ficavam explícitas nos requisitos exigidos para a contratação das mulheres pobres que sabiam atuar no universo da casa.

Na fala dos patrões transparecia a opinião de que a rua era um local suspeito e a casa, um local onde se tinha segurança. Mas, certamente, para as empregadas, que mudavam tanto

---

<sup>31</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 04-05-1930. p.6.

<sup>32</sup>O SERVIÇO das empregadas, martyrio das donas de casa! Diario da Tarde, 2<sup>a</sup> ed., Curitiba, 15-10-1935. p.2.

<sup>33</sup>SERVIÇO domestico. Gazeta do Povo, Curitiba, 22-03-1927. p.3.

de emprego, a casa dos patrões era concebida como um local de privação da liberdade e de injustiça. Infelizmente, não foi encontrado nenhum registro direto ou mesmo indireto de uma empregada testemunhando suas experiências de trabalhadora. Com certeza, a história seria outra.

## 2.2 ANJO PERIGOSO

A coluna Pequenos Anúncios também oferecia a atividade de ama de leite para a mulher pobre que precisava empregar-se. Nesse caso, era necessário ser saudável. As que se ofereciam sabiam disso, já que afirmavam estar em ótimas condições de saúde.<sup>34</sup> Um anúncio de 1936 declarava que a ama submetia-se à inspeção médica.

Quando as famílias colocavam um anúncio à procura de uma nutriz, este era taxativo quanto à saúde:

AMA. Precisa-se sadia, dormindo fóra, dando de mamar de 3 em 3 horas. Tratar no Palacio do Comercio, apartamento R, com o Sr. Coelho.<sup>35</sup>

Outros desejavam que a ama fosse estrangeira, o que para as famílias era sinônimo de maior saúde e higiene. Poucos faziam referência ao filho da mesma. Um pedia uma ama de leite sem filho.<sup>36</sup> Os outros nada falavam sobre isso. Excluindo o filho da ama, ou não se referindo a ele, a sociedade da época negava a sua maternidade e afastava o perigo da parcialidade desta em relação à criança que ela deveria amamentar.

Quem ajudava as famílias a selecionar as amas de leite eram os médicos. A sua escolha era de suma importância para a criação do filho da família abastada. Ela poderia ser o anjo

---

<sup>34</sup> PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 16-05-1935. p.2.

<sup>35</sup> PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 05-04-1941. p.5.

<sup>36</sup> PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 17-01-1935. p.5.



substituto da mãe da criança, a propiciar-lhe alimentação. Entretanto, se estivesse doente ou tivesse costumes pouco higiênicos, esse anjo se tornaria perigoso.

O Dr. Aluizio França afirmou que as exigências primárias para a escolha de uma ama eram: asseio e saúde, leite abundante e bom, idade entre 19 e 35 anos. Para uma maior segurança da criança, recomendava ainda que ela tivesse as seguintes qualidades: que seja carinhosa, que não seja de primeiro filho, que não seja gorda (....) que não beba nem as tais cervejas pretas (....) e que não seja regrada.<sup>37</sup>

Em 1938, a Diretoria Geral de Saúde Pública do Estado do Paraná decretou que nenhuma ama de leite poderá prestar serviço, assalariado ou não, sem atestado de exame médico,<sup>38</sup> e que não poderia separar-se de seus filhos menores de 4 meses, a não ser que estivessem sendo amamentados por outra mulher.

Segundo o Dr. Francisco Guérios, antes de se contratar uma mulher era necessário um exame minucioso dela e de seu filho (para ver se ambos não tinham tuberculose ou sífilis), alertando que era muito comum uma ama se apresentar ao médico, com uma criança emprestada e em bom estado nutritivo<sup>39</sup> para enganá-lo.

Quanto à cor, o Dr. Guérios achava que, fosse ela branca, morena ou mulata não tinha importância alguma para o aleitamento da criança. Posição esta, nem sempre aceita pelas famílias que preferiam as estrangeiras.

O Dr. Guérios aconselhava que a família que precisasse

<sup>37</sup>FRANÇA, Aluizio. Consultório de Ensinamentos às Mães. Gazeta do Povo, Curitiba, 04-09-1932. p.3.

<sup>38</sup>PARANÁ, Decreto nº 6.155 e Regulamento Sanitário que dá a nova organização à Diretoria Geral de Saúde Pública. Diário Oficial do Estado. Curitiba : Empresa Grafica Paranaense, 1938. p.107.

<sup>39</sup>GUÉRIOS, Francisco. Aleitamento. Curitiba : [s.n.], 1922. (These apresentada a Faculdade de Medicina do Paraná). p.65.

de um nutriz a mantivesse morando em sua casa. Ele as descrevia COMO mulheres sem sentimento, depravadas que deixavam seu filho para amamentar uma criança de família rica, em troca de dinheiro. O que se devia fazer, segundo ele, era uma vigilância rigorosa, pois a ama, assim como pode trazer a felicidade ao lar, também pode produzir muitos desgostos e infelicidades.<sup>40</sup>

Segundo o Dr. Cesar Pernetá, a amamentação mercenária trazia alguns inconvenientes como o alto custo, restringindo-se às famílias abastadas, o fato de o filho da ama ser privado do aleitamento natural e os dissabores que a permanência da nutriz mercenária trazia às famílias. Segundo o médico, possuidoras de maus costumes,<sup>41</sup> elas exerciam nefasta influência sobre a educação das crianças.

O incentivo à amamentação materna e à vigilância ao fornecimento do leite animal, eram práticas preferíveis à amamentação mercenária. A ama de leite, com seu papel contraditório e controverso de anjo ou demônio<sup>42</sup> poderia trazer a sujeira e a doença dos lares mais pobres para a criança amamentada. A rua poderia invadir a casa. E as crianças, seres vulneráveis, não podiam ficar expostos aos seus perigos.

### 2.3 O PERIGO DENTRO DE CASA

As empregadas também eram vistas por seus patrões como possíveis protagonistas de casos policiais. As famílias, apesar

---

<sup>40</sup>Ibid., p.67, 68 e 69.

<sup>41</sup>PERNETA, Cesar. Alimentação do lactente sadio. São Paulo : Empresa Grafica dos Tribunais, 1939. p.50.

<sup>42</sup>MAGALHÃES, Elisabeth; GIACOMINI, Sonia. A escrava ama-de-leite: anjo ou demônio? In: BARROSO, Carmem; COSTA, Albertina. Mulher, mulheres. São Paulo : Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1983. p.74.

de desejarem uma para ajudar a dona de casa nos serviços ou mesmo substituí-la, viam com receio o fato de elas privarem da sua intimidade. Sua presença era considerada ameaçadora e, muitas vezes, delituosa.

Segundo os patrões, quando chegava uma criada nova, logo começavam os desaparecimentos de objetos de pouca importância. Desconfiar da criada seria ofendê-la e, por conseguinte, ficar sem uma serviçal. Uma dia ela some-se, levando a trouxa repleta<sup>43</sup> e não adiantava dar queixa à polícia porque não tinham carteira e, muitas vezes, usavam nomes trocados, procurando empregos em pontos opostos da cidade.

Em 1931, Silvio Lenharo, roubado em um colar de platina e dois anéis de ouro, suspeitou de sua empregada Laudelina Santos que, no dia anterior, levara, às escondidas, a sua roupa para a casa de uma mulher chamada Rosa.<sup>44</sup> Neste caso, não houve confirmação da autoria do furto.

Já, no caso que envolveu a Sra. Dora Lerner, que foi furtada em Cr\$ 2.500,00, a ex-empregada da casa, menor de idade, confessou ser a autora. Com ela foram apreendidos Cr\$ 1.737,00 bem como alguns objetos comprados com o dinheiro furtado.<sup>45</sup>

Independentemente das criadas serem ladras ou não, a sociedade da época acusava-as de capazes e audaciosas para cometer os furtos.

Quando ocorria um roubo numa casa que tinha empregada, mesmo sem provas, ela era demitida. O Sr. Paulo Bohmker, ao ser

---

<sup>43</sup>EMPREGADAS e criadas. Gazeta do Povo, Curitiba, 24-08-1928. p.2.

<sup>44</sup>O QUE se passa na polícia. Gazeta do Povo, Curitiba, 29-07-1931. p.8.

<sup>45</sup>A EMPREGADA deshonesta. Gazeta do Povo, Curitiba, 16-06-1945. p.3.

furtado supostamente por Augusta Sommer, despediu-a embora não tivesse provas de que tinha sido ela.<sup>46</sup>

Segundo o delegado Dr. Herbert Heisler, em 1926, estavam se tornando cada vez mais numerosos os indivíduos pertencentes a classe dos empregados domésticos que se prevalecem do seu emprego para darem saque aos bens de seus patrões.<sup>47</sup> Sugeriu uma lei bastante rigorosa que regulasse as condições de sua admissão.

Em 1936, a Gazeta do Povo destacava que era grande a porcentagem de furtos e roubos de autoria das domésticas. Resaltava que eram maus elementos que se infiltravam entre as trabalhadoras. Sugeriu um fichário, com o qual tanto os empregadores como as empregadas estariam protegidos e livres dos perniciosos elementos.<sup>48</sup>

As empregadas, às vezes, eram acusadas também de possuírem instintos de fera em um corpo de mulher.<sup>49</sup> Essa alcunha, quem recebeu foi Maria Navarro Lins, que com um facão cortou o tendão do calcanhar do menino Acir, que brincava, juntamente com outras crianças, na rua por onde a doméstica passava.

Maria, a magera, a mulher má,<sup>50</sup> foi presa por um investigador e processada. O jornalista, desatinado, não compreendia como uma mulher que sempre é amante das crianças poderia revelar instintos tão perversos.

---

<sup>46</sup>ERAM empregados domesticos e roubavam os patrões! Gazeta do Povo, Curitiba, 07-09-1926. p.1.

<sup>47</sup>Ibid.

<sup>48</sup>O PROBLEMA das domesticas. Gazeta do Povo, Curitiba, 01-09-1936. p.3.

<sup>49</sup>INSTINTOS de fera num corpo de mulher. Gazeta do Povo, Curitiba, 23-09-1938. p.6.

<sup>50</sup>VITIMA da perversidade de uma domestica. Gazeta do Povo, Curitiba, 21-09-1938. p.6.

Os jornais registram com freqüência e destaque as ações violentas e delituosas das empregadas contra seus patrões. Todavia, omitem a atitude violenta destes contra aquelas. Provavelmente, elas deveriam ser em grande número envolvendo maus tratos, estupros, falta de reconhecimento de seus direitos de trabalhadora.

No período de 20 anos, os jornais diários pesquisados, mencionam apenas um caso de queixa policial feita por Maria Thereza da Conceição, empregada da casa de Mariquinha Spena, por esta não querer pagar-lhe o ordenado e recusar-se a entregar a sua roupa. A dona de casa compareceu à repartição de Polícia e entregou-lhe a roupa. Quanto aos salários, nada revelou o jornalista.

Sobre as agressões sexuais dos patrões, nem um caso foi registrado. Rachel Soihet, analisando processos criminais onde domésticas cariocas foram acusadas de provocar abortos e infanticídios, esclarece que era fato corriqueiro o desrespeito à sua virgindade pelo patrão. Apesar de declararem a identidade dos defloradores, nada acontecia com eles. Entretanto, elas eram punidas pelo infanticídio e pelo aborto, pois a maternidade era considerada instintiva na mulher. Martha Esteves também encontrou domésticas violentadas por seus patrões no Rio de Janeiro da Belle Époque, onde as mesmas acabavam sendo responsabilizadas pelo acontecido.<sup>51</sup>

As empregadas também eram protagonistas dos artigos sobre suicídios. Elisia dal Santo, 17 anos, levou a ação suicida para dentro da casa de seus patrões. Empregada do Dr. Vencesláu

---

<sup>51</sup>SOIHET, Rachel. É proibido não ser mãe. In: VAINFAS, Ronaldo (org.) História e sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro : Graal, 1986. p.191-192 e ESTEVES, Martha. Meninas perdidas. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.

Breves, tentou suicidar-se com uma grande dose de ingredientes onde sobressaia a creolina.<sup>52</sup>

Maria Cavalcanti também tentou o suicídio por ter sido despedida do emprego. Quem teve menos sorte foi Maria Antonia, 17 anos, que trabalhava como doméstica na casa do Sr. João Dolman. Por questões amorosas, ingeriu potassa, falecendo no dia seguinte. Descrita como serviçal e caprichosa,<sup>53</sup> a jovem era muito benquista pelos seus patrões mas, segundo a Gazeta, possuía um espírito inconstante nas questões do amor.

A maneira dos patrões olharem as empregadas não se esgotava no processo de seleção nem na descrição dos delitos que cometiam. Comparando a velha mucama com a moderna empregada, desejavam, ardentemente, a volta da primeira.

#### 2.4 DE MUCAMA A MELINDROSA

Em 1935, o Diário da Tarde transcrevia uma carta de uma dona de casa intitulada o serviço das empregadas - martyrio das donas de casa!<sup>54</sup> Lamentando o esquecimento da imprensa e das autoridades públicas no que se referia ao assunto.

A Curitybana Reporter, assim chamada pelo Diário da Tarde, afirmou que havia recorrido a uma empresa, onde conseguiu uma mocinha para serviços caseiros. Admitida mesmo sem qualquer recomendação, passou a cuidar das crianças e penetrou em toda a intimidade da casa.<sup>55</sup> Algum tempo depois, a dona de casa começou a observar o

<sup>52</sup>SOB a epidemia dos suicídios. Gazeta do Povo, Curitiba, 30-05-1933. p.6.

<sup>53</sup>TOMOU creolina. Gazeta do Povo, Curitiba, 13-09-1938. p.8; MAIS uma jovem tenta contra a existencia engerindo potassa. Gazeta do Povo, Curitiba, 05-09-1930. p.8.

<sup>54</sup>O SERVIÇO de empregadas - martyrio das donas de casa! Diario da Tarde, 2<sup>a</sup> ed., Curitiba, 15-10-1935. p.2.

<sup>55</sup>Ibid.

seu estado de saúde. Posta em confissão, foi descoberto que era tuberculosa, tendo já estado internada num sanatório.

Segundo a curitibana, só esse fato já demonstrava os enormes perigos a que estavam sujeitas as famílias. Reclamou que as criadas não se identificavam, mal sabia-se o seu primeiro nome e não era raro que dessem nomes trocados e negavam-se a dar referências, indo embora se a insistência continuasse, além de praticarem furtos nas casas em que trabalhavam (ela própria fora vítima de uma empregada ladra). Outro aspecto era o da devassidão a que se entregam muitas dessas infelizes que buscam nisto recursos para saciarem seus impulsos de luxo.<sup>56</sup>

Tudo o que afirmava, segundo ela, podia ser confirmado pela maioria absoluta das famílias curitybanas.<sup>57</sup> Como conhecedora do assunto, perguntava qual o remédio para o problema das empregadas, ao que ela mesma respondia:

É a regulamentação da profissão, estabelecendo-se carteiras mixtas, profissionais, médicas e policiaes. (....)  
 A Policia lhes fiscalizaria os costumes, attestando-lhes a moralidade e o procedimento.  
 A saúde pública se pronunciará quanto á saúde.  
 E o Ministerio do Trabalho se incumbiria de seguir os passos das criadas conforme manda a lei.<sup>58</sup>

Na sua opinião, assim estariam garantidos os direitos dos patrões mas também os das próprias empregadas que poderiam usufruir dos benefícios das leis sociais.

Ao terminar a sua carta, considerando-se vítima, pediu providências que socorressem as infelizes serviçais e as patroas, as maiores sacrificadas com o actual serviço domestico.<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup>Ibid.

<sup>57</sup>Ibid.

<sup>58</sup>Ibid.

<sup>59</sup>Ibid.

O problema das domésticas há algum tempo já preocupava a sociedade curitibana. Em 1925, um homem, usando as iniciais A.C., escrevia na Gazeta do Povo, destacando que Curitiba estava vivendo uma crise final das criadas.<sup>60</sup>

Indignado com essa situação, ele pedia a criação do serviço obrigatório das criadas,

Pois não é justo, não é digno e attenta contra todos os princípios, tirar-se uma jovem do lar de seus paes, nos dias que atravessamos, para logo após uma lua de mel, mandarmos para a cosinha, fritar ovos e linguças, descascar pepinos e cebolas, lavar frigideiras e arear tachos.<sup>61</sup>

Segundo A.C., a crise se acentuava porque a profissão não era muito rendosa e quem podia ser creada prefere ser patroa. Nostálgico das criadas à maneira antiga, descrevia as modernas empregadas.

Hoje, são ellas melindrosas, não querem encardir as mãos para não tirar o esmalte das unhas, não se sujeitam a ficar muito tempo perto do fogão para não estragar a pelle do rosto e não cosinham aos domingos e feriados, por causa das "fitas" em series, focalizadas nos "matinees" (....)<sup>62</sup>

Para este curitibano, a velha mucama que remendava meias nas horas vagas e que à noite contava histórias para as crianças dormir, caiu de moda, foi substituída pela criada moderna, de meias de seda, cabelo à la garçonne, que não pode dormir no aluguel por causa do barulho das crianças.<sup>63</sup>

Essa mudança de comportamento das domésticas refletiu-se no nome dado a sua profissão. Antes chamadas de creadas, no final da década de 20 elas já ostentavam o título de empregadas:

Hoje em dia não há mais creadas e quando alguém adopta esse titulo, ellas emendam logo, dizendo que creadas são as pretas do cativeiro e que não é nenhum favor que lhes chamemos empregadas (....).<sup>64</sup>

A designação creada, associada à escravidão e à mucama

<sup>60</sup>A CRISE das criadas. Gazeta do Povo, Curitiba, 30-10-1925. p.6.

<sup>61</sup>Ibid.

<sup>62</sup>Ibid.

<sup>63</sup>Ibid.

<sup>64</sup>EMPREGADAS e criadas. Gazeta do Povo, Curitiba, 24-08-1928. p.2.



solícita e serviçal, foi substituída por uma que as definia como trabalhadoras livres, integradas na sociedade do trabalho, com direito de ir e vir, e ficar o quanto desejassem na casa dos patrões. Ainda, estava vinculada a uma concepção de família extensa, integrada por agregados, em relação aos quais a família mantinha laços de favor e não contratuais. As domésticas, desenvolvendo sua autoconsciência, segundo Michelle Perrot, já não suportavam a negação do corpo e do próprio ser, então se tornam móveis, indóceis, não aceitam os conselhos e perseguem seus próprios fins,<sup>65</sup> buscando, quando moças, economizar para casar e desejando ser respeitadas como pessoas e como trabalhadoras.

A Gazeta do Povo assinalou que as donas de casa, cansadas de encomendar empregadas, recorriam aos anúncios de jornal, onde as incentivavam com um paga-se bom ordenado. O artigo, irônico, coloca um diálogo fictício entre uma patroa e sua nova serviçal:

- Sabe lavar roupa?
- Sei, mas o médico proibiu-me por causa dos rins.
- Sabe lavar casa?
- Sei mas soffro muito de rheumatismo.
- Sabe cosinhar?
- Sei, sim senhora, mas não posso suportar o calor do fogo.
- Sabe limpar e arrumar a casa?
- Não sendo muito grande.
- Então, o que é que voce sabe fazer?
- Tomar conta de creanças (....)<sup>66</sup>

Ironizando ainda mais o comportamento das empregadas, afirmava que elas impunham descanso aos domingos, horários para ir ao dentista, ao médico, ao professor de francês e de música e ainda desejavam ganhar um salário de cem mil réis!<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup>PERROT, Michelle. Figuras e papéis ... p.185.

<sup>66</sup>EMPREGADAS e criadas. Gazeta do Povo, Curitiba, 24-08-1928. p.2.

<sup>67</sup>Ibid.

Este artigo teve tanta repercussão que, no dia seguinte, o mesmo jornal publicava uma carta de um leitor elogiando a abordagem do assunto, que designou como *tragédia das empregadas domésticas*.<sup>68</sup>

Este afirmou que, em Curitiba, o problema não era propriamente de escassez de criadas, mas de sua qualidade. As que se ofereciam para o cargo eram gente sem idoneidade, quasi sempre revoltada.<sup>69</sup> Para solucionar esse problema sugeriu a instituição da caderneta profissional e de saúde e a união das donas de casa numa instituição, inclusive fazendo circular listas negras das domésticas. A partir dessa regulamentação, achava que estas teriam preservados seus direitos, como um melhor salário, garantias e benefícios.

Com essas sugestões pensava resolver a situação das donas de casa que, segundo ele, estavam se sacrificando devido aos abusos de empregadas, que exigem tudo e raramente cumprem o que tratam.<sup>70</sup>

Outra maneira de resolver o problema era utilizar os avanços da tecnologia. A eletricidade, com aparelhos facilitadores da vida, como o fogão elétrico, poderia dispensar uma cozinheira.

As exclamações *as criadas não param!*, *as criadas não merecem confiança!*, *eu estou outra vez sem cosinheira!* poderiam ser substituídas pelo recurso da eletricidade. Com ele, a dona de casa ficava longe do carvão, da fumaça, do calor e da sujeira característicos das cozinhas e, o que era melhor, ficava bem longe do grande e terrível quebra-cabeça

---

<sup>68</sup>O PROBLEMA das criadas. Gazeta do Povo, Curitiba, 25-08-1928. p.1.

<sup>69</sup>Ibid.

<sup>70</sup>Ibid.

de todos os tempos, o problema das cosinheiras.<sup>71</sup>

Entretanto, esse problema não era exclusivo de Curitiba. Em 1927, uma paulistana reclamava da falta de organização da vida doméstica. Segundo ela, os criados de hoje encheriam de azedume o genio de um santo, quanto mais o de uma pobre criatura, dona de casa.<sup>72</sup>

A crise das empregadas em Curitiba revelava-se numa considerável oferta de mão-de-obra feminina, no início de uma regulamentação e, principalmente, na mudança de comportamento das domésticas que desejavam ser tratadas como trabalhadoras.

Na década de 40, para solucionar a questão e atender aos reclames das donas de casa brasileiras, o Presidente da República assinou um decreto-lei tornando obrigatório em todo o país, para o emprego em serviços domésticos, o uso da Carteira Profissional expedida mediante prova de identidade, atestado de boa conduta e de vacina e saúde. Com a regulamentação, o serviço doméstico deixou de ser objeto de negociação privada e pessoal, de ser um negócio apenas entre mulheres.

Mas, as coisas não mudaram do dia para a noite. Muitas domésticas ainda trabalhavam sem carteira profissional e muitas donas de casa continuavam a selecioná-las, em busca da velha solícita criada, totalmente despersonalizada. Entretanto, os patrões estavam descobrindo, cada vez mais, que as empregadas eram pessoas como eles.

---

<sup>71</sup>O PROBLEMA das cosinheiras. Gazeta do Povo, Curitiba, 09-11-1934. p.6.

<sup>72</sup>O SERVIÇO domestico. Gazeta do Povo, Curitiba, 22-03-1927. .3.

## 2.5 NOS PARTICULARES DA VIDA

A imprensa da época pouco relata das vivências particulares das domésticas. Apenas quando elas se envolviam em suicídios, roubos, casos policiais é que uma faceta extravagante de suas vidas aparecia. Pouco se sabe sobre a rotina dessas mulheres, como era a sua vida, o que pensavam, como agiam em relação aos seus patrões.

Um único anúncio de emprego fez referência à vivência da empregada fora do universo da casa onde trabalharia. A família moradora na Rua Presidente Farias, nº 248 ao pedir uma cozinheira e uma pajem ressaltou que ambas deveriam dormir no aluguel e sair aos domingos.<sup>73</sup>

Dormir no aluguel era a maneira de os patrões controlarem as empregadas e evitarem os seus contatos privados, impedindo-lhes uma existência independente. Já, sair aos domingos era uma afirmação rara nos anúncios mas, certamente, esse era um ponto que interessava muito às empregadas, desejosas de encontrar seus familiares, suas amigas e viver seus amores. Mas, independente da folga, durante a semana, mesmo dormindo nas casas dos patrões, certamente arranjavam uma maneira de viverem suas próprias vidas.

Algumas poucas notícias da vida das domésticas, fora do universo de seu trabalho ou relacionadas a este, apareciam nas colunas policiais dos jornais da época.

Um acontecimento revelador foi o que envolveu as domésticas Amenaide França e Walfrida, mais conhecida como Carmem, ambas moradoras no mesmo quarto. Amenaide deu queixa à polícia porque Walfrida avançou, enquanto aquela trabalhava, numa mala,

---

<sup>73</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 13-02-1936. p.5.

numa pulseira e numa corrente de ouro, em três anéis, uma aliança, um lençol, toalhas de rosto e algumas fotografias, e depois mudou-se para uma Pensão na Praça Tiradentes.<sup>74</sup>

Este caso revela que durante o tempo em que não trabalhavam nas casas dos patrões, mantinham em comum um quarto, provavelmente numa pensão ou num cortiço. Isso demonstra que eram pessoas sós, tentando ter algumas horas ou dias de vivências particulares e autônomas. A solidariedade de trabalhadoras que lhes permitia morarem juntas, foi rompida com o roubo dos pertences de Amenaide.

Ainda merece atenção o fato de Walfrida também ser conhecida pelo nome de Carmem. Mulheres pobres, muitas vezes, adquiriam alcunhas devido a sua popularidade. Também as donas de casa costumavam acusar as empregadas ladras de não usarem os seus nomes verdadeiros.

Outra doméstica que teve problemas com uma colega de profissão foi Nena Mulata. Queixou-se ao delegado de que uma negrinha, empregada em outra casa de família, anda dizendo "por aí" ser sua prima (....)".<sup>75</sup>

Nena apresentava-se sem sobrenome, apenas com a alcunha, como deveria ser conhecida pelas pessoas da cidade. Como mulata, não desejava ser prima de uma negrinha. Esta, por sua vez, na necessidade de dar alguma referência sobre sua pessoa pode ter citado o nome de Nena, sua conhecida.

Outro caso que revela um pouco das vivências das empregadas foi o que envolveu a ex-operária desempregada Leonor Ostrowski, que foi dada como evadida da residência de seus pais.

---

<sup>74</sup>PELA policia. Gazeta do Povo, Curitiba, 12-12-1933. p.8.

<sup>75</sup>O QUE vai pela policia. Diario da Tarde, 2<sup>a</sup> ed., Curitiba, 21-03-1935. p.5.

Como apareceu para ela um lugar de doméstica numa casa de família, dirigiu-se para lá, ficando durante alguns dias, sem avisar os familiares.<sup>76</sup>

A dificuldade de comunicação com a família fez com que Leonor fosse acusada de fuga. O fato de ser ex-operária e depois passar a trabalhar como doméstica demonstra a sua versatilidade.

Outra situação foi a que envolveu Humberto Lúcio, morador de uma pensão na rua André de Barros, que foi *sem motivo justo*,<sup>77</sup> segundo ele, agredido pela empregada. As curitibanas e, entre elas, as domésticas não eram seres passivos. Pelo menos, nem todas. Elas eram mulheres pobres que sabiam defender os seus interesses de trabalhadoras. Ainda, viviam a experiência da miserabilidade e da honestidade, como demonstram os dois fatos narrados em seguida.

Numa manhã fria de maio de 1934, o repórter do Diário da Tarde entrevistou na rua uma lavadeira sorridente que tinha um pano amarrado em sua cabeça. Perguntada sobre o frio, respondeu que isso não era nada se arranjasse serviço, pois seus filhos tinham ficado em casa à espera de comida. Ao contar para o repórter que às cinco e meia da manhã ela vinha para a cidade à procura de serviço, este perguntou-lhe se ela não sentia inveja dos ricos, ao que respondeu: *Ué! O dinheiro é deles (...)* Si eu fosse rica também não sahiria cedo (...). Insistindo, na tentativa de fazê-la pensar sobre as diferenças sociais, o jornalista indagou:

-Porem elles podem e você não pode?

-Porque não tenho fortuna.

-E por que não tem fortuna?

---

<sup>76</sup>A MOCINHA apareceu. Gazeta do Povo, Curitiba, 28-11-1934. p.6.

<sup>77</sup>NOTÍCIAS policiais. Gazeta do Povo, Curitiba, 12-09-1943. p.2.

-Porque o que ganho não dá para ajuntal-a.

-E por que não dá?

-Ora, o sr. quer saber muita cousa (...) VÁ perguntar ao bispo (....).<sup>78</sup>

A posição do jornalista de insistir com a lavadeira para que ela pensasse sobre sua condição de miserabilidade era coerente com a postura política contestatória do jornal Diário da Tarde. Já, a posição desta de não se questionar sobre o assunto revela uma mentalidade prática vivenciada no seu dia-a-dia.

Num outro acontecimento, em 1931, a lavadeira Guilhermina Maria da Conceição, 42 anos, foi morta por seu companheiro embriagado. Isso fez com que um chefe de família, para quem trabalhava, escrevesse uma carta à Gazeta do Povo, indignado com o crime. Segundo ele, pouquíssimas vezes retinha o nome e a fisionomia de suas serviçais; mas, Guilhermina ele conhecia bem, devido a uma atitude que essa paraibana de nascimento tivera. Há algum tempo, trazendo o rol de todas as semanas, entregou a sua esposa UM botão de brilhante, que, por descuido, seguira com a camisa para a lavanderia.<sup>79</sup> A honestidade da lavadeira fez com que seu patrão desejasse conhecê-la e, quando do seu assassinato, decidiu escrever ao jornal, falando da indignação pela falta de punição do culpado.

Assim, como havia empregadas ladras, também havia as honestas. Apesar da visão da doméstica com ladra predominar na sociedade da época, isso não impediu que um patrão viesse a público relatar a honestidade de uma lavadeira.

Já sobre os amores, as famílias, as amizades das domésticas, suas angústias em relação à gravidez, filhos, doenças e companheiros, pouco se sabe. As fontes, comprometidas com a vi-

---

<sup>78</sup>QUE frio horrível! Diário da Tarde, Curitiba, 12-05-1934. p.1.

<sup>79</sup>A LAVADEIRA que o continuo matou. Gazeta do Povo, Curitiba, 14-11-1931. p.3.

são dos patrões sobre as mesmas, silenciam sobre quase tudo o que se refere ao caráter privado da vida dessas mulheres. O que se pode dizer sobre elas é que eram audaciosas e despachadas. O fato de ficarem pouco tempo nas casas dos patrões, demitindo-se por várias causas, quase sempre não muito bem explicadas, demonstra que eram insubmissas ao tratamento de seus patrões, como deveriam ser em suas vidas particulares.



### 3 FAZENDO PEQUENOS NEGÓCIOS

#### 3.1 NA RUA, AS VENDEDORAS AMBULANTES

Em julho de 1985, a Revista Panorama editou um artigo sobre a última verdureira solitária de Curitiba. Dona Herminia Perussi, na época com 75 anos, vendia verduras para uma freguesia familiar há 50 anos, com seu cavalo e sua carroça.

A italiana Herminia mantinha-se fiel à tradição de quando a cidade era despertada pelos pregões característicos das colonas italianas e polacas<sup>1</sup> que transitavam pelas ruas centrais, vendendo verduras, ovos, frangos e lenha.

Acordando às 3 e meia da manhã, colhia as verduras, preparava a carroça e saía, por volta das 6 horas, para percorrer 6 quilômetros entre Santa Felicidade, onde morava, e o centro.

Na década de 80, ela era a última verdureira solitária que, com um cavalo e uma carroça (ambos velhos), percorria as ruas. Mas, nas décadas de 30 e 40, a mesma dona Herminia era uma entre tantas ambulantes que vinham das colônias dos imigrantes europeus para a cidade vender seus produtos da lavoura.

-Quer comprar feijão, arroz, milho, ovos, batatas?<sup>2</sup> Esse era o clarim alegre das vendedoras ambulantes que ressoava de porta em porta, na década de 1930, poupando às donas de casa ou às domésticas, o trabalho de irem aos estabelecimentos comerciais.

Na época, as ruas, principalmente pela manhã, eram o

---

<sup>1</sup>A ÚLTIMA verdureira solitária. Dona Herminia, sua carrocinha e seu cavalo. Panorama. Curitiba, v.35, n.349, jul. 1985. p.5.

<sup>2</sup>OS MERCADOS ambulantes de Curitiba. Gazeta do Povo, Curitiba, 25-02-1932. p.1.

palco onde atuavam personagens modestas que tiravam o seu sustento da venda a miúdo dos produtos da lavoura.<sup>3</sup>

Segundo a Gazeta do Povo, os mercados públicos eram um fracasso, pois a cidade não precisava deles. Todas as manhãs afluíam pelas ruas uma infinidade de carrocinhas coloniais,<sup>4</sup> vindas das colônias adjacentes, trazendo cereais, verduras, lenha, ovos e galinhas.

O aspecto matinal de Curitiba era caracterizado pela atividade dos laboriosos habitantes das colônias que batiam de porta em porta para venderem produtos frescos e saudáveis e a preços convidativos.<sup>5</sup>

Para um jornalista da Gazeta do Povo, em 1932,

Nenhuma cidade possui em tal grau de desenvolvimento esses mercados ambulantes. E o mais curioso é que eles são dirigidos, a maioria, por mulheres, esposas ou filhas do lavrador, que lá ficou na colônia (...).<sup>6</sup>

As colonas, inicialmente integradas no borbórinho de vender, depois passavam a adquirir nas lojas e casas comerciais os produtos de que necessitavam, dirigindo-se principalmente à região das ruas Riachuelo e José Bonifácio. Formavam-se ali, então, carreiras de veículos coloniais e a vida comercial desses pontos tomava um aspecto único, isso devido, mais, ao vestuário típico das colonas.<sup>7</sup>

Segundo esse artigo, elas ofereciam os seus produtos a preços sem concorrência. Entretanto, no inverno de 1928, quatro anos antes, o mesmo jornal reclamava que estavam explorando a

---

<sup>3</sup>Sobre as atividades femininas informais e improvisadas as obras de DIAS, Maria Odila. Quotidiano e Poder em São Paulo, no século XIX. São Paulo : Brasiliense, 1984 e FERROT, Michelle. Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988, apresentam as mulheres pobres atuando nas ruas da cidade onde moravam e ganhando o seu sustento no comércio miúdo.

<sup>4</sup>OS MERCADOS ambulantes de Curitiba. Gazeta do Povo, Curitiba, 25-02-1932. p.1.

<sup>5</sup>Ibid.

<sup>6</sup>Ibid.

<sup>7</sup>Ibid.

população com preços exorbitantes.

O jornalista da Gazeta saiu pelas ruas à procura das ambulantes, para indagar-lhes os preços dos produtos. Na rua Dr. Pedrosa, encontrou uma carroça de camponesa, dessas muitas que transitam pela cidade e que são verdadeiros mercados ambulantes, prestando ótimos auxílios as senhoras donas de casa. Dirigindo-se à vendedora de verduras indagou:

-Que tem para vender, madama?

-Agora só tem isso - respondeu-nos. Ella com indiferença mostrando qualquer coisa no fundo do vehiculo.

-Olhamos a qualquer coisa: eram cinco pedaços de mandioca ou aipim.

-Quanto vale isso? Indagamos interessadamente.

-Mil e quinhentos!

-Por esses cinco pedaços de aipim?

-É o preço! Diga fica ou não, acrescentou ella, com um sotaque italianado.

-Não, madama, é muito caro não ficamos.

Dando uma chicotada no cavallo, madama, talvez por esquecimento, sahio apregoando lenha, batata doce, ovos, milho, couve, feijão e uma infinidade de coisas que não tinha mais na carroça.<sup>8</sup>

Como as colonas tinham uma clientela fixa, nas ruas por onde passavam, provavelmente trariam no dia seguinte os produtos que, apesar de apregoados, já se haviam esgotado.

Ao encontrar outra carroça estacionada na Rua 7 de Setembro, o jornalista perguntou quanto valia um frango que a vendedora segurava pelas pernas. Afirmando que aquilo era um galo gordo, ela pedia quatro mil réis. O repórter, abismado com o preço exorbitante, foi atrás de outra verdureira.

Na rua Alferes Poly, ao encontrar uma ambulante e indagar-lhe os preços das verduras, arriscou uma pergunta mais ousada: Dão muito lucro as suas vendas? Recebeu como resposta que dão sempre algum lucrinho! (....).<sup>9</sup>

Depois de ter entrevistado três vendedoras de verduras, chegou à conclusão de que elas prestavam um valioso auxílio às

---

<sup>8</sup>EXPLORANDO a população. Gazeta do Povo, Curitiba, 28-07-1928. p.3.

<sup>9</sup>Ibid.

donas de casa e que simultaneamente sabiam fazer valer as suas mercadorias.

Entretanto, o ano de 1928 foi excepcional, já que o inverno foi muito rigoroso e com neve,<sup>10</sup> o que trouxe consequências negativas para a lavoura de gêneros alimentícios perecíveis, ocasionando a alta dos produtos. Fora desse período, os periódicos da cidade sempre tiveram em alta conta o comércio propiciado pelas colonas.

O trabalho das verdureiras era de complementação da renda familiar. Suas atividades eram pouco rentáveis, já que vendiam gêneros alimentícios à miúdo, objetivando a sobrevivência. Era um trabalho autônomo, pelo qual prestavam serviços às famílias. Segundo Etelvina Trindade, eram principalmente as imigrantes italianas e polonesas que atuavam no comércio de alimentos. A atividade feminina proveniente do trabalho nas colônias e que se refletia no comércio miúdo da cidade era bem aceita socialmente. Para as imigrantes, os hábitos de trabalho são lugar-comum na lide cotidiana, já que elas possuem uma visão de mundo onde a participação laboriosa da mulher deve dar-se tanto no recinto doméstico quanto fóra dele, na lavoura e no comércio.<sup>11</sup> A esposa imigrante desempenhava um papel ativo, participando dos trabalhos no campo, cuidando de animais e cultivando hortas.

Na rua, as ambulantes envolviam-se numa contínua troca de informações, bate-papos e toda uma rede de conhecimentos e favores pessoais,<sup>12</sup> propiciados pelas diversas atividades que executavam.

---

<sup>10</sup>ANTUNES, Irineu. Mortalidade Infantil em Curitiba, These. (Faculdade de Medicina do Paraná). Curitiba : [s.n.], 1939. p.22.

<sup>11</sup>TRINDADE, Etelvina. Clotildes ou Marias ... p.171.

<sup>12</sup>DIAS, Maria O. Quotidiano e poder ... p.12.

Além de verduras, vender flores também podia render algum dinheiro. Aos sábados e domingos, na década de 40, nas entradas dos cemitérios, modestas mulheres e simpáticas garotinhas,<sup>13</sup> com grandes braçadas de flores, as vendiam a preços inferiores daqueles das floriculturas, a quem desejasse fazer uma homenagem a seus mortos, pois por Cr\$ 2,00 podia-se comprar um "bouquet".

Algumas mulheres que negociavam nas ruas, ganharam popularidade e carinho por parte da população, como ocorreu com a vendedora de doces que, na década de 30, ficava na porta do Palácio Theatro. Ela era uma figura presente todas as noites, chova ou não, faça frio ou calor,<sup>14</sup> com sua cesta repleta de amendoins, balas e chocolates.

Com seus cabelos quase totalmente brancos, vendia sua modesta mercadoria, apesar de já sentir a concorrência de confeitarias e casas de bombons. Mas estava sempre com a mesma fisionomia, a servir principalmente crianças e rapazes que já se habituaram a comprar as guloseimas da boa velhinha. Na década de 30, já era uma figura remanescente, um reflexo vivo da encantadora Curityba, a provinciana simplória d'outros tempos,<sup>15</sup> pois o comércio de doces estava saindo das ruas e se instalando nas casas comerciais.

Vender alguma coisa era uma arte, requeria qualificações do vendedor, como a amabilidade, para convencer o freguês a comprar. A figura simpática e tradicional de uma velhinha podia ajudá-la nas vendas de doces. Entretanto, algumas vendedoras tentavam convencer o freguês na base da insistência.

---

<sup>13</sup>PROBLEMAS de cidade. Gazeta do Povo, Curitiba, 08-05-1945. p.4.

<sup>14</sup>FIGURAS populares de Curityba. Gazeta do Povo, Curitiba, 06-07-1930. p.1.

<sup>15</sup>Ibid.

Maria Guerra foi descrita como sendo uma dessas mulheres. Vendedora de bilhetes de loteria, insistiu com o sr. Josuá Quadros de Souza, ao vê-lo passar pela Dr. Muricy, para que comprasse um bilhete. Como Josuá se negava, Maria o colocou no braço do transeunte e começou a gritar que tinha sido roubada. O caso foi parar na delegacia de Plantão e ela foi recolhida ao xadrez.<sup>16</sup>

Os vendedores de bilhetes de loteria, de modo geral, tinham fama de serem insistentes com os fregueses. Segundo a Gazeta do Povo, eles perseguiram as pessoas pela cidade, pegavam pelo paletó quem estava indo tomar o bonde, distraíam quem estava lendo o jornal, tudo com o objetivo de ganhar o seu sustento.

Todas essas atividades ambulantes, realizadas de maneira autônoma e livre, começaram a merecer a atenção dos legisladores que pretendiam regulamentar a profissão. Em 1939, estava nas mãos do Ministro do Trabalho o ante-projeto de regulamentação. Nele eram considerados ambulantes todos os indivíduos que, por conta própria ou de terceiros exerceram o comércio ambulante nos logradouros públicos.<sup>17</sup> Ainda, estabelecia que ninguém poderia ser licenciado sem possuir carteira profissional e atestado de idoneidade passado pela autoridade policial, e que essa atividade não poderia ser exercida por menores de 14 anos.

Com um pé no público e outro no privado, as vidas das trabalhadoras da rua vão se tornando cada vez mais difíceis, devido à interferência das autoridades que, às vezes as toleravam e outras, as atacavam.

---

<sup>16</sup>NOTÍCIAS policiais, Gazeta do Povo, Curitiba, 07-09-1943. p.2.

<sup>17</sup>A PROFISSÃO de vendedor ambulante. Gazeta do Povo, Curitiba, 21-07-1939. p.1.

As ambulantes, quase sempre, executavam atividades para as quais não havia preparo, nem um aprendizado sistemático, apenas a experiência adquirida na rotina de suas vidas.

As mulheres pobres arranjavam uma maneira de ganhar dinheiro na rua, para garantir a sua sobrevivência. Conhecedoras da estrutura da cidade em suas andanças, sabiam onde podiam colocar a sua *banquinha* ou em que porta deveriam bater para obter uma venda mais vantajosa.

As atividades femininas nas ruas, revestidas de informalidade, demonstram a grande presença das mulheres no trabalho que, como Dona Herminia, tinham suas vivências marcadas por um constante ir e vir.

### 3.2 NO COMÍCIO DAS MULHERES, AS LEITEIRAS

Quem quiser leite pura (sic) tempo de verão a 300 e tempo de inverno a 400 réis, e quem não quiser pagar o leite puro 2 garrafas para 500 réis vai um martello de agua em cada garrafa e quem quiser o leite a 200 réis vai metade de agua.

Se os senhores encontrar alguma leiteira que põe agua no leite fazer pagar multa seja qualquer.

Mas que o leite seja pagado (sic) a 300 réis ou a 400 réis.<sup>18</sup>

Essa representação dirigida ao Diretor da Higiene Municipal, em 1911, por 63 leiteiras, era a resposta destas às investidas das autoridades contra a falsificação do leite. Ainda, formaram uma associação chamada *União das Leiteiras*, com o objetivo de pugnar pelos interesses de seu pequeno commercio,<sup>19</sup> bem como atender os reclames do povo, mas com a condição de que este aceitasse o preço imposto por elas.

As vendedoras de leite, na década de 1910, pela primeira vez, tiveram de sair às ruas, unir-se e desafiar os poderes

---

<sup>18</sup>O REI dos alimentos. *Diario da Tarde*, Curitiba, 02-01-1911. p.2. O jornal mantém o texto da representação das leiteiras como no original.

<sup>19</sup>ibid.

instituídos para assegurarem o trabalho com o qual garantiam o sustento de suas famílias.

Em dezembro de 1913, participaram de uma greve para protestar contra a implantação das medidas que normatizaram a produção e venda do leite. Foram ameaçadas, brigaram com os fiscais, reclamaram na imprensa e colocaram em ação todos os seus saberes práticos.<sup>20</sup>

A questão do leite, como ficou conhecida na década de 1910 a briga entre as autoridades municipais e os leiteiros, esteve adormecida até o início da década de 1930 quando, recebendo novo ânimo, eclodiu, trazendo para a cena pública novamente as leiteiras.

Em 1928, a imprensa reclamava uma fiscalização rigorosa para a venda do leite, já que as camponesas transportavam o produto em garrafas de cerveja, fechadas com rolhas inadequadas, além de adicionarem água ao produto, e possuírem freqüentes espalhados em pontos distantes. Além disso, o leite era exposto ao sol durante muito tempo, já que a maioria das carrocinhas não possuíam toldas.

A Gazeta do Povo pedia que a fiscalização municipal estabelecesse um horário limite para a entrega do produto. No mesmo ano, um cidadão residente na Avenida Cândido de Abreu, reclamava que a vendedora chegava, às vezes, a 1 hora da tarde; segundo ele, para fugir da fiscalização que acontecia pela manhã.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup>Ver GANZ, Ana M. & GANZ, Angela L. A questão do Leite em Curitiba: o saber preventivo e a resistência cotidiana. (1890-1920) ... A análise por sexo dos leiteiros, através das tabelas de fiscalização diária do leite revelaram que, na década de 1910, de um total de 319 leiteiros, 177 eram do sexo feminino e 142 do sexo masculino, representando respectivamente 55,5% e 44,5%.

<sup>21</sup>O LEITE que Curitiba bebe. Gazeta do Povo, Curitiba, 02-08-1928. p.3.



Ao conversar com algumas leiteiras, um repórter encontrou uma que trazia em sua carrocinha, além de algumas garrafas de leite, uma grande trouxa de roupa suja amarrada com um pano branco. Para ele, aquilo era o cumulo dos cumulos: roupa suja misturada com garrafas de leite, em carrocinhas sem a menor sombra de higiene<sup>22</sup> já que, de acordo com a regulamentação, era proibido o transporte juntamente com outros produtos.

As leiteiras, no seu trabalho, eram criticadas pelas autoridades que viam nelas um perigo e uma ameaça à saúde da população, e desejavam incorporar às suas vivências outros saberes caracterizados pela cientificidade. O seu dia-a-dia era marcado por constantes tensões sociais, pois sempre se envolviam em conflitos, defendendo a sobrevivência de seu comércio miúdo.

No início da década de 30, intensificou-se a fiscalização do leite para averiguar a qualidade e as vasilhas que o transportavam, o que atingiu o produto engarrafado, o leiteiro (do qual era exigido carteira de saúde), o gado e os estábulos. Entre 38 carrinhos detidos para averiguação, em junho de 1930, estavam os de Maria Wendler, Marta Crispa, Maria Zen e Catharina Carcereri, todas vindas da região do Pilarzinho.<sup>23</sup>

Em agosto de 1933, com o objetivo de salvar a saúde do povo, o Governo do Estado do Paraná baixou um edital declarando que decorrido o prazo de 120 dias, só seria permitida a venda para consumo público de leite que fosse previamente beneficiado em estabelecimento

---

<sup>22</sup>A VENDA do leite. Gazeta do Povo, Curitiba, 11-05-1928. p.3.

<sup>23</sup>PERSEGUINDO o mau leite. Gazeta do Povo, Curitiba, 21-06-1930. p.4.

apropriado.<sup>24</sup> Como ainda não havia uma usina de beneficiamento, o prazo foi adiado até maio de 1935, quando todo o produto vendido à população deveria ser pasteurizado na Usina Astra.

Em 1935, os leiteiros já estavam organizados no sindicato, que vinha fazendo uma campanha entre os seus associados no que se referia aos preceitos de higiene na ordenha e entrega do produto, bem como atuava contra a proibição da venda do leite cru e a obrigatoriedade da pasteurização, que causaria a ruína dos pequenos leiteiros em benefício de um monopólio.

O Governo do Estado pretendia impor a pasteurização valendo-se da Usina Astra, de propriedade de um número reduzido de grandes produtores. Apesar de dizer que não desejava abolir com a liberdade do comércio do leite,<sup>25</sup> manteve o prazo a partir do qual os leiteiros não mais poderiam vender o produto que não passasse pelo beneficiamento da usina.

A Gazeta do Povo e o Diário da Tarde, começaram a discutir as vantagens e desvantagens do leite pasteurizado e o monopólio da Usina Astra.

Os pequenos produtores não se conformavam com a proibição da venda do leite cru, pois isto seria o decreto de morte do seu comércio<sup>26</sup> já que, era uma atividade com que se sustentavam no intervalo das colheitas.

No final de maio de 1935, os leiteiros, em número superior a 400, juntamente com suas famílias, fizeram uma pas-

---

<sup>24</sup> PARANÁ. Mensagem. Apresentada pelo Governador Manoel Ribas aos legisladores do Paraná, em 1<sup>o</sup> de setembro de 1936. Curitiba : Empresa Grafica Paranaense, 1936. p.23.

<sup>25</sup> PASTEURIZAÇÃO obrigatória do leite é um crime. Gazeta do Povo, Curitiba, 07-05-1935. p.8.

<sup>26</sup> A QUESTÃO do leite movimenta os sindicatos proletários. Gazeta do Povo, Curitiba, 10-05-1935. p.1.

seata da Praça Santos Andrade à rua João Negrão, na tentativa de chamar a atenção para a questão do monopólio. Alguns, entre eles Maria Petevin, enviaram aos deputados da Assembléia Legislativa um telegrama, pedindo a solução para o caso.

Como não tiveram uma resposta do Governo do Estado, iniciaram o primeiro movimento grevista no dia 20 de junho de 1935.

Entretanto, o monopólio da venda do leite foi mantido e a fiscalização aumentou. Em julho, algumas leiteiras foram multadas por infringirem o regulamento, e entre elas estavam:

Colomba Gabardo, 50\$, Juvavê, vender leite sem exame.

Clara Ralu, 50\$, Batel, leite adulterado.

Maria Loinka, 50\$, Bigorriho, leite de cabra fervido.

Luisa Coraiola, 30\$, leite em garrafas pretas.

Maria Silva, 50\$, Asilo, leite fraudado.<sup>27</sup>

Após o reinício da fiscalização, segundo o Dr. Ary Tabor da, os leiteiros subiram de 400 para 500 réis a garrafa, que antes era vendida a 300 réis. Na década de 30, o leite de melhor qualidade e pureza também, como na década de 10, era mais caro. Os leiteiros eram de opinião que, se as autoridades queriam fazer exigências no que se referia à produção e venda do leite, então o preço do produto tinha que ser elevado.

No dia 27 de setembro, reiniciaram a greve, exigindo a volta do exame com o lactômetro, meio rápido de se analisar a qualidade do leite e o aumento do número de postos de fiscalização, bem como o fim do monopólio.

Em resposta à greve, o Governo do Estado resolveu mandar por em pratica com todo seu rigor o Regulamento da Saúde Pública que obrigava a

---

<sup>27</sup>DIRETORIA Geral de Saude Publica do Estado do Paraná. Gazeta do Povo, Curitiba, 24-07-1935. p.3.

pasteurização.<sup>28</sup>

Durante mais de 40 dias de greve muita coisa aconteceu: o Diário da Tarde tomou o partido dos leiteiros, sendo seu porta-voz; outros sindicatos operários manifestaram o seu apoio ao movimento; os ambulantes mudaram de atividade, passando a vender verduras; um fiscal da Saúde Pública insultou uma vendedora; um consumidor de leite cru relatou a sua repulsa pela pasteurização; uma menina de 1 ano e 4 meses, chamada Niete de Andrade, escreveu ao Diário da Tarde contando que estava bebendo há 12 dias leite condensado, pois repudiava a garapada da Usina Astra; e as leiteiras, juntamente com as mães aflitas pela falta de leite para os seus filhos, decidiram resolver a situação a seu modo.<sup>29</sup>

Como não houve um lar curitybano cujos humbraes o chamado caso do leite não tenha transposto para interessar mais ou menos vivamente seus consumidores,<sup>30</sup> as leiteiras procuraram o apoio das donas de casa. Estas, cuidadosas da saúde de seus filhos, eram contra a interferencia da Usina no alimento indispensável às crianças. Algumas pediram ao Diário da Tarde que continuasse a sua campanha em favor dos leiteiros. Seis mil donas de casa assinaram um manifesto contra o monopólio do leite pasteurizado.<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup>GREVE. Diário da Tarde, 2ª ed., Curitiba, 27-09-1935.

<sup>29</sup>SEGUNDO dia de greve. Diário da Tarde, 1ª ed., Curitiba, 23-09-1935. p.1.; SEXTO dia de greve. Diário da Tarde, 2ª ed., Curitiba, 02-10-1935. p.5; QUARTO dia de greve. Diário da Tarde, 2ª ed., Curitiba, 30-09-1935. p.5; OITAVO dia de greve. Diário da Tarde, 2ª ed., Curitiba, 04-10-1935. p.5; DÉCIMO segundo dia de greve. Diário da Tarde, 2ª ed., Curitiba, 08-10-1935. p.2; ASTRA? Só da Atlantica. Diário da Tarde, 2ª ed., Curitiba, 10-10-1935. p.2.

<sup>30</sup>TABORDA, Ary. Alguns aspectos da fiscalização do leite em Curitiba. Revista Médica do Paraná, Curitiba, v.5, n.6, jun. 1936. p.207.

<sup>31</sup>NÃO quizerem examinar o leite. Gazeta do Povo, Curitiba, 18-06-1935. p.6; AS MÃES curitybanas. Diário da Tarde, 1ª ed., Curitiba, 05-10-1935. p.1.

As leiteiras fizeram uma convocação às mães para uma passeata no dia 10 de outubro, às 2 horas da tarde, saindo da Praça Osório, que foi editada no O Dia e Diário da Tarde e assinada pelas seguintes:

Cornelia Fracaro, Mafalda Coltre, Barbara Trintin, Paulina Fabri, Joarma Foltran, Rosa Secone, Elvira Bon, Angelina Maestrelli, Ida Carollo, Martha Rossetim, Cecilia Kavisky, Anna Assis, Lucia Fabri, Devirgem Daviski, Maria Sterma, Angelina Ganz, Angelina Dariva, Maria Eugenia dos Santos, Angelina Trintin e Elsa Tamer.<sup>32</sup>

Todas essas mulheres eram certamente ordeiras, mas estavam dispostas a brigar com as autoridades estaduais na defesa de seu pequeno comércio.

A polícia, ao saber da passeata das mulheres, anunciou que iria proibir a realização desse meeting, porque as reuniões públicas não podiam acontecer naquele local. As leiteiras, conhecedoras do vai-e-vem das ruas, acharam que nelas poderiam realizar uma passeata. As ruas sempre foram o seu lugar de trabalho, por que agora que desejavam defender os interesses de seu ofício, não poderiam utilizar-se delas?

A passeata realizou-se. O Diário da Tarde deu destaque ao acontecimento, publicando uma matéria de primeira página, em manchete, intitulada Comício de Mulheres. O periódico criticava a intervenção da polícia numa passeata de pacatas donas de casa e respeitáveis matronas curitybanas,<sup>33</sup> acreditando que isso acontecia à revelia do conhecimento do Interventor Manoel Ribas.

Apesar da proibição policial, as mulheres em número superior a 300, muitas delas acompanhadas de seus filhos, reuniram-se na Praça Osório e dirigiram-se ao Palácio do Governo com o intuito de obter uma entrevista com o Interventor, des-

---

<sup>32</sup>AS MÃES curitybanas. Diário da Tarde, 2ª ed., Curitiba, 09-10-1935. p.1.

<sup>33</sup>COMICIO das mulheres. Diário da Tarde, 2ª ed., Curitiba, 11-10-1935. p.2.

formalizando as suas relações com o poder público. Uma comissão formada pelas leiteiras Cornelia Fracaro, Thereza Gueriza, Mafalda Cotter, Edviges Stawski e Anna Assis falou com o Sr. Manoel Ribas, que prometeu uma solução para o dia seguinte.

Entretanto, a resposta não chegou nem no dia seguinte, nem nos dias que se seguiram, fazendo com que ainda perdurasse o já coalhado caso do leite.<sup>34</sup>

Um leitor do Diário da Tarde, escreveu uma carta, como expectador do comício das mulheres, afirmando que constatou que este foi composto quase na totalidade de senhoras estrangeiras ou de origem estrangeira, não se vendo bem dizer, uma dama nossa, das chamadas de elite.<sup>35</sup>

Essas mulheres estrangeiras que participaram do comício eram as leiteiras. A venda de leite era típica dos imigrantes e descendentes que moravam nas colônias. Nessa atividade era comum toda a família se empregar. As mulheres participavam ativamente, em casa, cuidando dos animais, fazendo a ordenha, engarrafando o leite e nas ruas, vindo para a cidade vender o produto.

O comício das mulheres foi o principal acontecimento entre os que envolveram o movimento grevista, e influenciou a opinião pública sobre o assunto.

Durante o período em que os leiteiros se mobilizaram contra o monopólio, a fiscalização aumentou. Lucia Canezzo, em agosto de 1935, foi multada porque depois de ter seu leite examinado, colocou uma certa quantidade numa garrafa que não era

---

<sup>34</sup>TRIBUNA do povo. Diário da Tarde, 2<sup>a</sup> ed., Curitiba, 21-10-1935. p.2.

<sup>35</sup>Ibid.

oficial para fazer presente ao seu irmão.<sup>36</sup>

A solução do caso foi entregue ao Conselho de Estado (que funcionava no período em que a Assembléia já tinha encerrado os seus trabalhos) que, decorridos 46 dias de greve, resolveu suspender a obrigatoriedade da pasteurização em Curitiba.

No dia 12 de novembro, os carrinhos de leite cru voltaram a circular pela cidade, causando alegria nas famílias. No mesmo dia, os leiteiros foram agradecer ao Diário da Tarde o apoio recebido durante o movimento.

No final do mês, ao ser decretado o estado de sítio no Brasil, os leiteiros e o Diário da Tarde foram acusados de comunistas. Mas, segundo o jornal, a greve não teve nem poderia ter a mínima ligação com a fermentação revolucionária, verificada no país,<sup>37</sup> já que ela era fruto de um longo percurso no qual os leiteiros, por muitas vezes, tentaram resolver o problema sem sucesso.

Devido à decisão do Conselho do Estado, ao término da greve, o leite cru passou a ser novamente examinado nos postos de fiscalização e os leiteiros começaram a sofrer as consequências.

A Saúde Pública exigia a construção de estábulos modernos que os pequenos produtores não podiam construir e multava os considerados infratores. Veronica Fligicowska foi multada por venda de leite clandestino e Inez Avanti, Ema Filati e

---

<sup>36</sup>OS LEITEIROS não podem fazer presentes. Diário da Tarde, 2<sup>a</sup> ed., Curitiba, 17-08-1935. p.5.

<sup>37</sup>A GREVE dos leiteiros. Diário da Tarde, 2<sup>a</sup> ed., Curitiba, 27-11-1935. p.1. O Diário da Tarde, ao ser acusado também de comunista, afirmou que era partidário de uma república socialista, baseada no sufrágio universal, na representatividade e temporariedade dos mandatos. (03-12-1935, p.1).

Helena Wendler por conter impurezas.<sup>38</sup>

Um leitor do Diário da Tarde, indignado com a fiscalização e as perseguições que os leiteiros da região da Campina do Siqueira, Seminário e Barigüi vinham sofrendo, escreveu ao jornal contando que no posto da região, há mais de 30 dias, os fiscais encarregados do exame jogavam fora leite puro, alegando que o mesmo não estava em condições de ser consumido. Citou um caso acontecido no dia anterior:

Uma senhorita, orphã de mãe, que conduz leite à sua freguezia, de onde tira o sustento para os seus, chorou copiosamente por ter sido despejado todo o leite que conduzia no carrinho.<sup>39</sup>

O comércio do leite propiciava uma rede de comunicações para essas trabalhadoras, que conversavam com muitas pessoas, com grande liberdade de expressão e conseguiam a cumplicidade de muitos.

Segundo essa testemunha, a perseguição era atroz e os leiteiros não tinham para quem reclamar. José Gasalho, Natala Seccone, Celestino Coltro e Stella Michelussi, ao protestarem contra a violência com que foram tratados, acabaram sendo ameaçados de prisão. Não se pode trabalhar honestamente nessa terra,<sup>40</sup> concluiu o leitor do Diário da Tarde.

O caso do leite deu tanto o que falar na década de 30, que até o Fumaça, personagem criado pelo humorista e caricaturista Alceu Chichorro, pôs-se a discutir a questão. Perguntando a uma leiteira se o seu leite era cru esta lhe respondeu: Era (...). Mas o Governo, a Assembléia e o Senadinho tomaram a questão a peito (...) e

---

<sup>38</sup>SEU LEITEIRO foi multado? Gazeta do Povo, Curitiba, 18-06-1936. p.8.

<sup>39</sup>OS LEITEIROS soffrem as consequencias da greve. Diario da Tarde, 2ª ed., 02-03-1936. p.5.

<sup>40</sup>Ibid.



terminaram por en (....) cru (....) alo! (....).<sup>41</sup> O caso do leite virou piada na boca do Fumaça mas não era piada para as leiteiras, que tiveram as suas vivências marcadas por esses meses de debates com as autoridades constituídas.

Elas, acostumadas ao vai-e-vem pela cidade, resolviam seus problemas de trabalhadoras nas ruas e não nos sindicatos. O Sindicato dos Leiteiros tinha na época uma liderança masculina. As mulheres, cansadas da eterna briga com as autoridades constituídas, resolveram tomar uma medida prática, que se não solucionasse a questão, pelo menos, trouxesse alguns avanços. Descontentes com os fiscais e diretores da Saúde Pública, resolveram ir falar com a instância superior de decisão, o Interventor Manoel Ribas. Se o comício das leiteiras não surtiu um efeito imediato, nos desdobramentos do movimento grevista ele contribuiu para a volta à normalidade.

As mulheres saíram às ruas na defesa de seu comércio miúdo, utilizando como arma seu próprio corpo e sua voz, reivindicando o que consideravam justo, numa intervenção direta e coletiva. Os homens, reunidos em sindicatos, nem sempre aplaudiam as formas de expressão das trabalhadoras. Como diz Michelle Perrot, entre o sindicalismo e as mulheres há um conflito sobre os modos de intervenção e expressão, recobrando uma diferença de cultura e vida.<sup>42</sup> Entretanto, os leiteiros pareciam reconhecer a necessidade da adesão feminina no esforço para a quebra do monopólio da Usina Astra.

Mesmo afastadas da liderança dos sindicatos, a combatividade das leiteiras era grande. Nas ruas, elas sabiam se mani-

---

<sup>41</sup>O LEITE. O Dia, Curitiba, 16-11-1935. p.1.

<sup>42</sup>PERROT, Michelle. Os excluídos ... p.212.

festar. Tentavam controlar a seu modo o preço do leite e o processo de venda do produto. Quando isso não era possível, recorriam a manifestações públicas e à greve.

Se na década de 1910, defendiam o seu comércio a miúdo instituindo as próprias regras do jogo, como fizeram aquelas da União das Leiteiras, na década de 30, convocavam outras mulheres para marcharem com elas. Em ambas as estratégias, fica evidente a união em torno de um propósito. Na vida dessas mulheres lutadoras e defensoras de seu trabalho, o leite e as ruas eram essenciais.

### 3.3 NOS BARES E PENSÕES

#### Desilusão

Ia na doce paz do coração.  
Colhendo rosas sem lhes ver o espinho.  
Eu florando de cores encantadas,  
Os sonhos virginiais do meu caminho.

Quando, na entriaguês do meu enlevo,  
Encarnando o ideal dos sonhos meus, surgiu  
Um ente encantador, jovem e lindo.  
Que em seus braços ardentes me cingiu.

E enlaçados num deslumbramento,  
Numa noite serena de luar,  
Ele, num longo beijo, murmurava:  
Querida, eternamente hei de te amar!

Depois ... triste ilusão! Meu lindo sonho.  
Desfez-se. E eu triste e sã, triste e esquecida!  
Deus de Misericórdia tem piedade!  
Dá-me consolação em minha vida!<sup>43</sup>

Quem será a dona desses versos apaixonados e tristes e em que circunstâncias foram escritos? Mary, filha bonita de Jacira Cherman, dona de um bar, situado na rua Barão do Rio Branco, apaixonou-se por um jovem e devido à falta de apoio de sua mãe fugiu com ele, indo parar numa pensão, deixando para trás

---

<sup>43</sup>A PROCURA de um lindo sonho ... Gazeta do Povo, Curitiba, 18-09-1931. p.4.

apenas seus versos desiludidos. O Delegado dos Costumes os deteve; entretanto, acabou por fazer-lhes os desejos, já que providenciou o casamento.

Mary, fungindo de casa, escapou das pressões do ambiente doméstico. O rapto era uma atitude extremada que objetivava a consolidação do casamento, que foi precipitado pelo fato de a mãe ter recorrido à polícia para resolver o caso.

Ter filhas bonitas e casadouras e ser dona de bar eram situações constantes na vida de algumas mulheres que faziam do saber fazer negócios o seu ganha-pão. Outras, incapazes financeiramente de se tornarem proprietárias, eram empregadas; para tanto, precisavam ter prática de bar e carteira de saúde e trabalho. Abrir um estabelecimento não era coisa muito difícil. Curitiba era conhecida como a cidade dos baars e dos cafés<sup>44</sup> e a Gazeta do Povo dava a receita, utilizada por muitos imigrantes que aqui chegavam:

(....) aluga um casebre, escancara as portas, constrói um balcão, algumas prateleiras e sobre tres sarrafos em pé, prega uma tabua arredondada que nos da a impressão de uma meza; arranja depois uns cobres emprestados ou, assigna uma duplicata a longo prazo, compra meia duzia de garrafas de cervejas, outro tanto de vinhos e licores de ultima hora, algumas chicaras para café, escreve sobre uma taboleta escarlate e espalhafatosa, um nome curioso, e está aberto mais um baar em Curityba (....).<sup>45</sup>

A conseqüência do grande número de bares era que, com a grande concorrência, os lucros reduziam-se e os proprietários não podiam fazer investimentos, permitindo que não houvesse um unico baar que esteja na altura de satisfazer as exigências de nossa cidade em pleno progresso!<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup>PEQUENOS Anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 29-06-1935. p.5; CURITYBA, a cidade dos baars e dos cafés. Gazeta do Povo, Curitiba, 06-04-1928. p.1.

<sup>45</sup>Ibid.

<sup>46</sup>Ibid.

As casas de frutas também espalhavam-se pela cidade e eram acusadas de falta de higiene. Na rua Marechal Floriano, onde existiam muitas desse gênero, o repórter da Gazeta do Povo visitou um desses estabelecimentos quando a sua dona fazia uma limpeza no local; só a custo conseguiu descobri-la numa nuvem de poeira.<sup>47</sup>

A diretoria da Saúde Pública do Estado convocava as donas de estabelecimentos para tirarem carteira de saúde, como aconteceu com Maria Barbosa, dona de um botequim de frutas, na rua Marechal Floriano; a darem explicações sobre a abertura dos mesmos, como teve de fazer Verônica Carnarouski, também estabelecida com botequim na mesma rua; ou fazer uma limpeza no ambiente por não se achar em condições de higiene, como ocorreu com Ana Guessi, proprietária de um botequim de bebidas e frutas na rua João Negrão.<sup>48</sup>

As mulheres costumavam abrir bares sem se preocuparem com a sua regulamentação, negligenciando totalmente os parâmetros burocráticos do poder público.

A venda em balcão, componente de um sistema tradicional, pressupunha a possibilidade de a dona dar informações pessoais ao freguês no que se referia ao preço, qualidade e marca dos produtos, caracterizando um serviço oferecido através de um vínculo pessoal.

Nos bares aconteciam fatos variados, já que eram frequentados por muitas pessoas: Augusta Elias, proprietária de um botequim na rua Marechal Floriano, foi agredida pelo ebrio habitual, Benjamim Bastos; Maria Sneika, dona de um bar na Praça Carlos

---

<sup>47</sup>CASAS de fructas. Gazeta do Povo, Curitiba, 29-08-1928. p.3.

<sup>48</sup>DIRETORIA de Saúde Pública do Estado do Paraná. Gazeta do Povo, Curitiba, 21-06-1932. p.3; SAUDE Publica. Gazeta do Povo, Curitiba, 30-03-1932. p.6.

Gomes, foi espancada pelo companheiro, Casemiro Bartosi; no estabelecimento de Angela Rangel, na rua Pedro Ivo, Mario Gonçalves tentou suicidar-se tomando soda cáustica.<sup>49</sup> Notícias da imprensa atestavam a turbulência da vida das proprietárias de bares, onde aconteciam bebedeiras, brigas, espancamentos e suicídios.

Mas não eram apenas os bares que se apresentavam como locais agitados, onde as mulheres executavam os papéis principais, para os quais não havia preparo. Nas pensões, também encontravam um campo onde podiam atuar fazendo seus negócios, ganhando dinheiro, driblando a atuação da Saúde Pública e da Polícia. Curitiba possuía muitas destas para pernoite, onde as pessoas ficavam alguns dias até se dirigirem ao seu destino.

Em outubro de 1935, a pensão familiar situada na Praça Tiradentes esteve em polvorosa.<sup>50</sup> O proprietário do prédio, Sr. Pinheiro Lima, requereu a penhora dos móveis da pensão, devido à falta de pagamento do aluguel por parte da proprietária, Alvina Lomback. Os pensionistas impossibilitados de retirarem os seus móveis, requereram a autorização ao Juiz da 2ª Vara, já que haviam pago os aluguéis. O Juiz deferiu o requerimento, mas com a condição de que o Sr. Pinheiro Lima concordasse com a retirada, o que não ocorreu.

Desrespeitando a decisão judicial, a proprietária da pensão, à noite, procurou retirar os seus móveis do prédio, mas foi impedida pela polícia, que foi chamada às pressas, o mesmo

---

<sup>49</sup>O QUE se passa na polícia: violou um lar, para agredir uma mulher. Gazeta do Povo, Curitiba, 12-09-1931. p.8. O QUE se passa na polícia: Espancou a companheira. Gazeta do Povo, Curitiba, 11-03-1932. p.6; QUERIA morrer e ingeriu uma pequena dose de soda cáustica. Gazeta do Povo, Curitiba, 22-04-1936. p.5.

<sup>50</sup>A PENHORA pôz em polvorosa a pensão Tiradentes. Gazeta do Povo, Curitiba, 31-10-1935. p.6.

acontecendo com os pensionistas.

Alvina Lomback atuava num ramo comercial onde muitas mulheres ganhavam seu sustento. É o caso da Madame Ginette, estabelecida com pensão na rua Desembargador Westphalen; e a Pensão Floriano, na rua Dr. Muricy, esquina com a Visconde de Guaruapuava, também era administrada por uma mulher:

A proprietária dessa conhecida pensão familiar, comunica ao respeitável público e exmas famílias visitantes que a sua pensão acaba de passar por uma radical reforma, de maneira poder agradar á sua numerosa clientela, quer em preços, quer em ordem e asseio, como, alias, tem sido sempre a sua norma.<sup>51</sup>

Neste estabelecimento, os preços variavam de 200\$000 a 220\$000 para quartos de casal, e de 100\$000 a 110\$000 para quartos de solteiros, sendo que a diária era de 4\$000. Ainda, forneciam-se marmitas e garantia-se a ordem e o asseio; para tanto, a proprietária não poupa esforços, contratando sempre empregados idôneos e de inteira confiança.<sup>52</sup>

As mulheres também atuavam como gerentes. Em 1933, um anúncio pedia uma senhora de 25 a 30 anos, de boa educação, solteira e com capacidade para o ramo,<sup>53</sup> para assumir a gerência de uma importante pensão familiar.

Em Curitiba, não faltavam locais de pouso para os visitantes e para as pessoas sós. Existiam casas de comodos de toda a espécie; que nem sempre apresentavam boas condições. Em algumas prevaleciam as medidas higiênicas e uma certa aparência de fausto; em outras, entretanto, os quartos assustavam pela situação de imundície. ERAM verdadeiras pocilgas, onde o pobre que se esfaltou o dia todo, vae jogar

---

<sup>51</sup>PENSAO Floriano. Gazeta do Povo, Curitiba, 03-07-1932. p.4.

<sup>52</sup>Ibid.

<sup>53</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 09-12-1938. p.5.

o corpo cansado, para a delicia de indesejáveis bichinhos.<sup>54</sup>

No início da década de 30, a Diretoria de Saúde Pública do Estado intimou as proprietárias de pensões tendo em vista a higiene. Angela Calil, estabelecida na rua XV de Novembro, foi notificada para, no prazo de 10 dias, tirar carteira de saúde, bem como de seus empregados, e fazer uma limpeza no local.<sup>55</sup>

As donas de pensões também estiveram envolvidas com as autoridades policiais. Algumas eram acusadas de receber como pensionistas moças do trabalho ao lado de mulheres de vida fácil e reconhecidamente suspeitas,<sup>56</sup> como aconteceu com o estabelecimento situado na rua XV de Novembro.

Algumas vezes, as proprietárias atriavam-se diretamente com seus moradores, como Maria Mesquita que constantemente insultava sua pensionista Bernadete Jeanrinaud; ou como Julieta de tal, estabelecida na rua Sete de Setembro que se apoderou das roupas de Antonio Rodrigues, por este lhe estar devendo a mensalidade; ou ainda como Maria de Lourdes Barbosa, dona da pensão situada na rua Conselheiro Barradas, que agrediu a sua empregada doméstica Hilda Milão, por ciúme, por esta desfrutar dos amores do jovem Milton Coelho.<sup>57</sup>

Mas, certamente, quem mais freqüentava as colunas policiais eram as donas de pensões alegres ou pensões de mulheres, onde aconteciam os mais variados fatos, como o que envolveu Brigida

<sup>54</sup> ONDE se dorme avulsamente em Curitiba. Gazeta do Povo, Curitiba, 08-04-1930. p.1.

<sup>55</sup> INTIMAÇÕES da Diretoria da Saude Publica. Gazeta do Povo, Curitiba, 29-04-1932. p.3.

<sup>56</sup> EM PLENA rua Quinze. Gazeta do Povo, Curitiba, 17-04-1930. p.1.

<sup>57</sup> QUEIXOU-SE contra a proprietária da pensão. Gazeta do Povo, Curitiba, 09-11-1930. p.2; APOSSOU-SE das roupas de uso do pensionista. Gazeta do Povo, Curitiba, 19-01-1930. p.8; MOVIDA pelo ciúme. Diario da Tarde, 2ª ed., Curitiba, 22-08-1936. p.5.

Martins de Oliveira, estabelecida na rua Raticliff, ferida pelo companheiro com um tiro; ou como o ocorrido no estabelecimento de Rosinha Macedo, onde, por causa do preço da cerveja, um cliente faleceu.<sup>58</sup>

Nessas pensões também ocorriam brigas entre as moradoras. Duas pensionistas do já celebre Foco Vermelho, da rua Garibaldi, resolveram dar fim a suas desavenças no meio da rua, a tapa. Comentando o caso, o jornal ironizava dizendo que o feminismo avançava a passos largos, já que as mulheres promoviam espetáculos esportivos em plena via pública.

Nos locais de má fama, a Delegacia de Costumes, criada em 1928, para coibir os atentados à moral e aos bons costumes, exercia uma vigilância constante. Segundo Etelvina Trindade, as prostitutas encarnavam a imagem inquietante e turbulenta da personalidade feminina, ou seja, o reverso do modelo casto de esposa,<sup>59</sup> sendo que estas práticas eram sempre objeto de julgamento social.

Nos bares e nas pensões, familiares ou alegres, as mulheres usavam toda a sua experiência para fazer negócios, lícitos ou ilícitos e dominavam um comércio que tinha a sua marca. Na própria casa, abriam uma porta para vender miudezas ou alugavam os quartos e cozinhavam para os pensionistas. No mesmo prédio, comércio e moradia, público e privado, trabalho e lar se misturavam. Tudo para manter a sua autonomia e ganhar a vida.

Dominando a arte de atrair os fregueses, essas trabalhadoras do comércio criavam um espaço em que a agitação e a

---

<sup>58</sup> CRIME ou desastre? Gazeta do Povo, Curitiba, 23-12-1930. p.8; O CRIME da pensão alegre. Gazeta do Povo, Curitiba, 04-03-1936. p.6.

<sup>59</sup> TRINDADE, Etelvina. Clotildes ou Marias ... p.235.



autonomia eram constantes.

### 3.4 NOS "ATELIERS" E SALÕES

Uma moça vestida elegantemente, passando pela rua Comendador Araújo, teve o infortúnio de deixar cair a sua combinação. Entrou numa casa para recompor-se; enquanto isso, na rua, uma multidão esperava para vê-la sair. O jornalista, comentando a sua pouca sorte afirmou: Afinal de contas, a linda senhorita tivera na tarde de sol glorioso de ontem, a infelicidade de ser vítima das nossas hábeis costureiras (....).<sup>60</sup>

Estas, no entanto, garantiam a qualidade dos seus serviços e a impossibilidade de acontecer fato semelhante. Mme. Victorina afirmava que as freguesas do seu Atelier de Costura teriam elegancia e distinção no vestir.<sup>61</sup>

Em 1931, Emma Ferreira avisava a sua distinta clientela que havia mudado o seu Atelier de Costura para a Av. Jaime Reis e Mme. Mary, Franceza, ex-contramestra da Ancora de Ouro, chamava as suas distintas freguesas com este anúncio:

Tem o grato prazer de avisar as suas distintas amigas da "Elite Curitibana" acostumadas a vestir bem, acha-se com o seu respectivo pessoal escolhido, na mesma rua 15 de Novembro, 48, 1º andar, frente da Ancora de Ouro, onde espera continuar a ter a preferencia das mais elegantes senhoras e de bom gosto.<sup>62</sup>

Nos estabelecimentos requintados, além das donas, trabalhavam outras costureiras. O Atelier de Mme Sophia empregava perfeitas costureiras com bastante prática em serviço fino<sup>63</sup> e ajudantes. Na direção destes estavam, muitas vezes, as contra-mestras, que

<sup>60</sup>UMA SENHORINHA de pouca sorte. Gazeta do Povo, Curitiba, 10-11-1934. p.6.

<sup>61</sup>ELEGANCIA e distinção no vestir. Gazeta do Povo, Curitiba, 22-10-1933. p.4.

<sup>62</sup>MME. MARY - Franceza. Gazeta do Povo, Curitiba, 23-01-1926. p.1.

<sup>63</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 11-05-1932. p.5.

deveriam possuir muita prática.

As menos especializadas podiam trabalhar na Casa Lunar, fazendo calças e roupinhas finas de crianças; na Peteleria Fox, ou como costureiras de roupas de carregação. Podiam oferecer-se para coser por dia, fazendo vestidos para senhoras e roupinhas para crianças, como fez uma modista, moradora na rua Mauá, que cobrava 6\$000 diários.

As mulheres também podiam trabalhar como chapeleiras, como Mme. Jandira Saldanha que fabricava e reformava chapéus; ou como bordadeiras, como esta que divulga suas habilidades:

Senhora com bastante pratica em bordados a maquina, crochêts, tricots, filé etc., oferece seus serviços que são garantidos por preços módicos. Rua Alferes Poli, 1205.<sup>64</sup>

As costureiras que trabalhavam em casa, compatibilizando o trabalho com as tarefas do lar, as modistas e as estabelecidas com ateliers admitiam jovens para o aprendizado. Mme. Conceição lecionava em seu atelier por método prático e garantia a aprendizagem em pouco tempo, e Mme. Oliveira Wander Broock, além de satisfazer os gostos mais exigentes, também ensinava a coser. As menos especializadas ensinavam a profissão, talvez para uma clientela menos refinada. Uma modista oferecia-se para trabalhar em casa de família, com ordenado módico, ensinando cortes.

As profissionais da costura recebiam, quase sempre, um aprendizado informal, acontecendo dentro do próprio estabelecimento. Entretanto, já havia escolas que as diplomavam desde o início da década de 30.

A aprendizagem da costura não se limitava às profissionais, atingindo todas as moças em idade de casar. Aprendendo

---

<sup>64</sup> PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 14-03-1935. p.5.

a coser, a mulher poderia fazer grande economia no orçamento doméstico. Para tanto, ainda na década de 40, a Gazeta Feminina, sugeria como presente de núpcias, uma máquina de costura Singer, leve, elegante e veloz e sempre útil a uma dona de casa.<sup>65</sup>

Na Europa, no último terço do século XIX, as mulheres pobres são seduzidas pela máquina de costura. Ter a sua Singer passa a ser o sonho de muitas donas de casa<sup>66</sup> que, segundo Michelle Perrot, confinam-se em casa numa ruptura com os seus hábitos de andar pela cidade, sonho ainda presente na Curitiba da primeira metade do século XX.

Na hierarquia da profissão, além das estabelecidas com ateliers, das modistas e das costureiras havia as que costuravam roupas de carregação e as que complementavam a renda com a sua Singer. Modistas e donas de ateliers alcançavam um nível de valorização maior do que as costureiras, que exerciam uma atividade autônoma, a meio caminho entre o lar e o trabalho. Essas profissionais, que iam da Madame à aprendiz, recebiam suas freguesas, em seus ateliers e casas, construindo um espaço próprio das mulheres.

Os salões de cabeleireiras também empregavam muitas mulheres, como donas ou empregadas. Em 1931, a cabeleireira Mariasinha avisava a sua distinta clientela que transferiu o seu salão de senhoras para a rua Comendador Araújo, lembrando que executava qualquer corte de cabelo e ondulação à água, sendo seu trabalho garantido e ao alcance de todos. Na década de 40,

---

<sup>65</sup>GAZETA Feminina: Um presente de núpcias - Util a vida inteira! Gazeta do Povo, Curitiba, 19-01-1941. p.7.

<sup>66</sup>PERROT, Michelle. Figuras e papéis ... p.144.

o mesmo estabelecimento fazia ondulação permanente a óleo e à eletricidade a 15\$000 e 20\$000.

O Salão Martinha, em 1941, precisava de uma moça que soubesse trabalhar bem em penteados e cortes de cabelo.<sup>67</sup> Existiam os estabelecimentos chiques como o de Mme. Fernande Raveglia que, de regresso de Paris, reabria em 1927, seu gabinete de manicure e corte de cabelos, trazendo algumas novidades.

Costureiras e cabeleireiras tinham controle sobre o seu tempo de trabalho e realizavam um negócio entre mulheres, nas posições de donas, empregadas e clientes. Nos salões e ateliers, saberes variados se misturavam, permitindo que mulheres ricas e pobres ganhassem o seu sustento através de suas habilidades com as agulhas e as tesouras.

### 3.5 PROFISSÕES PERIGOSAS

-Acho que seja uma injustiça, pois ellas (as garçonetes) estão tirando o pão aos profissionais e, além disso, chefes de família.

Servem de chamariz para as casas em que servem, somente isso.

Pretendemos combater até a victoria, affastal-as o mais depressa possivel, para que não consigam dominar.

Usaremos da imprensa e faremos um abaixo assinado para enviar ao Sr. Interventor Federal.

Os donos das casas que tem garçonettes estão explorando as moças, e ellas, com seus sorrisos seductores, vão captivando os freguezes.

Não sou contra o trabalho feminino, porem acho que deveriam procurar antes de tudo um serviço que se adaptasse ao seu sexo, sem esbulhar os direitos dos chefes de família.

Enquanto muitos dos meus collegas estão desempregados e passando privações, proprietarios menos escrupulosos collocam mulheres para trabalharem nos logares que nos pertencem.

(Waldemar Bergtson, Secretário da União Cosmopolita dos Garçons e Similares).

-Ora, os "Adões"! Deixal-os falar! Nós precisamos viver. Si não o fizermos com o trabalho honesto, os homens nos desprezarão.

Não tem choro. O choro é próprio das mulheres e creanças.

(Gilda Gonçalves e Erta Kreling, garçonetes)

-Acho que isso é uma vergonha para as casas que as empregam e para os seus proprietários.

Na minha casa, nunca entrará para trabalhar, uma garçonete.

---

<sup>67</sup> PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 13-02-1941. p.5.

Não a quero desmoralizar ante a minha freguezia e ante o publico.  
(Proprietario da Pensão e Restaurante Otto).<sup>68</sup>

No início da década de 30, o debate sobre o trabalho da garçonete estava aberto, com posições pró e contra. Ela era uma personagem nova no cenário da cidade, mas em um abrir e fechar de olhos, Curitiba se viu invadida pelas jovens profissionais, que de assalto, foram roubando aos homens os cafés, os restaurantes e, por último os botequins.<sup>69</sup>

As três opiniões colocadas revelam algumas concepções sobre o trabalho feminino: o representante dos garçons, em tom machista e conservador, repudiava a concorrência que as mulheres faziam aos chefes de família, considerando o seu trabalho como complementar. Sugerindo que buscassem um serviço adequado ao seu sexo, baseava-se na tese da adaptação feminina a determinadas profissões. Descrevia-as, ainda, como moças levianas ao referir-se aos sorrisos sedutores e mais vulneráveis à exploração capitalista. Já, estas, pouco se importando com a censura dos garçons, acreditavam estar realizando um trabalho honesto, digno de respeito. Por último, um dono de restaurante associava o trabalho da garçonete à decadência moral dos costumes. Enquanto discutia-se, aos poucos elas conquistavam mais uma profissão.

E quem mais ganhou com essa situação, segundo a Gazeta do Povo, foram os patrões que iludiam as jovens inexperientes com promessas de bons salários. Entretanto, elas recebiam reduzidíssimos ordenados, principalmente se trabalhassem em restaurantes e botequins, mal chegando a 20 mil réis mensais, que eram compensados com algumas vantagens como alimentação, que era péssima, uma pequena porcentagem sobre as bebidas, e as

<sup>68</sup>GARÇONS e garçonetes em conflicto. Diario da Tarde, Curitiba, 14-04-1934. p.1.

<sup>69</sup>SOCORRENDO uma classe desprotegida. Gazeta do Povo, Curitiba, 16-02-1935. p.1.

gorjetas. Mas, essas duas últimas submetiam a jovem aos mais serios contratempos. Ela se vê constrangida si quizer que as bebidas desçam as prateleiras e as gorjetas lhe sejam dadas, tratar bem o freguez.

Esse "tratar bem", que para o garçon não vai além de certa cortezia, para a "garçonette" vai muito longe. (...)

O freguez não quer mais somente um sorriso. É exigente, motivo porque vai até os gracejos inssolitos, proferindo o "calão", baixo e humilhante. E embriagado já, vai às palmadas pelo corpo da jovem, obriga-a a cenas degradantes, certo de que o preço da cerveja lhe dá direito a isso.<sup>70</sup>

Segundo o jornal, ela suportava tudo, sorrindo com um riso mecânico que dizia bem da repugnância que tem pelo seu papel e pelo comparsa de horas.<sup>71</sup> Ou então se revoltava e perdia o emprego.

Na legislação da época havia um dispositivo que regulava o trabalho feminino e determinava que o salário fosse igual ao do homem na mesma atividade, podendo trabalhar somente até as 22 horas.<sup>72</sup> No entanto, no que se referia às garçonetes, a lei era desrespeitada, pois elas recebiam uma quinta parte do salário de um garçon<sup>73</sup> e trabalhavam até a madrugada.

Devido a essas circunstâncias, que se transformavam em atentados à moralidade pública e aos bons costumes, o Dr. Fausto Bittencourt, Delegado dos Costumes, proibiu o seu trabalho em botequins, intimando os proprietários a dispensar suas bonitas empregadas. Sugeriu que procurassem outros estabelecimentos ou optassem por uma profissão melhor remunerada, em que estivessem a salvo da

---

<sup>70</sup>Ibid.

<sup>71</sup>Ibid.

<sup>72</sup>A Constituição de 1934 proibia a diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil. Na Constituição de 1937 esse direito dos trabalhadores foi omitido, só sendo recuperado na Constituição de 1946. PIMENTEL, Silvia. A mulher e a Constituinte. Uma contribuição ao debate. São Paulo : Cortez, Educ., 1985. p.85.

<sup>73</sup>SOCORRENDO uma classe desprotegida. Gazeta do Povo, Curitiba, 16-02-1935. p.1.

ganancia dos patrões e licenciosidades dos freguezes.<sup>74</sup>

A profissão de garçon, empregados em bares, hotéis e restaurantes estava regulamentada desde 12 de julho de 1934;<sup>75</sup> esses profissionais só poderiam exercer a atividade se fossem portadores de Carteiras emitidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e fizessem parte do sindicato. Alguns proprietários de estabelecimentos exigiam que a garçonete apresentasse Carteira Profissional; outros requeriam apenas que fosse de maior idade, tivesse boa aparência, prática e fino trato. O proprietário do Bar Cruzeiro, situado na Praça 19 de Dezembro, em 1936, pedia uma sendo excusado apresentar-se sem caderneta.<sup>76</sup>

A presença dessas trabalhadoras nos bares era comum. Lugar pouco apropriado para mulheres, devido à grande presença masculina, poderia transformar-se em cenário para os crimes do ciúme. Foi o que aconteceu no bar de propriedade de Werner Evermann, situado na rua Barão do Rio Branco, onde trabalhava Dacia de Oliveira Gomes, 22 anos, solteira, natural de Antonina. Por volta da meia noite do dia 17 de novembro de 1931, ela foi alvejada por três tiros disparados por seu companheiro, o sargento do 15º Batalhão, Cícero Augusto de Araújo Silva.

Segundo Dacia, ferida na coxa esquerda e na garganta, vivia bem a contragosto<sup>77</sup> em companhia do sargento acerca de dois meses, sendo que ele a ameaçava constantemente e por ciúmes

<sup>74</sup>Ibid.

<sup>75</sup>AOS GARÇONS em geral, sindicalização obrigatória. Diário da Tarde, 2ª ed., Curitiba, 21-10-1935. p.2.

<sup>76</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 19-01-1936. p.5.

<sup>77</sup>OS CRIMES do ciúme. Gazeta do Povo, Curitiba, 18-11-1931. p.8.

disparou os tiros. No depoimento, Cícero afirmou que a conheceu no *Frontão*, onde trabalhava como garçom e que depois de uma corte de 6 meses, convidou-a para residir em sua companhia, abandonando o trabalho. Após algumas rixas, foi procurado por Dacia, que lhe propôs continuarem a viver juntos. Ao chegar no estabelecimento, encontrou-a em companhia de alguns rapazes, promovendo cenas escandalosas, e como ela tentou ridicularizá-lo, desfechou-lhe os tiros.

Os crimes passionais testemunham a instabilidade da vida sentimental dessas pessoas. O surgimento da sociedade urbano-industrial, segundo Susan Besse, enfraquecia os laços familiares, proporcionando novas aspirações e opções às mulheres, intensificando os conflitos entre os sexos.

Outros estabelecimentos também poderiam ser lugares perigosos para as profissionais. Em 1934, no Restaurante Riachuelo, numa noite de sábado, aconteceu um baile a portas cerradas, de que só participavam os fregueses de confiança, que ali se divertiram com as garçonettes. O Delegado dos Costumes, Dr. Walfrido Pilotto, impediu, em favor da moral, as reuniões de mocinhas novas, atiradas aos transe rudes da vida pela necessidade de ganhar para a subsistência e incautamente levadas ao caminho do mal por patrões menos escrupulosos.<sup>78</sup>

As garçonetes fora dos locais de trabalho, viam-se envolvidas em outros lances que acabavam merecendo a atuação policial. Vilma Pilotto, 23 anos, solteira, residente na rua Comendador Araújo, desempregada, tentou suicidar-se e quando interrogada pela polícia respondeu: Tentei contra a minha vida por nada; Iracema Felicidade, empregada do Café Brasil fugiu com o

---

<sup>78</sup>O DELEGADO dos Costumes estragou o Baile das Garçonettes. Gazeta do Povo, Curitiba, 10-06-1934. p.8.



companheiro de trabalho Isaiás Martins, porque seu tio proibia o namoro; Madalena de tal e Alzira de tal, embriagadas, durante a madrugada agrediram as suas colegas Angélica Berguer e Antonia Nunes, o que lhes valeu a alcunha de turbulentas.<sup>79</sup>

Emprego imoral, bailes clandestinos, brigas, crimes e suicídios: assim era descrito o universo da garçonete, sendo que nada era dito sobre a sua forma de sobrevivência. O que importava era que as suas habilidades para servir as mesas extrapolavam o campo da moral, já que, nelas, eram homens inescrupulosos que se sentavam.

A profissão tinha a fama de ser perigosa para a moral da mulher que a exercia, tanto que os casos relacionados ao seu trabalho eram resolvidos pela Delegacia de Costumes. O perigo devia-se ao fato dela trabalhar num ambiente onde os homens agiam com desenvoltura. Conhecedoras de uma habilidade considerada masculina, tinham suas vidas profissionais e particulares marcadas pela discriminação social.

Outra atividade considerada perigosa era a da manicure, que atuava nos salões de barbeiros, freqüentados por uma clientela masculina.

Em 1945, a Gazeta do Povo apresentava uma reportagem que mostrava detalhes da vida das garçonetes e manicures: os percalços da profissão, OS encargos pesados, aliviados pelo gosto ao trabalho, AS atividades das jovens desenvolvidas em ingrato setor.<sup>80</sup>

Segundo o periódico, as mulheres atuavam desembaraçada-

---

<sup>79</sup>A GARÇONETE tentou contra existencia. Gazeta do Povo, Curitiba, 08-05-1942. p.3; RAPTOU a moça: um garçon do Café Brasil foge com a namorada. Diário da Tarde, 2<sup>a</sup> ed., Curitiba, 23-09-1937. p.1; MULHERES turbulentas. Gazeta do Povo, Curitiba, 07-06-1940. p.6.

<sup>80</sup>MANICURES e garçonetes. Gazeta do Povo, Curitiba, 14-10-1945. p.5.

mente em atividades que antes pertenciam exclusivamente aos homens: Em todos os setores da atividade humana a mulher atua com destaque, trabalha decididamente e em muitas circunstâncias, como se verificou na Segunda Guerra Mundial, demonstrou a sua capacidade de ação. Entretanto, no trabalho feminino há um detalhe que o homem está livre de enfrentar:

São as profissões que ficam ao sabor dos instintos masculinos, ou por outra, aquelas que o cidadão entende que deve se prestar a satisfazer as suas más intenções.

São fáceis de identificar. Quando um homem entra numa repartição pública, numa loja ou num escritório, não lhe ocorre dirigir gracejos á mulher que o atende ou de descer aos convites mal intencionados. Mas, se depara com uma garçonete, uma manicure, ou uma empregada de fabrica, já não tem o mesmo comportamento e só mesmo quando é energicamente repellido como sempre aconteça, deixa de lado os seus propositos escusos.<sup>81</sup>

No entanto, com essas profissões pouco rendosas, conquistavam os recursos necessários para assegurar a subsistência de muitas pessoas.

E é dedicada a essa util e esforçada categoria de mulheres que trabalham que estampamos esta reportagem, narrando os detalhes do seu labutar insano, honesto e enobrecedor, que as dignifica-a, tornando-as creadora da melhor admiração (...).<sup>82</sup>

Ao ouvir as profissionais, a Gazeta do Povo tinha como objetivo permitir que os leitores ficassem conhecendo a sua vida e o respeito de que são merecedoras. Foram entrevistadas duas manicures e uma garçonete.

A garçonete entrevistada foi Leocadia Iaboinski, que trabalhava no Café Para Todos, na Avenida João Pessoa, fazia 2 anos. Ela era solteira e estava há mais de 6 anos na profissão. Respondeu a algumas perguntas do repórter, demonstrando ser conhecedora dos direitos trabalhistas divulgados constantemente pela imprensa da época:

-Quantas horas de serviço você trabalha?

---

<sup>81</sup>Ibid.

<sup>82</sup>Ibid.

- A regulamentar: 8 horas por dia.
- E as folgas?
- De acordo com o estabelecido pelo Ministério do Trabalho.
- Qual o ordenado de vocês?
- O estipulado por lei: salário mínimo.<sup>83</sup>

Perguntada se não aborrecia e enervava esse serviço, afirmou que na vida a tudo a gente se acostuma. Sobre os fregueses embriagados, argumentou: Quando "eles" não são malcriados eu os sirvo do mesmo modo que a todos.

Falando sobre a carestia da vida, o jornalista perguntou-lhe se não esperava um aumentozinho e obteve a surpreendente resposta:

-Ora, o nosso patrão, por sua vontade já nos teria aumentado, mas (...) não é possível ante o preço do café, do açúcar, do aluguel da casa e do grande número de empregados que tem. Por ele, nós ganharíamos melhor de vez que a chicara de café fosse elevada à 30 centavos. Daí, sim, teríamos o nosso aumento de 20% e uma boa comissão, mas do contrário nós mesmos reconhecemos o seu sacrifício em nos aumentar (...).<sup>84</sup>

Leocádia, ao tempo em que assimilou o discurso do Estado que divulgava os direitos dos trabalhadores, dados de forma paternalista, também assimilou o de seu patrão que, colocando-se como vítima, dizia não poder conceder aumentos para suas empregadas.

Ela não tinha preferência sobre trabalhar de dia ou de noite porque o serviço era o mesmo. Reclamando das poucas gorjetas e dos muitos calotes de fregueses desalmados, mencionou as suas habilidades: servir, juntamente com as outras garçonetes, mil cafezinhos e mil e poucas médias com pão, torradas, doces, sanduíches.

Ainda, durante a entrevista, afirmou que passava os dias de folga preferencialmente em casa, lendo, e que apreciava diversões como bailes, cinema e circo.

---

<sup>83</sup>Ibid.

<sup>84</sup>Ibid.

O jornal entrevistou também Antonieta Ramos e Pracidina de Brito, ambas manicures, que trabalhavam em salões de barbeiros. Profissão considerada perigosa para a mulher, devido ao local onde era exercida.

Antonieta trabalhava no salão Liberal, na rua Dr. Muricy e, fazendo as unhas de um freguez, informou que estava nessa atividade por volta de 12 anos. Achando a profissão muito boa, pois é disto que eu vivo, afirmou que não dá para fazer fortuna (...). Entretanto é melhor do que nada fazer.<sup>85</sup> Trabalhava por conta própria na barbearia, alugando a mesa do proprietário a 5 cruzeiros por dia; cobrava por uma unha 6 cruzeiros e, apesar de ter uma grande e boa freguesia, reclamava das magras gorjetas.

No Salão Zito, na rua Marechal Floriano, esquina com a 15 de Novembro, trabalhava a outra entrevistada. Logo na entrada, do lado esquerdo, o jornalista encontrou, sentada em sua mesa de trabalho, uma morena bonita. Era Pracidina, solteira e desembaraçada. Ela tinha uma boa freguesia, atendendo aos sábados entre 10 e 12 pessoas. Reclamando das propinas que eram muito raras, pois um ou outro freguez lembra-se da gorja, só sentia tédio quando faltavam fregueses. Aos domingos, seu dia de folga, ela geralmente ficava em casa, e, às vezes, ia assistir a uma sessão cinematográfica; isto quando a fita é boa.<sup>86</sup>

Será que com essas 3 entrevistas, a Gazeta do Povo conseguiu convencer seus leitores de que as profissões de garçonete e manicure eram dignas, honradas e merecedoras de respeito? Se conseguiu convencer alguns poucos, o estigma que marcava essas trabalhadoras não foi removido facilmente.

---

<sup>85</sup>Ibid.

<sup>86</sup>Ibid.

Em 1934, a baixa remuneração das manicures e as consequentes dificuldades foi descrita na crônica "Cortiço", de Tonico de Campos. Perto do cemitério havia uma habitação coletiva, onde morava muita gente, abrigada num barracão de zinco de uma antiga fábrica de sabão. Uma das moradoras era Marina, que cuidava dos seus cinco irmãos órfãos. Ela era *seria* e trabalhava como manicure; entretanto, todos passavam fome. Então, cansada de ver os irmãos chorarem, *entregou o viço de seus 18 anos, a pureza de sua adolescência, o veludo da sua carne moça, aos filhos dos burgueses.*<sup>87</sup> A associação que se fez entre as duas profissões revela que na década de 30, o universo de atuação da manicure poderia estar muito próximo ao da prostituição.

Entretanto, a profissão, dependendo de onde fosse exercida, podia ser considerada adequada. Quando era executada em salões de cabeleireira, que atendiam o público feminino ou em domicílio, não possuía a mesma conotação de perigosa.

Nos salões femininos trabalhavam manicures hábeis e competentes, inclusive diplomadas, como Mme. Fernande Raveglia, que tinham aceitação social.

Em 1938, a profissão foi regulamentada; as profissionais deveriam se inscrever na Repartição Sanitária, indicando o local onde trabalhavam e portar Carteira de Identidade Profissional.

No decorrer do período pesquisado, manicures e garçonetes recebem uma aceitação crescente. Se em 1935, a Gazeta do Povo elogiava a atitude do Delegado dos Costumes, que proibia a presença de garçonetes em botequins, em 1945 tentava reabilitar a honradez das duas profissões, aceitando a presença feminina e

---

<sup>87</sup>CAMPOS, Tonico de. Cortiço. Diário da Tarde, Curitiba, 16-04-1934. p.1.

exigindo dos homens respeito para com elas. Na década de 30, queriam retirar as garçonetes dos bares, restaurantes e cafés, associavam o trabalho da manicure à prostituição; contudo, 10 anos depois a presença feminina nessas atividades não era mais questionada, exigindo-se dos fregueses uma outra atitude diante das profissionais. Leocadia, Antonieta e Pracidina esperavam o dia em que a população ouvisse os apelos da imprensa e suas profissões fossem aceitas socialmente como dignas do sexo feminino. Entretanto, manicures e garçonetes eram vistas, ainda, como mulheres à margem da moralidade, já que não correspondiam ao ideal desejado, ao se colocarem ao alcance dos homens nos bares e barbearias, locais da sociabilidade masculina; portanto, perigosos para uma mulher.

### 3.6 EM OUTROS LOCAIS DE TRABALHO

As mulheres trabalhavam também em outras esferas do comércio e da prestação de serviços, como demonstram os anúncios de empregos. Livrarias, confeitarias, casas de armarinhos e fazendas, de miudezas, de roupas infantis, tinturarias e camisarias eram espaços nos quais conseguiam um emprego se dominassem a arte de fazer negócios.

Para atuar como balconista no comércio era necessário ter prática, mas até meninas de 12 a 14 anos podiam ser contratadas. Já para executar a profissão de caixa de loja pediam-se além da prática, referências, falar alemão ou polonês, não ser muito criança, fazer regularmente contas etc. Tudo isso para ganhar um salário de 180\$000. As moças, quando ofereciam, nos jornais, as suas habilidades com os números, afirmavam ser de boa família, seria, de boa aparência, conhecedoras dos idiomas português,

inglês, alemão e polonês, além de poder dar boas referências.<sup>88</sup>

Algumas muito jovens conseguiam um trabalho de caixeira, como Idalina Tschurtschenthaler, 19 anos, brasileira, que trabalhava na firma Francisco Hauer e Filhos e que, em 1930, suicidou-se tomando creolina, após ter visto, no dia anterior, seu namorado dançar com uma moça num baile onde se encontrava. Segundo Etelvina Trindade, as mulheres se matavam na época por vários motivos: amor, solidão, maus tratos ou para salvar a honra, quase sempre utilizando-se de drogas de uso doméstico.

Também trabalhavam vendendo em domicílio, podendo ganhar entre ordenado e comissão até 300\$000 mensais, ou 30\$000 a 45\$000 diários, no caso de um preparado de toucador. Exigiam-se, entretanto, algumas habilidades:

Precisa-se de uma moça de boa aparência de preferencia que fale o alemão, para o serviço de venda a domicilio (sistema americano). O artigo á colocar é de absoluta necessidade e de grande aceitação. Da-se comissão e ordenado. Cartas com endereço e referencias endereçadas para esta folha á J.L.C. Pede-se por obsequio, se apresentar apenas quem tiver aptidão para este serviço.<sup>89</sup>

Ainda, eram donas de estabelecimentos comerciais variados, e envolviam-se em situações diversas: Maria Gontareck, proprietária de um negócio de secos e molhados na rua Riachuelo, foi intimada a tirar carteira de saúde; Rosalina de Cerrato, dona de uma padaria, por sentir ciúmes de seu amante, o pai-deiro Afonso de Melo, tentou suicidar-se; a Industrial procurava uma sócia, senhora de idade ou viúva, com capital equivalente a rs. 3.000.000, para abrir uma indústria rendosa sem

---

<sup>88</sup> PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 19-07-1933. p.5; 13-06-1935. p.5; 07-11-1933. p.5.

<sup>89</sup> PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 18-10-1934. p.5.

concorrência na região.<sup>90</sup>

Nos escritórios, as mulheres exerciam atividades vinculadas à datilografia, trocando as femininas máquinas de costura pelas de escrever. Segundo Amaryllis Schvinger, no século XIX, fazendo um apelo à natureza feminina caracterizada pelas habilidades manuais, a mulher passou a ser apresentada como a usuária natural da máquina de escrever, que se tornou o símbolo da profissão.

Para esta atividade, os anúncios pediam uma moça que preenchesse alguns requisitos, como ser conhecedora de português e de correspondência comercial, ter boa letra, ser maior de 18 anos, desembaraçada, ter prática de escrituração comercial, ser bastante ágil, saber inglês, ter entre 25 e 30 anos. Alguns exigiam todas essas qualidades:

Precisa-se de uma datilógrafa que trabalhe desembaraçadamente, ativa e inteligente. Conhecedora de português, e que possa tomar conta do serviço de correspondência comercial de um escritorio de movimento. Ordenado consoante com as suas aptidões. Prefere-se a que saiba escrituração mercantil. Resposta à Caixa do Correio, 15, com todos os pormenores relativos às suas habilitações, prática e pretensões.<sup>91</sup>

As mulheres também ofereciam-se para trabalhar em escritórios, afirmando que tinham prática ou conheciam datilografia, taquigrafia, escrituração mercantil, português, alemão e francês. A Prof<sup>a</sup> Claudemira, conhecedora de contabilidade e recentemente formada, dispunha de algumas horas para executar qualquer escrita de comércio, e Florinda, com prática e curso comercial, ofereceu seus serviços durante os 4 primeiros meses de 1935 até encontrar uma colocação.

As datilógrafas também eram contratadas para trabalhar à

---

<sup>90</sup>DIRETORIA da Saude Publica do Estado do Paraná. Gazeta do Povo, Curitiba, 10-07-1932. p.2; A VIDA amorosa de um panificador. Gazeta do Povo, Curitiba, 01-03-1936. p.6; PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 02-02-1935. p.5.

<sup>91</sup>PEQUENOS anuncios. Gazeta do Povo, Curitiba, 11-04-1935. p.5.



noite, até as 9 horas, com um ordenado inicial de 100\$000, por empresas como a Cia. Força e Luz do Paraná.

Há indicações de que as mulheres conhecedoras da datilografia recorriam aos anúncios para obter um emprego. Uma curitibana que atendeu a um que solicitava os serviços de uma senhorinha que soubesse escrever a máquina<sup>92</sup> foi Zuleika Maranhão que, trabalhando há poucos dias no escritório da Cita S.A., na rua XV de Novembro, disse ter sido desrespeitada pelo gerente Fabio K. de Carvalho. Entretanto, este foi aos jornais se defender dizendo que a moça fez o escândalo porque desejava casar com ele, já que era um bom partido.<sup>93</sup>

Outro campo onde atuavam como auxiliares era nos consultórios médicos e dentários. A ajudante precisava ter boa aparência, ser delicada e quieta, dar boas referências etc. Algumas que se ofereciam para o serviço afirmavam ter instrução elementar e falar alemão, inglês ou polonês. Também eram requisitadas como propagandistas junto aos médicos e, para tanto, precisavam ser inteligentes, bem apresentáveis e desembaraçadas.

Outra atividade feminina era a de telefonista. Em 1937, 21 de dezembro foi instituído oficialmente pela Cia. Telefônica Paranaense, como o seu dia. A partir desse ano, as comemorações da data foram repletas de pompas, com hasteamento da Bandeira Nacional, missa, churrascada que, em 1943, teve a presença do Interventor do Estado, Manoel Ribas.

Considerada como elemento imprescindível da moderna vida urbana que nos seus

---

<sup>92</sup>PIRATARIA mal sucedida. Gazeta do Povo, Curitiba, 04-04-1936. p.6.

<sup>93</sup>A PEDIDO: patifaria mal sucedida. Diário da Tarde, 2ª ed., Curitiba, 04-04-1936. p.6.

múltiplos misteres demanda rapidez de comunicações, a telefonista era o anjo da guarda das nossas atribuições, a voz servidora da nossa pressa.<sup>94</sup> Em 1938, havia 65 profissionais.

Na década de 30, o serviço telefônico passou por uma remodelação, visando uma maior eficiência, já que, antes uma chamada causava nervosismo, chegando-se ao ponto de dispensar por vezes o uso do telefone.<sup>95</sup> Agora, por intermédio das abnegadas telefonistas podiam-se resolver todos os problemas momentâneos. Sem elas, Curitiba não estaria nessa avalanche de progresso e de empreendimentos cada vez maiores.<sup>96</sup> A profissão era considerada adequada ao sexo feminino e valorizada socialmente, tanto que era executada principalmente por mulheres.

Além de propugnadoras do progresso, também eram disseminadoras do patriotismo. Em 1938, atendiam os telefonemas com a frase patriótica: Tudo pelo Brasil (....) número?<sup>97</sup> Numa das ligações, o estrangeiro Muniz Albrecht ao escutar essa frase agrediu a telefonista com palavrões. Constatado que o telefonema partiu da Livraria Hoffmansche Buchelundlung, situada na rua Presidente Faria, o atrevido foi preso e devidamente processado.

A época estudada foi de grande desenvolvimento do sentimento patriótico dos cidadãos, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial. As pessoas, inclusive as mulheres, eram constantemente conclamadas pelos meios de comunicações a exercerem atividades profissionais que tivessem alguma relação

---

<sup>94</sup>O DIA da telefonista. Gazeta do Povo, Curitiba, 21-12-1938. p.8.

<sup>95</sup>LOUVANDO as servidoras do povo. Gazeta do Povo, Curitiba, 20-10-1939. p.6.

<sup>96</sup>PRIMEIRO Aniversario do dia da telefonista. Gazeta do Povo, Curitiba, 06-12-1939. p.3.

<sup>97</sup>ATREVIDO! Respondeu malcriadamente á telefonista que lhe dissera: "Tudo pelo Brasil". Gazeta do Povo, Curitiba, 06-09-1938. p.9.

com o fortalecimento da Pátria.

Caixeiras, balconistas, datilógrafas, telefonistas. Eram muitos e variados os espaços profissionais femininos. Segundo Etelvina Trindade, o desenvolvimento da indústria e a expansão do espaço urbano de Curitiba no início do século XX criaram, a longo prazo, novas possibilidades para as mulheres. No comércio, nos serviços e na administração, encontravam espaços para atuarem profissionalmente em atividades permitidas ao sexo feminino ou mesmo nas consideradas impróprias.

No comércio ou prestando serviços, lá estavam as mulheres, executando tarefas patrióticas, como as telefonistas ou tarefas perigosas, como as garçonetes ou manicures; atuando com autonomia e fazendo o seu próprio tempo, como as donas de pensões e bares; trabalhando com uma clientela tipicamente feminina, como as cabeleireiras e as costureiras ou transformando-se em ajudantes do trabalho masculino, como as datilógrafas. Todas elas, conhecedoras da arte de bem servir os seus fregueses, clientes e patrões atuavam em profissões tipicamente femininas ou conquistavam novos espaços, demonstrando que o universo dos negócios estava repleto de possibilidades para a trabalhadora, na rua ou nos estabelecimentos comerciais.

#### 4 FALANDO SOBRE O TRABALHO

Em meio a tanta diversidade de vivências, as mulheres apresentavam uma fala variada e rica. Cada uma tinha algo a dizer e certamente o fazia de uma forma bastante pessoal. Algumas tinham preocupações comuns, estavam engajadas numa luta pela conquista de direitos ou pela sobrevivência; outras construíam suas próprias regras de conduta.

Muitas das que possuíam uma profissão adquirida institucionalmente apresentavam um pensamento sistematizado sobre a condição feminina. Expunham as suas idéias em livros e artigos de jornais com o objetivo de convencer as suas companheiras de sexo a participarem da luta pela emancipação; outras, entretanto, faziam oposição a essa bandeira. O debate feminista foi acirrado na imprensa periódica até por volta de 1936, quando as vozes silenciaram-se, segundo Fany Tabak, devido ao recesso político do Estado Novo, para só retornarem, já em outros moldes, no período da Segunda Guerra Mundial.

Entretanto, outras mulheres, acostumadas à luta pela sobrevivência diária, estavam muito pouco ou quase nada interessadas numa conquista para o sexo feminino. Suas preocupações, bem específicas, voltavam-se para o seu cotidiano, para as coisas mais simples da vida, remetendo-se aos aspectos de sua vivência diária. Apesar de muito falarem, já que suas conversas deveriam ser intermináveis, estas falas tornaram-se raras aos ouvidos dos pesquisadores, devido à falta de registros.

Pouco restou das falas das mulheres pobres da cidade. Nos raros momentos em que emergiram nas páginas dos jornais foi

a título de curiosidade. Em entrevistas, os jornalistas registraram as falas daquelas que provavelmente não sabiam nem ler e nem escrever. Pela mediação da escrita, a fala das mulheres pouco letradas emergiu, senão como foi pronunciada, pelo menos como um testemunho do que se pronunciou, revelando um pouco do que estava oculto por trás da palavra escrita.

Deixemos, agora, que elas próprias digam o que pensavam, principalmente em relação ao trabalho da mulher.<sup>1</sup>

#### 4.1 AS FALAS CULTAS

##### 4.1.1 A Professora Farol do Feminismo

No nosso despretençioso modo de ver encaramos o trabalho profissional da mulher, como a sua principal emancipação.<sup>2</sup>

Mariana Coelho nasceu em Portugal, em 10 de setembro de 1873. Mudou-se para Curitiba no final do século e em 1902 fundou o Colégio Santos Dumont, para a educação de meninas. Dirigiu este estabelecimento por volta de 16 anos e, quando não pôde mais sustentá-lo, ganhou um lugar na Instrução Pública, como professora da Escola Profissional Feminina, da qual foi diretora na década de 30.

Poetisa e prosadora, acreditava que a única fortuna que nunca se perde é a educação. Segundo Maria Nicolas, dedicou-se às reivindicações da mulher que trabalha, luta e pensa, tornando-

---

<sup>1</sup>Entende-se por "falas cultas" as encontradas em livros e artigos escritos pelas mulheres que conquistaram uma profissão, instrumentalizadas pela escola; e por "falas quase ocultas" as registradas na imprensa, onde as mulheres pobres revelaram suas vivências através de algumas poucas entrevistas.

<sup>2</sup>COELHO, Mariana. Evolução do Feminismo. Subsídios para a sua história. Rio de Janeiro : Imprensa Moderna S.A., 1933. p.39.

SE o farol, o expoente máximo de tão edificante luta.<sup>3</sup>

Em 1908, no dizer de Rocha Pombo, a educadora surpreendeu os intelectuais do Estado lançando a sua primeira obra, "Paraná Mental", onde descrevia o desenvolvimento paranaense no domínio das artes e das letras. No prefácio, o intelectual comentava como eram raras as senhoras que tinham a coragem de pontificar-se perante a sociedade. O público paranaense ao ler artigos de crítica, crônica ou versos subscritos por um nome de mulher se incendiava de curiosidade. Além de Mariana se impor pela sua inteligência e cultura, também se destacava como um nobre tipo de mulher do seu tempo, segura do seu grande papel, ansiosa por desdobrar as aptidões do seu espírito nesse fecundo apostolado de caridade moral, que se chama a função de instruir e educar. Na opinião de Rocha Pombo, o Colégio Santos Dumont era o documento vivo do que valia a capacidade de uma mulher dedicada à função sagrada de transmitir às esposas e futuras mães as fragrâncias de uma alma nobilíssima, sensível e heroica.<sup>4</sup> Opinião compartilhada por Heitor Stockler, que tinha a certeza de que nele não apenas se alfabetizava mas também educava-se.

Na sua obra, a professora começava a traçar o seu perfil intelectual. Ao chegar ao Paraná, depois de surpreendida pela engenharia da estrada de ferro que atravessa a Serra do Mar, encontrou um povo essencialmente democrata. Como os paranaenses, também considerava-se pertencendo ao número dos mais fervorosos entusiastas apostolos da igualdade bem entendida.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup>A ILUSTRE escritora D. Mariana Coelho e a sua nacionalização. Gazeta do Povo, Curitiba, 16-11-1939. p.3; NICOLAS, Maria. Vultos Paranaenses, 4. Curitiba : Impressora Paranaense, 1966. p.68.

<sup>4</sup>COELHO, Mariana. O Paraná Mental. Curityba, Paranaguá e Ponta Grossa : Typ. da Livraria Economica, Annibal Rocha & Cia., 1908. p.12-13.

<sup>5</sup>Ibid. p.26.

No mesmo livro, opinava sobre a participação feminina na vida social. Segundo ela, no Paraná o bello sexo já estava se compenetrando do elevado papel que poderia representar. Todas as sociedades poderiam ser divididas em dois grupos: o primeiro era composto daqueles que ao verem uma mulher que se destacava socialmente manifestavam a curiosidade de quem vai ver o urso;<sup>6</sup> já o segundo, a fina flor da sociedade moderna, era aquele com o qual a propaganda feminista deveria contar. Entretanto, a educadora alertava que a emancipação feminina muitas vezes era confundida, pelas próprias mulheres, como uma forma de usurpação da posição masculina. Sobre esse assunto opinava:

(....) ela deve ser relativa, e tão justamente compreendida que não isole o vulto feminino de toda essa attrahente e doce poesia que o cerca no lar - pois só ahi encontrará o imperio que mais lhe compete e o que melhor corresponde, em todo o sentido, à sua amavel e melindrosa natureza.<sup>7</sup>

Continuando a sua defesa da emancipação da mulher, no livro "Evolução do Feminismo", editado em 1933, Mariana declarava-se feminista logo na primeira linha e explicava o motivo: para ela, a mais surpreendente transformação social do século XX, não pode deixar de ser encarada como progresso. E o progresso é fatal, pois não há diques que possam impedir ou neutralizar estas impetuosas correntes progressivas, - aurora de um risonho porvir que assegura uma nova era equitativa e igualitária.<sup>8</sup>

Escrevendo o livro, acreditava que estava indo em auxílio das dignas companheiras de todo o mundo, contribuindo para a reabilitação do seu sexo. Certa de que ele representava um documento histórico, a educadora desejava ser compreendida por

---

<sup>6</sup>Ibid. p.119.

<sup>7</sup>Ibid. p.120-121.

<sup>8</sup>COELHO, Mariana. Evolução do Feminismo ... p.19, 17.

todas as classes sociais femininas, já que o feminismo estava em plena primavera da sua estabilidade real consumada;<sup>9</sup> entretanto, só as cultas devem ter lido e entendido suas argumentações.

Embora pacifista, reconhecia a importância da Primeira Guerra Mundial no desenvolvimento do feminismo, já que a mulher foi impelida a alargar a sua esfera de atuação. Mas, acreditava que ele deveria ter por fundamento uma sã e apropriada educação da mulher moderna. A mulher, para acompanhar o movimento evolutivo, precisava cultivar e esclarecer o espírito e para tanto dependia do sexo masculino:

Tem, pois os chefes de família e os dirigentes da instrução, sobre quem pésa toda a responsabilidade, o dever imperioso e inadiável de preparar solícita e convenientemente o espírito feminino, de fôrma a colocá-lo na altura de compreender nitidamente, e conforme nosso tempo exige, a fase de adeantamento a que nos conduziu uma infalível e natural evolução.<sup>10</sup>

As mulheres instruídas, representantes do sã feminismo<sup>11</sup> tinham como objetivo promover o aperfeiçoamento moral da humanidade. Sua entrada na política era para combater a miséria, o crime e o vício, buscando a reconstrução da sociedade. A professora ressaltava a intervenção moralizadora da mulher, que deveria adquirir direitos sociais e políticos para atingir esse objetivo.

Mariana encarava o trabalho da mulher como a sua principal emancipação. A posição anti-feminista de que ela deveria ser apenas dona de casa derivava do medo, por parte de uns, da concorrência dos empregos e profissões e, de outros, da falência de sua superioridade em relação à companheira. Sugerindo que participasse dos espaços público e privado ao mesmo tempo,

---

<sup>9</sup>Ibid. p.15.

<sup>10</sup>Ibid. p.16 e 18.

<sup>11</sup>Ibid. p.20.



pois trabalho e lar podiam ser compatibilizados, dizia:

a mulher que apenas sabe ser dona de casa, é incapaz de viver de seu trabalho, não se pode tornar independente - está fatalmente condenada a ser escrava. (...). De mais a mais que a sua profissão a não inibe absolutamente de ser, em todo terreno, muito boa dona de casa.<sup>12</sup>

Mariana acreditava na capacidade igualitária do trabalho feminino em relação ao masculino e reclamava equiparação de vencimentos. Ainda, a mulher educada no preparo de qualquer rendosa profissão<sup>13</sup> não teria receio do futuro, não se preocuparia em buscar um marido arrimo e nem necessitaria ser exposta por seus pais como uma mercadoria, bem como garantiria o sustento dos seus filhos na falta do pai e afastar-se-ia da prostituição.

Apesar de a educadora acreditar ser o trabalho a verdadeira emancipação, reconhecia que em Curitiba havia um feminismo inconsciente, já que as moças procuravam empregos por necessidade e não por convicção. Entretanto, não havia um estabelecimento, quer fosse industrial, comercial ou bancário que não tivesse uma empregada. Mas, o acesso da mulher ao trabalho e ao estudo não eliminou a discriminação dos anti-feministas, que preferiam a mulher no lar, principalmente se casada.

Mariana também aprovava o direito de voto, permitindo que a mulher se interessasse pelos negócios públicos e chamasse os homens ao seu dever. Lamentava que o Brasil, apesar de possuir uma Constituição liberal, não tivesse ainda instituído o voto feminino, que permitiria a resolução de graves problemas sociais.

Entretanto, esta, como outras medidas propostas pelas feministas, beneficiaria apenas uma parcela das mulheres, não

---

<sup>12</sup>Ibid. p. 42.

<sup>13</sup>Ibid. p. 45.

alterando as condições de vida daquelas pobres e pouco letradas.

Mesmo criticando o casamento indissolúvel, Mariana acreditava no grande papel da mulher na família, sugerindo às mães: Apoderaí-vos de uma sã instrução para poderdes formar o espirito, coração e caracter da humanidade futura.<sup>14</sup> A maternidade transformava a mulher numa entidade social. A sua educação visava primeiramente prepará-la para educar os filhos, ficando em segundo plano o aspecto profissional.

Mulheres como Mariana defendiam a causa feminista, muitas vezes acompanhadas de alguns homens, como Pamphylo de Assumpção e Nelson Artigas. Entretanto, entre as cultas havia uma diversidade de pontos de vista e opiniões sobre a emancipação feminina. Se Mariana fazia a defesa, outras atacavam, como Georgina Mongruel e Magda Costa. Todos estavam na imprensa da época defendendo as suas posições.

Advogada intrepida e sagaz<sup>15</sup> da mulher, a professora teve no seu livro "Evolução do Feminismo" a sua obra máxima, vendida nas colônias estrangeiras do Brasil, em Curitiba, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Lisboa. Ele foi o mensageiro das idéias feministas a angariar simpatizantes em todas as partes.

Mariana, como as outras feministas, segundo Etelvina Trindade, era prisioneira de um discurso restrito, preocupado em manter o caráter da feminilidade da mulher e afastar-se da idéia de masculinização. A emancipação proposta não abalava a valorização da sua função materna. Acreditava-se que a mulher tinha um papel específico na família - o materno - pensamento

---

<sup>14</sup>Ibid. p.610.

<sup>15</sup>A IGUALDADE dos sexos. Gazeta do Povo, Curitiba, 26-11-1933. p.2.

decorrente da influência positivista, que nunca foi questionado pelo feminismo. As próprias mulheres defendiam a educação feminina, visando a uma melhor criação dos filhos e um maior companheirismo para com o marido. Mesmo representando um avanço, em áreas como o trabalho e a educação, o feminismo não conseguiu a adesão das grandes massas, tanto que, no final da década de 20, o conservadorismo parece impor-se no pensamento, sobre a mulher.<sup>16</sup>

Maria Fernanda Bicalho, na sua pesquisa sobre os jornais femininos do Rio de Janeiro, que circulavam nos fins do século XIX e início do XX, também encontrou a criação de uma nova identidade para a mulher calcada na promoção de uma competência doméstica ao mesmo tempo que na sua valorização profissional e política. Trata-se de um discurso permeado por ambigüidades e tensões. Embora as feministas reivindicassem a entrada da mulher no mercado de trabalho e o exercício de sua cidadania, ela continuou a ser vista como essencial à integridade da família, base da sociedade. A sua identidade era ambígua, pois resultava da sua competência doméstica e maternal e de sua atuação na esfera pública. Essa mulher retratada pelo feminismo carioca do século XIX, era essencialmente urbana, burguesa e educada, COMO a retratada pelo curitibano.

Preocupada com o feminismo, a fala de Mariana Coelho girava em torno dele e provavelmente tinha receptividade entre as pessoas cultas. Toda a sua vida parece ter sido destinada à defesa desse princípio, que apesar de conquistar algumas adeptas, teve dificuldades em impor-se como um pensamento de grande parte da população feminina. Entretanto, a professora continuava a sua tarefa e com ela estavam muitas outras.

---

<sup>16</sup>TRINDADE, Etelvina M. de C. Clotildes ou Marias ... p.143, 197.

#### 4.1.2 A Advogada do Trabalho

Hoje a mulher brasileira não quer ter mais a vida vegetativa de planta de estufa. Ela quer aprender a trabalhar, sobretudo trabalhar.<sup>17</sup>

O que pensará uma mulher talhada pela advocacia sobre as suas companheiras de gênero? Ainda acadêmica de Direito, Ilnah Pacheco Secundino, em 1933, proferiu uma conferência na sessão de fundação do Centro Paranaense de Cultura Feminina, onde argumentava como deviam as mulheres atuarem na sociedade.

Segundo a futura advogada, a vida moderna estava abrindo às mulheres novas oportunidades de trabalho, autonomia e liberdade, transformando-as nas companheiras e colaboradoras do homem. Entretanto, para que tal ocorresse era necessário instruí-las e educá-las dentro de uma orientação mais de acordo com a época. Ilnah propunha uma educação feminina num sentido mais racional, mais prático, mais eficiente e mais utilitário,<sup>18</sup> superando-se os preconceitos sociais que a transformaram em um bibelot sentimental. Citando Tobias Barreto, que acreditava que no grande baile da vida, mais de uma dama fica sem cavalheiro, afirmava que a mulher deve estar apta a dançar sozinha e esta aptidão quem lhe forneceria era a educação moderna.

Nos grandes centros, a mulher ia aos poucos modificando-se. Estudava, penetrava no comércio, na administração, tornava-se intelectual. E para acompanhar essas mudanças e impulsioná-las, as mulheres cultas criaram o Centro Paranaense de Cultura Feminina, com o objetivo de estimular, e desenvolver intelectualmente a mulher patricia, não esquecendo de cuidar também de sua cultura física: o

---

<sup>17</sup>SECUNDINO, Ilnah Pacheco. Conferência pronunciada na sessão solene de fundação do Centro Paranaense de Cultura Feminina, em 5 de dezembro de 1933. Curitiba : [s.n.], 1933. p.6.

<sup>18</sup>Ibid. p.3.

sól, o ar livre, o exercício fizeram dela um ser livre.<sup>19</sup>

Não mais uma planta de estufa, a mulher queria agora aprender a trabalhar e

Qualquer trabalho é dignificante, tanto o da humilde operária como o da que exerce profissões mais elevadas. Aquela, lutando contra a miséria, com o seu serviço exaustivo, no calor asfixiante da fábrica, quantas vezes para sustentar a sua família, um pai enfermo, um marido alcoolatra, filhos que pedem pão. E a outra? Ninguém contestará o alcance de sua colaboração, ao lado do homem, no mesmo nível, no trabalho para o beneficiamento, para o progresso da sociedade em que vive.<sup>20</sup>

Ilnah não falava em feminismo porque esta palavra despertava em quem não a conhecia, a idéia de masculinização; o que ela estava propondo era a igualdade espiritual, a competição no campo da inteligência. Para a advogada, já era tempo de se afastar a frivolidade da educação das moças. Convocava as suas colegas de sexo para uma nova vida:

(....) é tempo de nos sentarmos ao banquete do trabalho; é tempo de aprendermos a ser úteis, a ganhar meios de vida. Preparemos a nossa educação, mas uma educação que nos sirva de utilidade, e que possamos lançar mão num caso de infortúnio.<sup>21</sup>

Como a professora Mariana, Ilnah também acreditava que o trabalho era a única e verdadeira emancipação para a mulher e insistia na defesa desse argumento:

A mulher que aprenda, assim, uma profissão, conforme suas forças físicas, condições, aptidão e inteligência. Que ela seja pianista, advogada ou costureira, pouco importa; o que desejamos é que saiba ser útil a si ou a outrem; que tenha uma arte ou ofício.<sup>22</sup>

Entretanto, o trabalho ainda aparecia como algo acessório para Ilnah, a ser utilizado em caso de necessidade e de desamparo, um meio de escapar da miséria e da prostituição.

Uma educação sólida permitiria à mulher tornar-se, na opinião da advogada, a atalaia vigorosa da família, sendo que as

<sup>19</sup>Ibid. p.6.

<sup>20</sup>Ibid.

<sup>21</sup>Ibid. p.7.

<sup>22</sup>Ibid.

instruídas deveriam estender a mão às pobres infelizes que caíram no hediondo abismo<sup>23</sup> da prostituição, em vez de acusá-las. A mulher poderia promover a ordem ou a desordem de acordo com sua instrução. Ilnah não ousava defender as prostitutas, mulheres a quem faltou uma educação elevada; entretanto, recomendava uma postura de solidariedade, visando à regeneração.

Para a advogada, qualquer que fosse o trabalho que a mulher exercesse, a carreira que seguisse, própria ou não ao sexo,<sup>24</sup> ela não se masculinizava, bem como o trabalho e a instrução não impediam a felicidade no casamento.

Segundo Francisco Stobbia, o que Ilnah pretendia era a criação de um tipo de mulher que soubesse, com serenidade, passar da cozinha à sala de visitas e vice-versa. E a própria Ilnah era o exemplo, inclusive indo além, portas adentro dos ambientes públicos, pois exerceu diversos cargos como o de presidente do Centro Paranaense de Cultura Feminina, promotora pública da Capital, inspetora federal de ensino secundário no Paraná, presidente suplente da Junta de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho do Paraná, além de pertencer à Academia Feminina de Letras do Brasil e ao Centro de Letras do Paraná, assim como à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Seus talentos de escritora, permitiram que dirigisse a *Página da Mulher* do *Diário da Tarde*, inaugurada em 1935. No mesmo ano, recebeu de Odilon Negrão uma crítica severa que a acusava de estar presa às contradições do regime burguês e amarrada aos

---

<sup>23</sup>Ibid. p.7, 8.

<sup>24</sup>SECUNDINO, Ilnah. A mulher na política. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 09-11-1932.

preconceitos sociais.

Na década de 40, o Diário da Tarde garantia que Ilnah estava consagrada pela crítica nacional, causando expectativas a publicação de seu livro "A mulher e o divórcio". Unindo um assunto jurídico debatido na época, às suas preocupações com os direitos da mulher, escrevia diretamente a esta:

(...) dedicamos este pequeno trabalho à mulher brasileira, que tem sido a maior inimiga da medida em questão, e isso por ter estado mais afastada do conhecimento da verdadeira feição do divórcio, temerosa da sua aproximação, justamente por falta de estudo e de observação do que ele tem de útil em determinadas situações. (...). Ela teme por desconhecê-lo.<sup>25</sup>

Escrevendo para a mulher, em linguagem simples e apressada, pretendia chamar a atenção de sua destinatária para a necessidade da adoção do divórcio na legislação brasileira, já que, com o sistema de indissolubilidade, ela era a maior prejudicada. Alertando-a que está em perigo a sua dignidade,<sup>26</sup> mostrava-lhe a insegurança de certos tipos de uniões sem fundamento em lei.

Com a instituição do casamento civil em 1890, acreditava que a indissolubilidade não mais se justificava, pois como qualquer contrato, poderia ser dissolvido. O divórcio, uma medida muito mais moral que o desquite em vigor na legislação brasileira, impediria o adultério e o concubinato, não oferecendo perigo algum à família. Para Ilnah, o sistema jurídico do desquite não se coadunava com o período de evolução que atravessava o país, já que propiciava uniões ilegais que não eram seguras para a mulher e seus filhos, como o concubinato; o casamento por contrato, ilegal juridicamente, que tornava a mulher uma espécie de doméstica contratada por um determinado

---

<sup>25</sup>SECUNDINO, Ilnah Pacheco. A mulher e o divórcio. Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro : Guaíra, 1941. p.10.

<sup>26</sup>Ibid. p.11.

tempo e o casamento no Uruguai, que nada valia perante a lei brasileira.

E a posição dos filhos não era menos pior, na opinião da advogada, já que estando fora do resguardo da lei seriam filhos de ninguém<sup>27</sup> ou vítimas de abortos e infanticídios.

Indignada com essa situação de imoralidade, desabafava:

é inacreditável que numa época em que tanto se trabalha pela elevação da mulher, em que ela pouco a pouco vai se tornando independente pelo trabalho e pela cultura, senhora do seu destino e consciente da sua força mental, essa situação venha de maneira revoltante atirar numa posição aviltante, humilhante, algumas companheiras que anulam com isso todo o esforço de uma geração que vem realizando uma obra dignificadora. Isso é retrogradar, inferiorizar a mulher. Não é sinal inferioridade e degradação.<sup>28</sup>

Entretanto, reconhecia que eram as mulheres que mais combatiam o divórcio no Brasil. Sugeriu como remédio para esse temor, que a mulher confiasse em si mesma e estivesse apta a trabalhar, pois assim não haveria de temer a leviandade do marido:

(....) estejam as mulheres prontas para trabalhar. Trabalhem seja qual for o trabalho porque todo ele, desde o mais grosseiro e humilde, eleva e enobrece, e fiquem tranquilas quanto a situação em que não de ficar no futuro, si uma infelicidade tornar rotos os laços matrimoniais e desfizer os seus lares.<sup>29</sup>

Na década de 40, Ilnah já tinha uma posição que defendia a permanência do trabalho para as mulheres casadas ou solteiras, mas ainda ele era tido como o remédio para a dissolução familiar.

Enquanto a mulher brasileira era contra a adoção do divórcio, em outros países onde foi instituído, transformou-se em uma instituição feminina,<sup>30</sup> já que as mulheres é que tomavam a

<sup>27</sup>ibid. p.99.

<sup>28</sup>Ibid. p.82.

<sup>29</sup>Ibid. p.111.

<sup>30</sup>PERROT, Michelle. Dramas e conflitos familiares. In: \_\_\_\_\_ (org.) História da Vida Privada, 4. São Paulo : Cia. das Letras, 1991. p.282.



iniciativa da separação. Um estudo de Maria Beatriz Nizza da Silva sobre o divórcio<sup>31</sup> aqui no Brasil, mais especificamente na Capitania de São Paulo, nos séculos XVIII e XIX, também demonstrou que eram as mulheres que o solicitavam.

A fala da advogada Ilnah e da professora Mariana mostra que ambas desejavam participar do debate sobre a emancipação feminina, fazendo a sua defesa e dirigindo-se às mulheres cultas. A limitação desta fala está na dificuldade de incorporar as vivências das mulheres pobres e na ausência de uma crítica mais severa à estrutura de poder familiar e ao papel materno da mulher. Entre as curitibanas havia divergências de interesse, a ponto de, entre as pobres, o discurso feminista não encontrar eco. O feminismo não conseguiu reconhecer que as mulheres exerciam outros papéis e tarefas, além dos exercidos pelas instruídas.

Segundo Maria Célia Paoli, as feministas eram mulheres vinculadas à elite que queriam cobrar as promessas de um Estado que se dizia liberal. Desejavam emancipação econômica, intelectual e participação igualitária na esfera pública; entretanto, não aprofundaram a reflexão política sobre as relações familiares e não questionaram a mulher como um ser do lar, mantendo intacta a sua imagem tradicional. Sua ação era limitada já que não incorporaram ao movimento operárias, prostitutas, domésticas e trabalhadoras rurais. Não enxergaram as péssimas condições de vida a que estavam submetidas as trabalhadoras fabris e não perceberam sequer a situação subalterna das suas próprias em-

---

<sup>31</sup>SILVA, Maria B. N. da. O divórcio na Capitania de São Paulo. In: BRUSCHINI, M. C. e ROSEMBERG, F. Vivência. História, sexualidade e imagens femininas. São Paulo : Brasiliense, 1980. p.151-194. O divórcio na época significava apenas a separação dos casados, no que se referia a coabitação e bens, permitindo que fosse contraído novas núpcias só em casos de anulação do casamento, que eram bem específicos.

pregadas.

As feministas desejavam ardentemente que as mulheres trabalhassem; entretanto, não discutiam questões relevantes, como por exemplo, a legislação trabalhista e as condições de trabalho da mulher. Segundo Maria Célia Paoli, o Estado montou uma legislação protetora do trabalho feminino, principalmente em relação à sua função reprodutiva, que era constantemente desrespeitada pelos empregadores. Ainda, esta dava atenção particular à família, regulamentando o trabalho da mulher e do menor, partindo do pressuposto de que ao marido ou ao pai cabia a direção familiar, e a eles cabia autorizar e rescindir o contrato de trabalho da mulher ou do filho, caso estivesse ameaçando família.

Para Maria Valéria Pena, o Estado na década de 30, fez com que as mulheres e as crianças constituíssem um segmento especial da força de trabalho, desprivilegiado, mal pago, mas protegido. Isso restringia o trabalho feminino e encorajava as mulheres a se dedicarem exclusivamente ao lar. Houve uma valorização, pela sociedade do trabalho, do espaço doméstico como sendo ideal para as mulheres, revitalizando o seu papel de mãe e esposa.

Através do Código Civil de 1916, regulou-se e limitou-se o acesso da mulher ao trabalho e à propriedade, determinando a incapacidade jurídica da mulher casada. Em 1934, a Constituição Federal eliminou parte das proibições, afirmando que todos eram iguais perante a lei, sem distinção de sexo. Entretanto, na Constituição de 1937 voltou a situação anterior, regida pela lei de 1916. Somente a partir de 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho, a mulher teve o direito de trabalhar sem a

autorização do marido, mas este ainda tinha prerrogativas.

Se o Estado, Igreja e até os trabalhadores queriam reconduzir a mulher ao lar, isso não significou o abandono do trabalho que aumentava o rendimento familiar por parte das mulheres. Segundo Maria Valéria Pena, elas continuaram integradas à sociedade do trabalho através da participação na extensa rede de prestação de serviços pessoais.

As feministas, entretanto, não discutiam a legislação trabalhista. Elas estavam quase que totalmente alheias a esses temas. Limitavam-se a incentivar as mulheres ao trabalho. Ilnah afirmava que todo trabalho era digno, desde o mais simples; entretanto, não analisava a situação das trabalhadoras, como as operárias, por exemplo. Mariana requeria salário igual para trabalho igual, mas não fazia uma análise mais profunda da legislação. Segundo Maria Célia Paoli, o Estado pós 30 e principalmente depois de 1937, não permitiu que nenhum grupo social se organizasse fora do seu âmbito. Isso contribuiu para o silêncio do movimento feminista e também evitou que se discutissem e sistematizassem as questões referentes ao trabalho da mulher, tanto no Brasil como em Curitiba.

Falando apenas para uma parcela da população feminina, a que poderia entendê-las, as feministas discutiam questões que preocupavam as mulheres de certa posição social, tentando formar uma opinião pública favorável. Estudo e trabalho eram elementos imprescindíveis já que, através do primeiro chegava-se ao segundo. Essa era a receita que as feministas da época davam para as suas colegas de sexo e executavam elas próprias. Entretanto, não levavam em consideração que havia na sociedade muitas mulheres trabalhando em ocupações que não exigiam esco-

laridade. Estariam também estas, na opinião de Ilnah e Mariana, ajudando a causa emancipadora do sexo feminino?

#### 4.1.3 A Jornalista Engajada no Trabalho

Como eu te bendigo o trabalho!<sup>32</sup>

A escritora, jornalista e líder feminista Virgília Stella da Silva, que atendia pelo pseudônimo de Rachel Prado, fez uma exortação ao trabalho, considerado pelas feministas como objeto de sua emancipação, nas páginas da Gazeta Feminina, em 1939.

Em tom poético, a jornalista que havia herdado do pai, Joaquim Antônio da Silva, fundador do Jornal "A República", o entusiasmo pela carreira, acreditava que o trabalho era o estímulo que revigorava a alma e acalentava o espírito. Que seria da vida sem os momentos profícuos de um labor produtivo, perguntava ela, certa de que ele levava o homem a todas as conquistas. Diferentemente da ociosidade, que aniquila as energias e conduz ao vício, o trabalho reabilita, eleva e dirige à uma rota de felicidade. Sem ele, estava certa de que seria um trapo na mão do destino, e dizia: Como a nuvem que se esgarça e se desmancha ao sopro dos ventavais, assim seria eu na tempestade da vida.<sup>33</sup>

Raquel equiparava o trabalho à luz do sol que surgia no céu do Brasil, levando pão a todas as bocas, dando alegrias aos que o procuravam. Acreditava que ele era maior que o amor porque era capaz de fazer esquecer a fortuna do amor e as decepções da vida.<sup>34</sup>

As frases da jornalista, recobertas de poesia sobre o

---

<sup>32</sup>PRADO, Rachel. Exortação ao trabalho. Gazeta do Povo, Curitiba, 07-04-1939. p.2.

<sup>33</sup>Ibid.

<sup>34</sup>Ibid.

trabalho, tomavam vulto na sua rotina onde ele era essencial. Iniciada no jornalismo aos 14 anos ao lado do pai, Rachel escreveu contos infantis e crônicas. No Rio de Janeiro, dedicou-se ao magistério, manteve uma Agência de Publicidade e Propaganda e o Curso de Jornalismo Profissional, bem como o Clube de Mulheres Jornalistas. Defendeu teses em congressos feministas, fez campanha pela alfabetização e educação sexual, empreendeu uma luta em prol da recuperação dos presidiários.

Segundo Alcir Lenharo, ocorreu uma revisão moralizadora do conceito de trabalho na década de 30. A positividade do ato de trabalhar mantém-se uma constante; ela se apoia no argumento da dimensão humanizante e regeneradora do trabalho. Como Rachel Prado, o homem da época se encontra no trabalho, elemento depositário do seu espírito, da sua vida, da sua humanidade.<sup>35</sup> Ocupar-se em algum mister servia de medida de avaliação da sua própria condição existencial e possuía a sua ação pedagógica, moralizando o ser humano.

Rachel, ao bendizer o labor, ensaiou, como diz Lenharo, alguns passos para o estabelecimento de uma relação entre trabalho e prazer, capaz de provocar satisfação e alegria. Todo o seu tempo era integralmente utilizado com o seu ofício, era posto em uso.<sup>36</sup> Ela desejava extrair dele o máximo que pudesse, demonstrando ter assimilado amplamente a noção de tempo útil da sociedade do trabalho. Estava colocando a alegria de trabalhar intensamente a favor da luta feminista.

A jornalista transformou em poesia suas convicções femi-

---

<sup>35</sup>LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas, São Paulo : Papyrus, 1986. p.87

<sup>36</sup>THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: GRACIO, Sérgio; MIRANDA, Sacuntala; STOER, Stephen. Sociologia da Educação I. Antologia, Funções da Escola e Reprodução Social. Livros Horizontes, 1982. p.140.

nistas e de trabalhadora, e colocou-as em prática na sua vida. Seguindo ao pé da letra as sugestões emancipatórias de suas colegas de ideais, tinha em alta conta o trabalho, já que pertencia a uma geração de mulheres que acreditava que a atuação profissional feminina, derivada de um processo educativo, bastava para a conquista de sua emancipação.

#### 4.1.4 A Poetisa da Volta ao Lar

As filhas de Eva devem voltar para o lar.<sup>37</sup>

Apesar de muitas mulheres instruídas serem árduas defensoras da bandeira feminista, algumas posicionavam-se contra, fazendo a crítica e exigindo que a mulher continuasse com o seu papel tradicional. Uma dessas declaradamente anti-feminista, era a poetisa Magda Costa que, ainda na década de 40, condenava os hábitos que chamava de modernistas da mulher.

Falando ao Diaríio da Tarde, Magda condenou a mulher casada que trabalhava fora dizendo: (...) tudo isto que anda por ai, com rótulo de modernismo, no que se refere a conduta da mulher, não passa, para mim, de corrupção dos costumes. A mulher moderna era a que entendeu de fazer concorrência ao homem, na luta pela vida. Com isso, a poetisa achava que havia perdido a suave divindade<sup>38</sup> que a tornava um ser precioso perante o homem.

O modernismo da mulher, para Magda, caracterizava-se principalmente pela atuação profissional, que propiciava a abertura de campos novos e imorais: Abandonando o lar pelo escritório, a mulher masculinizou-se tanto mais que ela fuma, bebe e joga,<sup>39</sup> atitudes antes

---

<sup>37</sup>A POETISA Magda Costa condena os hábitos modernistas da mulher. Diário da Tarde, Curitiba, 26-11-1940. p.1.

<sup>38</sup>Ibid.

<sup>39</sup>Ibid.

reservadas aos homens.

Para a poetisa, a mulher veio ao mundo com a missão sagrada de ser mãe, o que não se coadunava com a atuação na esfera pública. A ela cabia, além de executar a predestinação elevada e nobre da maternidade, ser a conselheira ideal do marido, que nunca deixa de ser um filho grande.<sup>40</sup>

Magda Costa convocava suas companheiras de gênero a voltarem ao lar, pois ali é o seu lugar, ali está a verdadeira felicidade, porque o mais são ilusões fagueiras.<sup>41</sup> Como ela, muitas mulheres tinham uma opinião conservadora em relação ao trabalho feminino. A própria Magda também se dedicava a uma atividade, a poesia. Entretanto, provavelmente a executava dentro de casa e no mundo das festas curitibanas, o que a fazia pensar que não era propriamente um trabalho, mas uma atividade diletante.

A fala de Magda, conhecedora dos requintes da escrita, era semelhante a outras. Segundo Alcir Lenharo, numa época em que a trabalhadora conseguia abrir espaços para a sua atuação, vozes reacionárias exigiam a sua volta ao lar. O Estado e a Igreja Católica combatiam o divórcio, a emancipação e o trabalho feminino. Este último era acusado de diminuir o apego familiar e dissolver a família, aumentar a probabilidade de abortos e promover a prostituição. Tudo isso contribuiu para depreciar a mão-de-obra feminina e aumentar a exploração.

A ausência da figura materna no lar, deixando os filhos entregues aos perigos da rua, acabou depondo contra o trabalho feminino e exarcebando as posições anti-feministas, que pretendiam manter o modelo tradicional da mulher, mãe, esposa e dona

---

<sup>40</sup>Ibid.

<sup>41</sup>Ibid.

de casa. A fala de Magda se coloca na perspectiva da defesa da família, da instituição do casamento, da boa criação dos filhos. Entretanto, as feministas a seu modo também estavam defendendo a família, o casamento e a prole.

Se o discurso é, como diz Eleni Varikas, um dos lugares onde se exprime a consciência de gênero e a consciência feminista, nos livros, artigos e conferências escritos por Mariana, Ilnah e Rachel emergiram as temáticas que elas consideravam importantes, suas preocupações e sugestões e sua destinatária, a mulher letrada, que deveria levantar a bandeira da educação e do trabalho, juntamente com a da família. Magda, oferecendo um contraponto a essas falas, exprimia certamente o pensamento de muitas mulheres letradas da época, que também estavam preocupadas com a mulher e com a família.

## 4.2 AS FALAS "QUASE" OCULTAS

### 4.2.1 A Lavadeira Filósofa

Sei trabalhar e, enquanto puder lavar uma peça de roupa, não quero esmolas (...).<sup>42</sup>

Mulheres cultas preocupadas com o feminismo, com a educação pragmática, com o trabalho feminino como verdadeira emancipação, ou com sua volta ao lar. E as outras, de poucas ou nenhuma letra, ocultadas pela faina diária, estariam preocupadas com os destinos do sexo feminino ou com os seus próprios destinos na luta pela sobrevivência? A primeira personagem que pode ajudar a elucidar esta questão é a Preta Luiza, uma lavadeira idosa, que viveu e morreu em Curitiba e que tinha no seu tra-

---

<sup>42</sup>O TUGURIO da Preta Luiza: Moço, deixe o conforto para os poderosos! Quero viver na miséria ... Gazeta do Povo, Curitiba, 23-07-1930. p.8.



balho, não um meio emancipacionista de sua condição de mulher, mas uma maneira de adquirir sua independência enquanto indivíduo.

No final da década de 20, Preta Luiza foi revelada quase por acaso, por uma entrevista do repórter da Gazeta do Povo, quando este averiguava as condições da região próxima à rua XV de Novembro, esquecida pela Prefeitura. Depois de atravessar a rua Amintas de Barros, que mais parecia um campo arado, coberto por um lamaçal, o jornalista com os sapatos enlameados e já cansado de trilhar com dificuldades de equilíbrio uma picada estreita, chegou até o Engenho Guimarães. Indo um pouco adiante, deparou-se com um montão de cacarecos velhos sob o qual habita uma pobre preta desajuizada.<sup>43</sup> O rancho era feito de tábuas podres, pedaços de zinco, latas velhas, chapas de ferro e sacos, tendo um espaço interior livre de uns dois metros quadrados; o restante era ocupado pelos trens da moradora: uma cama de ferro estragada, algumas panelas arreventadas e trapos de roupas espalhados.

A curiosidade do jornalista fez com que desejasse entrar na choça; entretanto, foi impedido pela dona senão à bala, pelo menos com uma chuva de reprehensões, que lhe disse para sair porque este terreno é meu, eu o comprei.<sup>44</sup>

Tentando um diálogo, falou-lhe que estava querendo mandar calçar a rua na frente do terreno, o que irritou a moradora, que respondeu agressiva: Qual calçar, qual nada, eu moro aqui há tanto tempo e nunca ninguém falou nisso, e mesmo é bom os senhores irem se arretirando (...).<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> QUER ser independente e ter liberdade. Gazeta do Povo, Curitiba, 26-04-1928. p.1.

<sup>44</sup> *ibid.*

<sup>45</sup> *Ibid.*

Como não conseguia conversar com a preta, já que ela lhe dava as costas e saia resmungando, o jornalista apelou para a vizinhança, para desvendar sua personalidade arredia. Informaram-lhe que se chamava Luiza e morava sozinha desde a morte de seu filho. Ultimamente, com o juízo já abalado, insistia em permanecer na miséria, tendo inclusive recusado auxílio da Sociedade de Socorro aos Necessitados porque desejava viver independente. Não aceitava esmolas e vivia da lavagem de roupas. Uma vizinha informou que quando chovia, a preta era obrigada a colocar todos os seus cacarecos na rua para secar e que no inverno passava dificuldades, mas alertava que se encontrava nessa situação não por falta de caridade, mas apenas por capricho: (....) quer viver ali, em meio as suas coisas e prompto<sup>46</sup> concluiu.

Mais bem informado, retornou para falar com a Preta Luiza, que se aproximava com um balde d'água. Perguntou-lhe de imediato sobre o que lhe havia causado maior espanto: o fato dela não querer ir para a Sociedade de Socorro. Zangadíssima, ela respondeu: (....) eu quero viver livre; sou filha de brancos, como os senhores, e a escravidão já se acabou. Pediu-lhe, então, uma fotografia e obteve como resposta que photographia tira-se de ladrão.<sup>47</sup> Entretanto, a foto já havia sido tirada, sem que ela percebesse.

Concluindo a sua matéria, não entendia como essa infeliz, apologista da "liberdade" e da "independencia" sacrificava-se numa vida de miséria; entretanto, conformava-se dizendo que ela sente-se bem assim, a trabalhar, cuidando de sua "casa".<sup>48</sup> O jornalista, ao entrevistar Preta Luiza, concebia o pobre como aquele que deveria aceitar a

---

<sup>46</sup>Ibid. p.3.

<sup>47</sup>Ibid. p.3.

<sup>48</sup>Ibid. p.3.

misericórdia do rico e, como sua entrevistada não se encaixava nessa concepção, acreditava que estava louca ou era uma infeliz.

Dois anos depois dessa entrevista, Preta Luiza foi novamente incomodada pela ânsia de boas reportagens da Gazeta do Povo. Agora, já conhecedor da personalidade esquisita que seria entrevistada, o jornalista buscava os pormenores da vida de tão interessante creatura, pouco conhecidos apesar dela ser comumente vista a vagar pelas ruas. O motivo da matéria era a informação de que a Preta Luiza tinha se mudado do terreno onde residia próximo à rua XV, que foi beneficiado e murado, para um terreno nas proximidades do Passeio Público, a poucos metros da Praça Santos Andrade.

No novo terreno, sua morada ainda era um amontoado de tábuas e a Preta Luiza continuava esquiva à conversa. Depois de muita insistência respondeu que tinha 80 anos e vivia unicamente do producto da lavagem de roupas. Indagada se aceitava auxílios, retrucou: Não senhor. Sei trabalhar e, enquanto puder lavar uma peça de roupa, não quero esmolas (....). Assustado com tanta recusa, o entrevistador perguntou-lhe então se não aceitaria um abrigo melhor em substituição ao seu tugúrio e a resposta que obteve certamente o deixou desconcertado: Não invejo a sorte de ninguém e unicamente quero viver socegada. Deixe a riqueza para os poderosos, moço! Quero viver na miséria (....).<sup>49</sup>

Preta Luiza não gostava de conversa, falou pouco e com desinteresse. Quase sempre escapava, ocultando outros aspectos da sua pessoa, mas certamente o que mais fala por ela são as suas vivências de lavadeira, quase ocultadas por falta de registro. Sua fala fragmentada e arredia, mediada por um pe-

---

<sup>49</sup>O TUGURIO da Preta Luiza ... Gazeta do Povo, Curitiba, 23-07-1930. p.8.

riódico, causa espanto devido a sua personalidade singular.

O trabalho fazia parte de sua vida e ela, como as feministas, também executava-o por convicção. Entretanto, esta não dizia respeito à emancipação de seu sexo, mas à defesa de um modo livre de vida. O trabalho lhe garantia a liberdade; já se aceitasse ir para a Sociedade de Socorro aos Necessitados receberia caridade em troca de escravidão. O direito de ir e vir e de não dar satisfações a ninguém lhe era garantido através de sua humilde profissão. Preta Luiza, mesmo pouco letrada, era esperta o suficiente para perceber que tudo tinha um preço na vida e que seu ofício poderia lhe assegurar um bem maior: a liberdade. Os poderosos que ficassem com suas riquezas e instituições de caridade. Ambas não interessavam à lavadeira.

Preta Luiza, com seu comportamento, desafiava as autoridades, não aceitando a caridade oferecida. Uma atitude considerada absurda diante dos olhos dos mais afortunados, fazendo-os pensar que não estava no juízo perfeito. Só uma louca poderia recusar ajuda, pensavam eles. Entretanto, a lavadeira era capaz de ver mais longe: não exergava apenas os benefícios que poderia receber na instituição filantrópica; mas também as regras e normas de conduta que lhe seriam impostas. Louca estaria se aceitasse abrir mão de sua liberdade!

Possuidora de idéias tão próprias e que incomodavam tanta gente que pretendia entendê-las usando a sua própria lógica e não a lógica da perspicaz lavadeira, Preta Luiza voltou à primeira página dos jornais, em 1934, para um comentário derradeiro. O menino Diogo Vergara, de 11 anos, escreveu ao Concurso Curitybano Reporter do Diário da Tarde um artigo intitulado: O Palácio de

Christal está de luto! Por que Nhá Luiza morreu.<sup>50</sup>

Segundo Diogo, a sexagenária que vivia em certo "arranha-chão" de latas velhas, sem querer outra vida (....) havia falecido há dias. Era uma anciã de pobres recursos materiais, mas rica de espírito. O menino alertava que Nhá Luiza, (....) a philosopha moradora do "Palacio de Christal", não era mendiga. No seu pobre casebre, mas muito seu.<sup>51</sup> vivia feliz, agradecendo a Deus.

Como Nhá Luiza era lavadeira e não aceitava esmolas, gente da alta roda utilizava-se de um truc para ajudá-la: davam-lhe roupas quase limpas para lavar e em troca desse serviço consentia em receber dinheiro. Outras eram suas protetoras, como Diva Belloto e Alzira Machado, que a ajudavam a arrumar o Palácio de Cristal.

Filosofando sobre seu trabalho, seu dia-a-dia e sua liberdade, Preta Luiza construía sua própria cidadania, não se importando com a opinião alheia. Sua humilde casa era, para os jornalistas, um tugúrio, mas para sua moradora, era certamente, um palácio de cristal, onde reinava a liberdade. Nele, ela viveu parte dos seus 84 anos repletos de idéias sobre o seu próprio modo de vida.

Segundo o menino, uma testemunha que presenciou os últimos momentos da velhinha, ouviu algo parecido com que ela dizia aos jornalistas que a incomodavam com perguntas: o que vocês querem? Fazer casa no meu terreno? Comprei, como eu comprei (....). Querem construir e não têm terreno (....).<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup>VERGARA, Diogo. O Palácio de Christal está de luto! Por que Nhá Luiza morreu. Diário da Tarde, Curitiba, 15-05-1934. p.1.

<sup>51</sup>Ibid.

<sup>52</sup>Ibid.

Apesar de apegada ao seu terreno, a lavadeira foi levada pelas autoridades sanitárias para a Santa Casa de Misericórdia, onde morreu meia hora depois. Seu parente, o operário Sebastião do Nascimento deu-lhe uma sepultura digna. E, foi assim que se desfez o "Palacio de Christal" (....). Foi assim que terminou a história de "nha Luiza" (....).<sup>53</sup>

#### 4.2.2 A Mendiga que Queria ser Doméstica

-Se houver alguma família que deseje uma criada estou à disposição. Não faço questão de ordenado e de trabalho (....).<sup>54</sup>

Curitiba da década de 1930 era pródiga em tipos populares femininos que viviam pelas ruas e assaltavam as páginas dos jornais causando hilariedade e horror nos mais afortunados. Como Preta Luiza, elas desafiavam as normas sociais não se rendendo à caridade alheia, mas diferentemente dela, queriam alguma ou muita distância do trabalho.

Maria Francisca Bernardes, popularmente conhecida como Maria Pelanca é uma personagem que mostra as preocupações e pensamentos de uma mulher que vivia na rua. Pelanca era o grito repetido entre a garotada quando Maria passava e revidando respondia: -é a avó, ouviu "seus" sem educação.<sup>55</sup>

Ao contrário de Preta Luiza que tinha horror às entrevistas, Maria Pelanca ia ela mesma ao jornal fazer reclamações sobre as chacotas da garotada das quais era vítima. No inverno de 1931, surpreendeu os jornalistas da Gazeta do Povo com sua visita de protesto e foi logo dizendo:

---

<sup>53</sup>Ibid.

<sup>54</sup>MARIA Pelanca também teve um romance de amor ... Gazeta do Povo, Curitiba, 12-06-1931. p.8.

<sup>55</sup>OS NOSSOS typos de rua. Maria Balão, Maria Pelanca e o negro Batebate são os remanescentes. Gazeta do Povo, Curitiba, 13-06-1930. p.1.

-Imaginem os senhores que uma pessoa decente, uma senhora de respeito, não pode mais transitar pelas ruas da Capital. Os moleques e os moços não se cansam de me dirigirem insultos.<sup>56</sup>

Depois de acomodada, continuou o SEU longo rosário de lamúrias:

-Não sei porque me chamam de Maria Pelanca. Nunca pertenci á família que tenha tal nome e, tão pouco como os senhores podem ver, não sou desprovida de carnes. Não posso tolerar tal alcunha. Meu nome é Maria Francisca Bernardes.<sup>57</sup>

Em certo momento da conversa, Maria Francisca, como queria ser chamada, começou a contar a história de seu primeiro e único amor:

-Ele era um moço simpatico e parecia gostar de mim. Eu tinha apenas 16 anos e iludibriada pela sua labia accedi em acompanhá-lo a um passeio. Quando voltei a casa onde residia senti toda a enormidade de meu infortúnio. Depois (...) nunca mais o vi.<sup>58</sup>

Após a desilusão amorosa, nunca mais pôde se recuperar, sofrendo maus tratos continuamente. Consciente disso, ela afirmava: Estou com 26 anos apenas e já pareço uma velha de 50.<sup>59</sup> Por intermédio dos jornalistas pedia à polícia para que impedisse os vagabundos de a provocarem. Tinha consciência de que o periódico era um veículo pelo qual poderia se expressar, defendendo seu modo de vida.

Antes de sair da redação, manifestou o desejo de trabalhar para custear a sua subsistência. O emprego que procurava objetivava dar-lhe cama e comida: Se houver alguma família que deseje uma criada estou à disposição. Não faço questão de ordenado e de trabalho.<sup>60</sup>

Maria Francisca foi descrita no livro "Cada um cai do bonde como pode" como uma mendiga muito popular da cidade e terrivelmente feia, que celebrizou-se pelos engrassadíssimos strip-teases

---

<sup>56</sup>MARIA Pelanca também teve um romance de amor ... Gazeta do Povo, Curitiba, 12-06-1931. p.8.

<sup>57</sup>ibid.

<sup>58</sup>Ibid.

<sup>59</sup>Ibid.

<sup>60</sup>Ibid.

realizados, muitas vezes, em plena rua XV, defronte os cafés. Ao ser provocada pela garotada, a desinibida mendiga não hesitava em tirar a roupa; deixando à mostra, sem maiores constrangimentos, todas as dobras e ranhuras que valheram-lhe a chistosa alcunha.<sup>61</sup> Também iniciava sexualmente os meninos, nos canteiros de obras das construções.

Em 1939, a mendiga já havia morrido e recebeu de Dicesar Plaisant uma homenagem na Gazeta do Povo. Segundo ele, com a celebridade de Maria Pelanca os tipos populares dos últimos tempos não podiam competir e, por isso, ela deixou interessantes e sugestivas lembranças, que o tempo não apagará, já que foi um tipo singular.

A procura de um emprego de doméstica para uma mulher que estava acostumada a viver na rua, como Maria Pelanca, era uma tarefa difícil. Primeiro, porque dificilmente ela se acostumaria com a vida doméstica e com o trabalho cansativo; em segundo lugar, porque as famílias provavelmente se recusariam a receber como empregada uma ex-pedinte que tinha a fama de prostituta.

Maria Pelanca, através do pedido de emprego, manifestou o desejo de mudar de vida, de tornar-se uma trabalhadora enquadrada socialmente. Entretanto, o estigma que a acompanhava, certamente não permitiu que ela recebesse um certo reconhecimento social através do trabalho. Não conseguindo o seu emprego de doméstica, talvez até não tivesse muito interesse nele, continuou a ser uma figura das ruas, lugar onde estava acostumada a lidar com a discriminação social.

---

<sup>61</sup>MACEDO, R. V. G. de. Cada um cai do bonde como pode. Tipos populares de Curitiba. Curitiba : Edições Paiol, 1975. p.34.



### 4.2.3 A Mendiga Ébria

-Vê essa cachaça que aí está?

(....)

(....) esta é que é a minha política (....).<sup>62</sup>

Numa tarde de verão de 1927, Maria Balão, uma figura pitoresca das ruas, resolveu em pleno Batel lagartear em trajes de Eva. Como na rua XV o guarda cívico impediria tal ato, rumou para o final da Comendador Araújo e estirou-se no chão, nua de umbigo para baixo, o que conseguiu pondo o vestido à cabeça. Foi um escândalo que fez muita gente corar até a raiz dos cabelos (....).<sup>63</sup> Quando se cansou da brincadeira, foi embora ...

Maria Balão, a negra pernóstica, já de si desequilibrada e que o álcool açanha, no seus tregeitos e palavrórios, muitos dos quais obscenos, era um dos tipos de rua mais conhecidos na década de 30, juntamente com Maria Pelanca. Muito espirituosa, mesmo sã, ela era capaz de dizer o que pensava diante das pessoas. Certa vez, passava pela rua XV um casal. Ele alto e magro, ela baixa e gorda. Ao vê-los exclamou": -Credo! Elle é um linguicinha, tão magrinho e ella gorda como um zepellin (....),<sup>64</sup> encabulando o casal.

Descrita por João Marcassa como agressiva, violenta e asquerosa, a mendiga era capaz de criar muitas situações. Costumava dirigir-se aos homens acompanhados de esposas ou namoradas, tratando-os como se fossem seus amantes. Quando alguém lhe dirigia olhares, levantava o vestido, causando espanto, já que não usava calcinha e ainda utilizava-se do repuxo da Praça

---

<sup>62</sup>POTIN, Mario D. Maria Augusta, a popular "Nega Balão" concede uma entrevista ao reporter. Gazeta do Povo, Curitiba, 06-07-1932. p.6.

<sup>63</sup>MARIA Balão "lagarteando" em trajes de Eva. Diário da Tarde, Curitiba, 21-11-1927. p.2.

<sup>64</sup>OS NOSSOS typos da rua. Maria Balão, Maria Pelanca e o negro Batebate são os remanescentes. Gazeta do Povo, Curitiba, 13-06-1930. p.1.

Osório para banhos nus, escandalizando o povo.

Maria vivia em terrenos baldios, com várias trouxas na cabeça. Recebeu o apelido jocoso devido ser bem dotada de ancas e quadris que se armavam como um balão. Ela vivia eternamente à toa<sup>65</sup> pela cidade, pois queria distância do trabalho regular. Sua ocupação predileta estava nos bares onde se embriagava, tendo muitas passagens na polícia por embriaguês e desordem.

Em 1931, o Juiz da 3ª Vara Criminal da Capital, resolveu privá-la de sua liberdade, devido a sua embriaguês habitual. O Diário da Tarde anunciava que Maria Augusta de Macedo, a popularíssima Maria Balão, a preta turbulenta eterna devota de Baccho vae desaparecer da "circulação" por espaço de um anno. Há cerca de dois meses, ela já não era mais vista nas ruas, provocando os seus costumeiros escândalos ou abordando as pessoas para filar um cigarro ou dar uma facadinha de duzentão para a pinga, pois ela estava recolhida na Casa de Detenção, de onde seria transferida para a Penitenciária do Ahú, onde passará um anno sem ver a cara da rua XV ou da Avenida que ella tanto gostava.<sup>66</sup>

Entretanto, mesmo presa, ela não deixou de ser notícia. No início de 1932, ficou doente no presídio e recebeu um atestado do Dr. Alô Guimarães, legista da polícia, para ser transferida para a Santa Casa de Misericórdia. Espaço nos jornais sempre havia para os acontecimentos que envolviam a mendiga, que era vista algumas vezes com espanto e recriminação e outras, até com simpatia.

Os jornais noticiaram também, nas páginas policiais,

---

<sup>65</sup>MACEDO, R. V. G. de. Cada um cai do bonde como pode ... p.43.

<sup>66</sup>DURANTE um ano ninguém verá "Maria Balão". Diário da Tarde, Curitiba, 03-07-1931 p.5.

quando Maria Balão foi posta em liberdade depois de ter cumprido a pena de 1 ano.

Logo após ter saído da prisão, foi encontrada num bar pedindo dinheiro para beber, pelo repórter da Gazeta do Povo, Mario Potin, que resolveu entrevistá-la. Segundo Mario, Nega Balão nasceu para ser homem e não para representar o sexo fragil. Bebe, fica valente e arranja cada frêge, que nem convém lembrar.<sup>67</sup>

Antes de ser presa por um ano, a mendiga esteve detida por seis meses por embriaguês e desordem. Ao sair da cadeia jurou não mais beber, mas começou a embriagar-se num bar nas imediações do presídio. Agora, depois de um ano de prisão, repetiu a façanha, esquecendo-se dos seus juramentos.

Para conceder a entrevista, Maria Balão foi logo propondo: *Prá começá, um copo de "cana". O copo veio cheio e ela o tomou de um gole e disse: Agora sim nhonhô. Um cigarro e as ordens (....). Vamos, você é o jorná e eu sou a entrevistada, fale, diga o que que (....).*<sup>68</sup>

A primeira pergunta não agradou a mendiga. Diante do questionamento sobre o que pensava da vida e do mundo, respondeu: *Ora que pergunta ingenua a sua (....).* A entrevistada não estava disposta a filosofar sobre questões tão abstratas e distantes do seu mundo, do qual ela própria era o centro. O jornalista, então, entrou em outro assunto. Perguntou-lhe sobre o seu verdadeiro nome e ela respondeu:

-Maria Augusta.

-Maria Augusta do que?

-Ah! Isso eu não digo. Não posso dizer (....)

-Mas porque? Você deve ter um sobrenome.

-Ah! Nhonho, eu tenho, tenho muitos deles (....)

-Mas como? Como se compreende isso?

---

<sup>67</sup>POTIN, Mario D. Maria Augusta, a popular "Nega Balão" concede uma entrevista ao reporter. Gazeta do Povo, Curitiba, 06-07-1932. p.6.

<sup>68</sup>Ibid.

-Ora, muito simples: é que eu, como qualquer mulher, mulher americana do norte, posso ter inumeros sobrenomes (....)  
 -Mas, Maria, em nossa terra não há lei do divórcio (....)  
 -Ué isso é o de menos (....). Então não eu posso ter hoje um marido e amanhã outro?  
 -Pode sim, como não (....)  
 -Pois é, tem-se as "carradas", só por esporte (....).<sup>69</sup>

Através dessa simples pergunta ela revelou que era uma pessoa que, apesar de ébria habitual, andava bem informada sobre o que se passava no mundo. O comportamento das mulheres americanas, que se utilizavam da lei do divórcio, fazia Maria Balão se igualar a elas, já que ambas trocavam de parceiros; as primeiras com o consenso da lei e ela com seu próprio consenso.

Depois de tão surpreendente resposta, o jornalista começou a especular a vida dessa mulher moderna e então ela começou a falar:

Si você soubesse "nhonhô" porque nega se deixou vencer pelo alcool você me daria razão (....). Foi por questão de amores (....). O primeiro amor, nasceu, já vai para muitos anos. Gostei de um mulatinho, um mulato da "pontinha". Ele a principio gostava muito e muito de mim, até que um dia num baile eu fracassei: Namorei um outro pra fazer acinte pra ele (....). Errei o pulo (....). O nego zangou-se e nunca mais me olhou!

Foi dai que eu vencida pelo ciume e pelo desespero tomei o primeiro gole de pinga. E cada vez que me lembrava do "peste" bebia (....). Resultado: fiquei completamente viciada como você me vê.<sup>70</sup>

Mesmo meio alta, pois já estava a meia rédea, tinha consciência de que era viciada na bebida alcoólica. Para ela não era difícil reconhecer o vício, já que não se importava com as convenções sociais.

Interessado sobre a sua última experiência na cadeia, da qual ela havia saído há dias, o jornalista perguntou-lhe sobre o assunto e Maria respondeu: Nem é bom falar, nhonhô, nem é bom falar, nas grades de uma prisão, onde se anseia pela liberdade que nos faz elouquecer.<sup>71</sup>

---

<sup>69</sup>Ibid.

<sup>70</sup>Ibid.

<sup>71</sup>Ibid.

Acrescentou que lá o frio invade até a própria alma e o desespero pelo qual se passa traz revolta. A prisão deveria ser algo escabroso para ela, já que a privava das duas coisas que mais fazia na vida: andarilhar pela cidade e beber. Se para Preta Luiza era o trabalho que lhe garantia a liberdade, para Maria Balão era a bebida e a atuação pelas ruas que a fazia sentir-se livre.

Numa última pergunta, o jornalista questionou-lhe sobre política. A espirituosa mendiga, tomando o copo de cachaça em sua mão e olhando através do líquido respondeu: *vê essa cachaça que ai está? (...) esta é que é a minha política (...).*<sup>72</sup> Sua política não era de partidos, nem de idéias que envolvessem a humanidade, mas dizia respeito a ela própria, a sua história de vida, àquilo que lhe enchia a alma de ilusões.

Diferentemente de Preta Luiza que era fanática pelo trabalho e de Maria Pelanca que até se dispunha a trabalhar, Maria Balão não tinha preocupações com esse assunto. Já embriagar-se e conhecer palmo a palmo a cidade em suas andanças, repletas de episódios pitorescos, representavam as suas vivências. Sobre estas é que ela tinha muito o que falar. E falou. Falou do seu primeiro amor, dos muitos maridos que teve, do seu vício na bebida alcoólica, dos dias horríveis e intermináveis que passou na cadeia e de sua política ... Ela tinha seu próprio conceito de cidadania e encontrou a sua forma de viver. Fez uma opção de vida no submundo do trabalho, sem se importar com a opinião alheia, já que ela construía as suas próprias regras de conduta.

Demonstrou ser uma ouvinte atenta e exigente ao respon-

---

<sup>72</sup>Ibid.

der a algumas perguntas do jornalista e evitar outras. Ambientada na oralidade, com os tropeços de sua fala, contou um pouco de suas vivências pelas ruas.

A rua e os botequins permitiram que Maria Francisca e Maria Augusta recebessem apelidos, como as prostitutas e mendigas encontradas por Maria Odila Dias na São Paulo do século passado, onde sobressaíam Ritinha Sorocabana, Maria Salta Riacho, Zefa Balanço entre outras. Com os cognomes de Maria Pelanca e Maria Balão, estas mulheres fizeram fama em Curitiba, saindo da cena oculta para as páginas dos jornais que as revelaram.

#### 4.3 UMA MULHER FALANDO DE OUTRA MULHER

é formada em direito, medicina, farmácia e odontologia.<sup>73</sup>

Professoras, médicas, enfermeiras, parteiras, advogadas, empregadas domésticas, vendedoras ambulantes, leiteiras, garçonetes, donas de pensões, costureiras e cartomantes. Haveria mais alguma mulher da qual se falava na época? Sim, uma última personagem insinuava-se na fala das mulheres e homens que discutiam trabalho, educação, comportamento e vivências femininas. A poetisa paranaense Mary de Camargo conta num poema quem é essa mulher, bem falada, companheira de época das demais profissionais:

Linda cidade! Sonha á aragem fina  
E de uma noiva tem o enlevo e a graça,  
Nas manhãs de beleza peregrina  
Em que a alvíssima névoa se adelgaça.

Lembra no leito glauco da campina.  
Menina e moça de altaneira raça,  
Que desvaira, que prende e que fascina,  
Quando por ela a primavera passa (....)

---

<sup>73</sup>VALERY, Ivone. Cidade - Sorriso. Gazeta do Povo, Curitiba, 19-01-1941. p.7.

Edem gentil da Inspiração fremente,  
 é o berço azul das líras imortais.  
 Que encham de encanto o coração da gente

Assim, replende, em cultos festivos,  
 Sob o véu da neblina opalescente,  
 A rainha dos verdes pinheirais.<sup>74</sup>

Essa rainha era descrita como uma menina teimosa, uma moça donairosa, cheia de viço, uma adolescente virginal, uma linda noiva e uma mulher.<sup>75</sup> E essa mulher era Curitiba. Menina dos olhos de seus moradores, era descrita na época como Cidade Guria, Cidade Sorriso, Cidade Meiga, Cidade Cristal, Menina Bonita, Papoula Vermelha.

Plácido e Silva acreditava na meninice eterna da cidade, apesar dos seus mais de dois séculos de existência e no seu lindo sorriso de mulher bonita. Léo Junior a via como a princesa excelsa entre as princesas e sentia-se seu noivo. Haroldo Ascoli, ao chegar a Curitiba, tornou-se seu enamorado. Hermes Fontes, retornando, encontra-a bem amanhecida recebendo os bons dias de carinhas brejeiras e respeitosas, junto com o leite, o pão e os legumes. Ilnah Secundino identificava as vozes citadinas: os galos cantando no terreiro, as carroças das leiteiras rangendo, a fala musicada das italianinhas ambulantes, a insistência dos vendedores de sorte, o pedido de caridade dos menos afortunados.<sup>76</sup>

Curitiba, como uma sala de visita de mulher cuidadosa, era objeto

<sup>74</sup>STOCKLER, Heitor. Nossa fascinante Curitiba, na exaltação dos poetas. Gazeta do Povo, Curitiba, 27-03-1943. p.5.

<sup>75</sup>SILVA, De Plácido e. A cidade e o homem. Gazeta do Povo, Curitiba, 29-03-1939. p.1; O ANIVERSÁRIO de Curitiba. Gazeta do Povo, Curitiba, 29-03-1942. p.3; MURICY, Andrade. Volta a cidade adolescente. Ilustração Paranaense, Curitiba, fevereiro de 1928. v.2, n.2, não paginado; JUNIOR, Léo. Curitiba. Boletim da Prefeitura Municipal de Curitiba, março e abril de 1943. v.2, n.8. p.39.

<sup>76</sup>JUNIOR, Léo. Curitiba ... p.39; FONTES, Hermes. A cidade-sorriso. Gazeta do Povo, Curitiba, 10-02-1926. p.1; SECUNDINO, Ilnah. Vozes da cidade. Curitiba : Livraria Mundial, 1937. não paginado.

de olhares atentos, deslumbre e elogios. Os seus moradores tinham a sensação de estarem diante de uma cidade do sexo feminino, devido as suas graciosidades. O curitibano gosta do verde-azul, da cidade guria que é guria de todos nós,<sup>77</sup> onde emergiam outras gurias: as mocinhas indo aos ateliers de costura, as cozinheiras que passavam com suas cestas repletas de verduras, ovos e frutas, as normalistas namoriscando, o som do piano das jovens, que invadia as ruas.

Mas, quem melhor para falar dessa mulher do que outra mulher? Ivone Valery, em janeiro de 1941, provavelmente a passeio, visitou Curitiba pela primeira vez e teve a oportunidade de senti-la e vê-la com olhos estranhos.

Encontrou uma cidade bonita e faceira que tinha recebido do instinto galante dos homens os louvores mais lisonjeiros à sua vaidade. A essa figura de mulher singularmente insenuante apenas um elogio, na opinião da expectadora, lhe ficava bem, o de Cidade Sorriso, já que sorrir era um dos atributos da feminilidade. Ivone teve a impressão de estar diante de alguém que possuía um passado e que nele se afirmava em busca de seu destino. Mas, sua glória estava no futuro, quando ela trocará os vestidos; entretanto, continuará sendo ela mesma: Assim jovem, fina, espiritual, romantica, inteligente, graciosa, elegante, culta e distinta.<sup>78</sup>

Para essa visitante, as cidades, como as pessoas, tinham uma fisionomia, um encanto, uma cultura, um grau de educação, um modo de vestir, uma mania, uma alma e um sexo. E Curitiba como seria então?

---

<sup>77</sup>ENQUANTO a cidade dorme. Gazeta do Povo, Curitiba, 2-05-1939. p.8; A METROPOLE em Kodak. Diario da Tarde, Curitiba, 24-04-1934. p.3.

<sup>78</sup>VALERY, Ivone. Cidade-sorriso. Gazeta do Povo, Curitiba, 19-01-1941. p.7.



Curitiba tem fisionomia alegre e atraente, animada por um tique gracioso de faceirice e orgulho. Sorri. Faz "footing". É afavel e discreta. Fala francês. Declama versos. Estuda canto. É formada em direito, medicina, farmácia e odontologia. Lê e estuda os bons livros de literatura e da ciência moderna (....). Dá recepção. Usa cartão de visitas. Vai aos domingos à missa, por devoção. Não gosta de comícios, prefere sessões solenes (....). Organiza vesperais e saraus dançantes. Quanto ao modo de vestir, orienta o seu gosto pelas tendências da cidade que todo o mundo sabe o nome de cor Hollyvod. É mulher, de sexo. E possui a sua mania, aliás, requintadamente "snob", viajar (....).<sup>79</sup>

A cidade mulher de Ivone Valery equivale à curitibana das salões descrita por Etelvina Trindade que, informada e culta, sabia conduzir-se nos fenômenos sociais, instrumentalizada pela escola, que a preparou para a vida social através do aprendizado de línguas estrangeiras, literatura, arte dramática, canto, declamação, música, dança etc.

Ivone, descrevendo a cidade como sendo do sexo feminino, a equiparou às mulheres ricas e cultas que nela viviam. Entretanto, Curitiba recebia no seu regaço mulheres de todos os tipos: desde a professora feminista até a lavadeira, árdua trabalhadora; desde a advogada propugnadora dos direitos da mulher até a mendiga defensora de seu próprio modo de vida. Entre estas, outras do gênero apareciam: garçonetes servindo as mesas, donas de pensões fazendo negócios, costureiras cosendo nos ateliers, manicures fazendo as unhas dos fregueses, secretárias datilografando, telefonistas unindo pessoas, cartomantes descobrindo o futuro, benzedeadas aliviando males, empregadas domésticas brigando com suas patroas, leiteiras ganhando o pão pela cidade, médicas tratando de doenças de mulheres, parteiras propiciando a vida ou a morte, enfermeiras aliviando as dores, e muitas outras.

Curitiba era mais uma mulher entre tantas. Ela se juntava à diversidade do gênero e ao mesmo tempo era o espaço que

---

<sup>79</sup>Ibid.

abrigava todas as suas companheiras que tinham vivências variadas de trabalhadoras urbanas. Sabedora de tantas artes e ofícios requintados, identificava-se com suas advogadas, médicas, professoras e jornalistas; entretanto, recebia nas ruas um toque animado e festivo das suas empregadas domésticas, vendedoras ambulantes, floristas, leiteiras e mendigas. Ela e suas companheiras eram mulheres no plural que tinham as suas vivências num espaço feminino.

#### 4.4 REUNINDO AS FALAS

Professoras, advogadas, jornalistas e poetisas, com as suas letras, falavam diretamente ao público feminino, através de livros e artigos. Entretanto, só a curiosidade pelo pitoresco trazia a fala das mulheres analfabetas ou semi-analfabetas às páginas dos jornais. Lavadeiras e mendigas só ousavam falar quando interrogadas pelas insistentes entrevistas dos jornalistas, que precisavam voltar à redação com uma matéria que pudesse atrair a atenção dos leitores. A recuperação de figuras típicas pelos periódicos fez parte de uma intenção de resgatar a Curitiba provinciana de outrora, onde as personagens eram conhecidas por todas as pessoas.

A professora Mariana deixou a sua fala registrada nos vários livros e artigos que escreveu. O mesmo aconteceu com a advogada Ilnah, a jornalista Rachel e a poetisa Magda. Já Preta Luiza teve de deixar sua fala aos cuidados de um jornalista que, na ânsia de uma ótima matéria, poderia ter revelado determinados aspectos e ocultado outros. Maria Pelanca e Maria Balão também tiveram de se contentar em responder às perguntas dos seus entrevistadores, já que não escreviam.

Entretanto, o registro de suas falas não deve ter as preocupado, já que o seu universo era o da palavra falada. Das suas falas, intermináveis e reveladoras de seu dia-a-dia, pouco restou. Apenas alguns preciosos resquícios, mediados pela imprensa, colocam a oportunidade de elas serem ouvidas. Ouve-se em parte essas mulheres, mas também a voz do jornalista que propõe as perguntas, dirige a entrevista, escreve o texto, acentua questões e passa por cima de outras. Enfim, faz o seu relato da fala da mulher que entrevistou.

O modo de comunicação das pobres e analfabetas era a oralidade. A linguagem de jornal transcreveu a sua palavra falada de modo indireto, permeada, como diz Maria Odila Dias, por estereótipos e convenções. Entretanto, as falas que ficaram registradas na imprensa, mesmo que em parte desvirtuadas, foram preservadas. Já, os bate-papos intermináveis, as conversas no meio da rua, os segredos contados a quatro paredes se perderam para sempre.

De todas as entrevistadas, Maria Balão parece que foi a que teve a sua fala mantida mais próxima da maneira como foi pronunciada. O jornalista Mario Potin, ao redigir a entrevista, manteve os diálogos e as características da fala da mendiga. Já, as falas de Preta Luiza e Maria Pelanca apresentaram-se mais de acordo com as regras gramaticais e de estilo da época, sugerindo uma reelaboração, mesmo que parcial, para garantir um padrão de linguagem a que o jornal estava acostumado.

Se as mulheres cultas transformaram a sua palavra falada em palavra escrita, as pouco conhecedoras das letras, não se manifestaram de forma direta, ou seja, não escreveram textos, artigos, etc. Surgiram através da imprensa que relatou as suas

falas de maneira fragmentada, parcial, mais de acordo com a sua própria lógica do que com a de suas entrevistadas. Se Preta Luiza não pôde falar mais sobre as suas vivências, e se Maria Balão não pôde com maior intensidade fazer a defesa de seu modo de vida, resta a certeza de que o que ficou estampado nos periódicos é um testemunho de quem chegou perto e as ouviu falar. Se não fosse o relato dos jornalistas, estas falas se ocultariam totalmente.

Em meio às falas explícitas e quase ocultas apareciam temas que permeavam o pensamento feminino. Discutir de forma abstrata sobre o trabalho da mulher empolgava Mariana, Ilnah e Rachel. Magda Costa também discutia o tema, para negá-lo, entretanto. Já Preta Luiza, Maria Pelanca e Maria Balão preferiam vivenciar o seu dia-a-dia, onde o trabalho podia ser quase tudo para a primeira, ou quase nada para a última. Como estas três mulheres não tinham pretensões de convencer ninguém de nada, pouco precisavam da palavra escrita. A palavra falada garantia o que lhes era mais importante; a defesa de seu modo de vida.

A instrução e a cultura podiam unir professoras, advogadas e jornalistas numa causa comum, da mesma forma que a sobrevivência, encarada cada uma a sua maneira, unia lavadeiras, domésticas e mendigas.

Mariana, Ilnah e Rachel vivenciavam o trabalho feminino e o pensavam enquanto uma categoria emancipatória do seu sexo. Magda via nele desregramento e corrupção dos costumes. O que diria Maria Balão, tão avessa ao trabalho, se ouvisse Mariana fazer a sua apologia? Será que Preta Luiza, a obstinada defensora de um modo de vida onde ele era essencial, concordaria

com Ilnah quanto à sua importância para a mulher? E Maria Pelanca, a pretensa doméstica, faria os mesmos elogios que Rachel fez ao labor ou concordaria com Magda? E, numa situação contrária: será que a forma perseverante com a qual Preta Luiza encarava o trabalho, passando inclusive privações, receberia a aprovação da professora Mariana? Ilnah concordaria com os motivos de Maria Balão para a adoção do divórcio? Como Rachel encararia o desejo de Maria Pelanca de trabalhar como doméstica e as posições de Magda Costa? As respostas a essas perguntas jamais se saberá. Mas, certamente, haveria muito confronto de idéias, e dificilmente se conseguiria um consenso entre mulheres tão diversas.

Muito distantes do universo culto, as mulheres pobres vivenciavam o trabalho, ou o não-trabalho e o pensavam apenas reportando-se a si mesmas, sem jamais extrapolar para todo o gênero. Elas cuidavam de suas próprias vidas, deixando para as mais intelectualizadas a tarefa de pensar sobre a sua condição de sexo. A professora, a advogada e a jornalista pensaram e viveram o trabalho enquanto meio emancipatório. A poetisa pensou enquanto desregramento feminino. A lavadeira viveu intensamente uma prática diária onde ele era o foco central. Maria Pelanca esteve no limite entre a vagabundagem e o labor e, por último, Maria Balão ligou-se diretamente ao não-trabalho, pois para ela este não era sinônimo de liberdade e nem de emancipação. São várias formas de encarar o trabalho onde, para umas, ele, pensado ou vivido, era essencial; para outras, era acessório e para outras ainda, não era nada.

Viver o trabalho ou a vadiagem eram tarefas que as mulheres da época se propunham a realizar, mas cada uma a sua

maneira. Se elas não eram iguais, como poderiam ter uma fala unânime? Certamente até a fala de uma outra mulher, que não a de Ivone Valery, sobre a mulher Curitiba, seria diversa. As simples presenças de Maria Balão, Maria Pelanca e Preta Luiza nas ruas insinuavam um outro estilo dessa mulher que abrigava todas as outras.

Ouvir a fala da professora que defendia a educação feminina, da advogada que reclamava o direito ao trabalho e ao divórcio, da jornalista que bendizia o labor, da poetisa que queria a volta da mulher ao lar, da lavadeira que filosofava sobre a sua dura existência, da mendiga que queria tornar-se doméstica e da outra que desafiava o modo de viver da sociedade, não significa ter ouvido todas as falas das mulheres do passado. Mostra apenas que todas elas falavam e, muito, mas que, como elas, sua fala era diversa. Um sem número de mulheres, um sem número de falas ...

## CONCLUSÃO

Mulheres de múltiplas facetas, aprendendo ofícios da ciência e do misticismo, invadindo intimidades, fazendo negócios a miúdo pelas ruas e estabelecimentos simples, onde atuavam com autonomia, falando sobre o trabalho, sobre o que pensavam dele e como o vivenciavam, foram as personagens resgatadas por esta pesquisa.

Donas de saberes múltiplos e diversificados, aprendidos na escola ou no dia-a-dia, em casa ou na rua, no relacionamento com os fregueses e com os patrões. Saberes que uniam mulheres e as diferenciavam no trabalho. Papéis e tarefas demonstraram múltiplas facetas de personagens múltiplas.

Um trabalho diverso do fabril, onde as mulheres eram a maioria e atuavam com autonomia e com controle do tempo e do saber, mesmo que parcial, em atividades individualizadas e pouco rotineiras. Trabalhadoras urbanas atuantes e participativas, expressando-se através dos seus ofícios, demonstrando ser donas de conhecimentos, de práticas e de negócios.

Profissionais vivendo em função de um ofício e, com ele, adquirindo o necessário para o seu sustento e aprimorando a sua própria atuação profissional. Curavam, ensinavam, faziam comícios, realizavam pequenos ofícios pelas ruas, negociavam, usavam o tempo autônomo das donas de casa e falavam sobre os direitos da mulher ou sobre um modo de vida particular.

Fora do universo da fábrica definira-se um campo profissional abrangente para a trabalhadora. Nele, atuavam mulheres anônimas, donas de uma história da qual somente se conhecem

fragmentos; seu dia-a-dia recoberto de tramas sociais; seus papéis e poderes informais; suas falas convictas ou repletas de tropeços; seus saberes individualizados que lhes permitiam controlar seu tempo e suas tarefas; e suas vivências fragmentadas, mas plenas de atuação profissional.

Profissionais da rua, do comércio, das casas, dos serviços pessoais conquistavam espaço na cidade. A imprensa periódica foi testemunha da sua presença, reconhecendo a importância crescente da atuação da mulher. Nela, encontrou-se os fragmentos do fragmento, os acontecimentos miúdos, os dados dispersos, os relatos de poucas linhas traçando a rotina de várias personagens, formando um todo que, na unidade, caracteriza-se numa pluralidade. A beleza e o encanto dessas personagens reside exatamente nisso: surpreendem sempre com novas facetas; novos estilhaços da mulher curitibana aparecem a cada instante.

O trabalho, um dos caminhos para a mulher urbana alcançar o espaço público, abrindo-se em atividades diversas, das liberais às mais humildes e informais, demonstra uma atuação insubmissa e forte. Através dele, mulheres ricas e pobres, letradas e analfabetas ganharam o estatuto de trabalhadoras.

A mulher no mercado de trabalho, conquistando a sua sobrevivência econômica, criou oportunidades de satisfazer os seus desejos profissionais veementes, incentivados pelo pensamento feminista. Nem mesmo os argumentos restritivos à sua atuação profissional impediram que ocupassem espaços.

A expansão urbana ampliou-lhes as opções e carreiras onde, tradicionalmente, os homens ainda eram a maioria ou a totalidade, que se abriram para a disputa feminina. Ser parteira, enfermeira, professora, doméstica ou dona de pequenos estabele-



cimentos comerciais não causava perplexidade aos seus contemporâneos, mas formar-se médica, advogada, engenheira ou executar o trabalho de garçõnete causava espanto e, muitas vezes, provocava censura. Entretanto, invadiram os espaços masculinos sem dar satisfações aos homens.

Na década de 40, vislumbrava-se uma aceitação crescente de atividades femininas antes repudiadas pela sociedade, como as advogadas, médicas, engenheiras e garçõnetes. Entretanto, a caminhada pela busca da igualdade ainda era longa, mas já estavam na estrada.

Seja com um saber empírico, transmitido oralmente de maneira autônoma, ou com um saber elaborado cientificamente, transmitido nas instituições de ensino as trabalhadoras conseguiam conciliar família e trabalho. Com um pé no público e outro no privado, professoras, ambulantes, parteiras e domésticas executavam uma árdua dupla jornada de trabalho; e as sortistas, benzedeadas e donas de estabelecimentos comerciais traziam o seu ofício para dentro de casa.

Um conflito entre o público e o privado, estabelecido a partir da atuação da mulher no trabalho e no lar, alterava a divisão sexual das tarefas e estabelecia uma luta por espaços entre homens e mulheres, bem como acentuava as reivindicações trabalhistas femininas.

A riqueza das vivências femininas não fora tudo. Suas falas superaram a protagonista silenciosa, deixando uma marca na defesa do feminismo e do trabalho da mulher, pedindo a sua volta ao lar, executando seu trabalho com a ardente convicção da liberdade, pensando nele como uma maneira de mudar de vida ou repudiando-o totalmente. Ou ainda, falando de uma mulher

que, apesar de descrita como o tipo ideal, apresentava várias faces, de acordo com os olhos de quem a olhava e se recompunha a partir do relato sobre suas trabalhadoras.

A imprensa relatando a vida das domésticas, garçonetes, leiteiras, advogadas e professoras elucidou parte de uma época, de uma cidade e dos seus moradores. Falas preciosas revelaram a posição social de suas autoras, sua preocupação com a escrita e a multiplicidade de opiniões sobre o trabalho.

E se os modelos sexuais tradicionais reforçavam a imagem da mulher no lar, ela continuou trabalhando, integrando a profissional e a mãe. Ocupou um espaço de conflito, buscou conciliar trabalho e lar, utilizou-se de pequenas portas deixadas entreabertas para mostrar que os empecilhos que lhe foram impostos não eram suficientes para impedi-la de atuar como trabalhadora.

O encontro com as trabalhadoras versadas nos seus ofícios elucidou a longa caminhada de uma atuação profissional; demonstrou a ação insubmissa e corajosa das curitibanas; trouxe à tona as fainas ocultas e conhecimentos negligenciados; nomeou determinados misteres que necessitavam de certos saberes; relatou vivências e falas arredias; apresentou as mulheres do passado à discussão historiográfica recente; apontou questões referentes ao trabalho da mulher e ao gênero. Entretanto, muito ainda está esquecido entre o amarelado das páginas dos periódicos, requerendo estudos e pesquisas para desvendar essas mulheres por inteiro.

As vivências e falas femininas preencheram as colunas dos jornais, apresentando uma faceta viva e fragmentada dessas trabalhadoras. Todas elas, as médicas e as mendigas; as erudi-

tas e as analfabetas; as que encarnavam o ideal de mulher proposto e as que eram o seu reverso; as que faziam uma opção pelo trabalho e as que queriam distância dele ou o condenavam revelaram a face da mulher trabalhadora. Nessa variedade de situações e posições configuram-se as mulheres no plural, já que o singular não foi feito para elas.

Esta pesquisa buscou e encontrou as personagens femininas anônimas; as práticas, tramas e conflitos sociais que enredavam as mulheres; os discursos insistentes sobre as mesmas; as imagens escondidas por trás das palavras veladas; os poderes informais e múltiplos das trabalhadoras; a sua vivência do dia-a-dia; o seu trabalho benquisto ou censurado; ou seja, encontrou as mulheres na história e não fora dela.

Essa é uma história vivida por mulheres. Suas protagonistas não foram nem vítimas, nem heroínas permanentes da cena social, nem encarnaram a "mulher ideal" e nem somente o seu avesso. Saídas das páginas dos periódicos da época, emergiram numa diversidade de papéis, vivências, experiências e falas, demonstrando toda a sua riqueza caleidoscópica.

FONTES

- 01 A ESCOLA. Curitiba, v.1, n.1 e 2, maio, jun. 1921.
- 02 ALBUQUERQUE, Mario M. Curitiba que o meu tempo guardou. História. Curitiba : Gráfica Editora Ltda., 1989. 177p.
- 03 ASCOLI, Haroldo R. Terras de Promissão no Sul do Brasil. Rio de Janeiro : Jornal do Comercio Rodrigues & Cia., 1950. 131p.
- 04 A ÚLTIMA verdureira solitária: Dona Hermínia, sua carrocinha e seu cavalo. Panorama, Curitiba, v.35, n.349. p.4-5, jul. 1985.
- 05 AZEVEDO, Odilon. Hynno a Curityba. Ilustração paranaense, Curitiba, v.2, n.3, mar. 1928. (não paginado).
- 06 BISCAIA, Evaristo. Coisas da cidade. Crônicas. Curitiba : Requião, 1951. 163p.
- 07 CARNEIRO, Raul. A mulher, a arte e a sciencia. [Curitiba] : Imprensa Paranaense, 1919. 15p.
- 08 COELHO, Mariana. Evolução do feminismo. Subsídios para a sua história. Rio de Janeiro : Imprensa Moderna, 1933. 611p.
- 09 \_\_\_\_\_. O Paraná Mental. Curityba, Paranaguá, Ponta Grossa : Typ. Livraria Economica de Annibal Rocha e Cia., 1908. 143p.
- 10 COMNINOS, Constantino. Contribuição para a análise das possibilidades industriais na Região de Curitiba. Mão-de-obra. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE CURITIBA, 1. Curitiba, 20-26 de mar. de 1966. 18p.
- 11 CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. Filial do Paraná. Histórico da Cruz Vermelha. Filial do Paraná. Curityba : Gráfica Vicentina, 1982. 71p.
- 12 DALLEGRAVE, Angelo. Missão Sublime. A Cruzada, Curitiba, v.1, n.8, p.145, out. 1926.
- 13 DIARIO DA TARDE. Curitiba, v.22, 24, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39; 1920, 1923, 1927, 1929, 1931, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937.
- 14 GAZETA DO POVO. Curitiba, v.6-29; 1925-1947.
- 15 GELBECK, José. As novas professoras de 1940. Zilda Perrone. Granfina, Curitiba, v.1, n.16, dez. 1940. (não paginado).

- 16 GOMES, Raul. Missão e não profissão. Curitiba : Empreza Graphica Paranaense, 1928, 183p.
- 17 GUÉRIOS, Francisco. Aleitamento. Curitiba : [s.n.], 1922. These. (Faculdade de Medicina do Paraná). 80p.
- 18 IBGE. Conselho Nacional de Estatística. VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950. Serviço Nacional de Recenseamento do Estado do Paraná. Censos Industrial, Comercial e dos Serviços. Separata do volume XXVI. [S.1.], IBGE, 1950.
- 19 IBGE. Departamento Estadual de Estatística. Estado do Paraná. Sinopse Estatística do Município de Curitiba, 1950. [S.1.:s.n.]. 265p.
- 20 JÚNIOR, Léo. Curitiba. Boletim da Prefeitura Municipal de Curitiba, v.2, n.8, p.39, mar.-abr. 1943.
- 21 LACERDA, Dirceu. Higiene doméstica. Revista Médica do Paraná, Curitiba, v.6, n.9, p.325-365, set. 1937.
- 22 L.B.A. Comissão do Estado do Paraná. Relatório. Apresentado à Presidente da Comissão Central pela Presidente da Comissão do Estado do Paraná, 1944. [Curitiba]: [s.n.], 1944. 162p.
- 23 LOPES, Adélia M. Enedina, primeira engenheira do Paraná. Panorama, Curitiba, v.31, n.310. p.6-8, nov. 1981.
- 24 MACEDO, Rafael V. G. de. Cada um cai do bonde como pode. (Tipos populares de Curitiba). Curitiba : Edições Paiol, 1975.
- 25 MACIEL FILHO, Érico. O divórcio. Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo : Guaíra, 1946.
- 26 MARCASSA, João. Curitiba essa velha desconhecida. Curitiba : REFRIPAR, 1989. 224p.
- 27 MURICY, Andrade. Volta à cidade adolescente. Ilustração Paranaense, Curityba, v.2, n.2, fev. 1928. (não paginado)
- 28 NEGREIRO, Campos. Curitiba. Boletim da Prefeitura Municipal de Curitiba, v.2, n.8, p.61, mar.-abr. 1943.
- 29 NICOLAS, Maria. Porque me orgulho de minha gente .... Leitura suplementar, 2º ano. Curitiba : Editores França e Cia., 1936. 146p.
- 30 \_\_\_\_\_. Pioneiras do Brasil. Estado do Paraná. Curitiba, [s.n.], 1977. 321p.
- 31 \_\_\_\_\_. Vultos paranaenses, 1. Curitiba : [s.n.], 1948. 166p.
- 32 \_\_\_\_\_. Vultos paranaenses, 4. Imprensa Paranaense, 1966. 75p.

- 33 NICOLAS, Maria. Almas das ruas. Cidade de Curitiba, 1. Curitiba : [s.n.], 1969. 327p.
- 34 \_\_\_\_\_. Almas das ruas. Cidade de Curitiba, 2. Curitiba : Editora Litero-Técnica, 1974. 377p.
- 35 \_\_\_\_\_. Almas das ruas. Cidade de Curitiba, 3. Curitiba : Fundação Cultural, Casa Romário Martins, 1981. 176p.
- 36 \_\_\_\_\_. Almas das ruas. Cidade de Curitiba, 4. Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, [198\_]. 103p.
- 37 \_\_\_\_\_. Cem anos de vida parlamentar. Curitiba, [s.n.], 1954. 543p.
- 38 \_\_\_\_\_. O Paraná de antanho. Resumo histórico. Curitiba, [s.n.], 1964. 50p.
- 39 \_\_\_\_\_. Páginas curitibanas, 1. Curitiba, [s.n.], 1973. 95p.
- 40 O DIA. Curitiba, v.12, 13; 1934, 1935.
- 41 PARANÁ. Faculdade de Medicina. Relatório. Apresentado pelo Dr. Victor F. do Amaral. Director da Faculdade de Medicina do Paraná, em sessão da Congregação, 1921, 1922, 1925, 1929, 1931, 1932, 1933, 1934, 1936, 1937, 1939, 1940, 1941, 1943, 1944, 1945, 1946. Curitiba.
- 42 PARANÁ. Secretaria Geral do Estado. Relatório, 1925-1926. Apresentado ao Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, pelo Dr. Alcidez Munhoz, referente ao exercício financeiro de 1925-1926. Curitiba : Livraria Mundial França & Cia., 1926. 910p.
- 43 PARANÁ. Mensagem. Apresentada pelo Governador Manoel Ribas aos legisladores do Paraná, em 1º de setembro de 1936. Curitiba : Empresa Gráfica Paranaense, 1936. 117p.
- 44 PARANÁ. Decreto nº 6.155 e Regulamento Sanitário. Diário Oficial do Estado, Curitiba, edição extraordinária, 1938. 246p.
- 45 PARANÁ. Faculdade de Medicina. Comemoração do 10º ano de formatura dos médicos de 1929. Curitiba : Tipografia João Haupt & Cia., 1939. 12p.
- 46 PEREIRA, Manoel. Perfis da turma. Bacharéis de 1941. Versos Humorísticos. Curitiba : Requião, 1956. 62p.
- 47 \_\_\_\_\_. Éramos 55. Jubileu de Prata. Bacharéis de 1941. Curitiba : [s.n.], 1966. 101p.
- 48 PERNETA, César. Alimentação do lactente sadio. São Paulo : Empresa Gráfica dos Tribunais, 1939. 122p.
- 49 PILLOTO, Osvaldo. Cem anos de Imprensa no Paraná. (1854-1954). Curitiba : Edição do IHGEP, 1976. 74p.

- 50 PREGÕES de Curityba. A cruzada. Curitiba, v.9, n.3 e 4, p.102-112, mar.-abr. 1934.
- 51 RODRIGUES, Agostinho J. O Paraná na FEB. Documentário. Curitiba : Imprensa Oficial, 1954. 243p.
- 52 SANTOS, Amilcar S. dos. Na terra dos pinheiros. Quatro vês em terras paranaenses. Curitiba : Mundial, 1944.
- 53 SECUNDINO, Ilnah Pacheco. A mulher e o divórcio. Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro : Guaíra, 1941. 123p.
- 54 \_\_\_\_\_. Conferência: pronunciada na sessão solene de fundação do Centro Paranaense de Cultura Feminina, em 5 de dezembro de 1933. Curityba : [s.n.] 1933. 8p.
- 55 \_\_\_\_\_. Vozes da cidade. Curitiba : Livraria Mundial, 1937. (não paginado).
- 56 TABORDA, Ary. Alguns aspectos da fiscalização do leite em Curityba. Revista Médica do Paraná, Curitiba, v.5, n.6, p.207-205, jun. 1936.
- 57 WESTPHALEN, Cecília M. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, 50 anos. Curitiba : SBPH-Pr, 1988. 164p.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 01 AGUIAR, Neuma. (org.) Mulheres na força de trabalho na América Latina. Petrópolis : Vozes, 1984. 284p.
- 02 ALMEIDA, Angela. Pensando a família no Brasil. Da colônia à modernidade. Rio de Janeiro : Espaço e Tempo: UFRJ, 1987. 136p.
- 03 ALVES, Branca M. e PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo : Brasiliense, Abril Cultural, 1985. 77p.
- 04 APPLE, Michael. Ensino e trabalho feminino: Uma análise comparativa de História e Ideologia. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.64, p.14-23, fev. 1988.
- 05 BARROSO, Carmem; COSTA, Albertina. Mulher, mulheres. São Paulo : Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1983. 135p.
- 06 BARROSO, Carmem. Mulher, sociedade e Estado no Brasil. São Paulo : UNICEF, Brasiliense, 1982. 190p.
- 07 BERNARDES, Maria. Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo : T. A. Queiroz, 1988. 214p.
- 08 BLAY, Eva. Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista. São Paulo : Ática, 1978. 294p.
- 09 BRUSCHINI, Cristina. Mulher, casa e família. Cotidiano nas camadas médias paulistas. São Paulo : Vertice, -Ed. Rev. dos Tribunais, 1990. 222p.
- 10 BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG, Flúvia. Vivência: história, sexualidade e imagens femininas. São Paulo : Brasiliense, 1980. 288p.
- 11 BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n.64, p.4-13, fev. 1988.
- 12 BURKE, Peter. A escola dos Annales. 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo : Editora Universidade Estadual Paulista, 1991. 154p.
- 13 \_\_\_\_\_. (org.) A escrita da história. Novas Perspectivas. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. 354p.
- 14 CARVALHO, Nancy V. de. (org.) A Condição feminina. São Paulo : Vertice, Ed. Rev. dos Tribunais, 1988. 183p.



- 15 CHARTIER, Roger. A história cultural. Entre práticas e representações. São Paulo : Bertrand Brasil, 1988. 244p.
- 16 CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro : Zahar, v.4, p.25-62, 1985.
- 17 COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina. Rebelião e Submissão. Estudos sobre a condição feminina. São Paulo : Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Fundação Carlos Chagas, 1989. 312p.
- 18 COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina. Uma contribuição impar. Os cadernos de pesquisa e a consolidação dos estudos de gênero. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n.80, p.91-99, fev. 1992.
- 19 COSTA, Albertina de O.; BARROSO, Carmem; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre a mulher no Brasil: do limbo ao gueto? Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n.54, p.5-15, ago. 1985.
- 20 CORREA, Mariza. Os crimes da paixão. São Paulo : Brasiliense, 1981. 85p.
- 21 DARTON, Robert. O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro : Graal, 1986. 363p.
- 22 DAVIS, Natalie Z. Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990. 308p.
- 23 DECCA, Edgar de. O nascimento das fábricas. São Paulo : Brasiliense, 1986. 77p.
- 24 DECCA, Maria Auxiliadora G. de. A vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. 135p.
- 25 \_\_\_\_\_. Indústria, trabalho e cotidiano no Brasil. 1890-1930. São Paulo, Atual, 1991. 95p.
- 26 DEL PRIORI, Mary. A mulher na história do Brasil. São Paulo : Contexto, 1989. 64p.
- 27 \_\_\_\_\_. Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro : José Olympio : Brasília : Edunb, 1993. 358p.
- 28 DEMARTINI, Zeila de B. F.; ANTUNES, Fátima F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. Cadernos de Pesquisa, n.86, p.5-14, ago. 1993.
- 29 DENIPOTI, Cláudio. Páginas de prazer. A sexualidade através da leitura no início do século. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) UFPr. 151p.

- 30 DIAS, Maria Odila. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo : Brasiliense, 1984. 198p.
- 31 ESTEVES, Martha de A. Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989. 212p.
- 32 FIGUEIREDO, Luciano R. de A.; MAGALDI, Ana M. B. de M. Quitandas e quitutes: um estudo sobre a rebeldia e a transgressão femininas numa sociedade colonial. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n.54, p.50-61, ago. 1985.
- 33 FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria L.; HEILBORN, Maria L. Antropologia e feminismo. Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro, Zahar, v.1, p.11-47, 1981.
- 34 GANZ, Angela L.; GANZ, Ana Maria. A "questão do leite" em Curitiba: o saber preventivo e a resistência cotidiana. (1890-1920). Curitiba, 1988. Monografia. (Bacharelado em História). UFPr. 90p.
- 35 \_\_\_\_\_. A "questão do leite" em Curitiba: o saber preventivo e a resistência cotidiana. Boletim do Departamento de História. Curitiba, v.1, n.1, p.27-46, mar. 1988.
- 36 GRAHAM, Sandra L. Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo : Cia. das Letras, 1992. 237p.
- 37 HAHNER, June. A mulher no Brasil. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978. 175p.
- 38 HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo : Martins Fontes, 1992. 317p.
- 39 KARTCHEVSKY, Andrée et al. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986. 193p.
- 40 LE GOFF, Jacques. A história nova. São Paulo : Martins Fontes, 1990. 318p.
- 41 LEITE, Mirian M. (org.) A condição feminina no Rio de Janeiro no século XIX. Antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo : HUCITEC, INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
- 42 LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas : Papyrus, 1986. 216p.
- 43 LIMA, Lana L. G. (org.) Mulheres, adúlteros e padres. História e moral na sociedade brasileira. Rio de Janeiro : Dois Pontos, 1987. 101p.
- 44 LUZ, France. O trabalho da mulher no direito brasileiro. São Paulo : LTr, 1984. 80p.

- 45 MACHADO, Maria H. A Mão de obra feminina no setor de saúde no Brasil. In: LABRA, Maria E. Mulher, saúde e sociedade no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1989. p.119-134.
- 46 MARGLIN, Stephen. Origens e funções do parcelamento de tarefas (Para que servem os padrões?). In: GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo : Martins Fontes, 1989. p.37-77.
- 47 MARTINS, Ana Paula V. "Um lar em terra estranha": a aventura da individualização feminina. A casa da estudante Universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60. Curitiba, 1992. Dissertação (Mestrado em História) UFPr. 143p.
- 48 MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro : Zahar, 1983. 272p.
- 49 MEZZOMO, Diva R. Médicos e educadores: a disciplinarização da família curitibana (1890-1930). Curitiba, 1990. Dissertação (Mestrado em História). UFPr. 113p.
- 50 OLIVEIRA, Elda R. de. O que é benzeção. São Paulo : Brasiliense, 1985. 110p.
- 51 PAOLI, Maria C. Mulheres: Lugar, imagem, movimento. Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro, Zahar, v.4, p.63-99, 1985.
- 52 PENA, Maria Valéria J. Mulheres e trabalhadoras. A presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981. 227p.
- 53 PERROT, Michelle. História da vida privada, 4. São Paulo : Cia. das Letras, 1991. 637p.
- 54 \_\_\_\_\_. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. 332p.
- 55 PIMENTEL, Silvia. A mulher e a constituinte. Uma contribuição ao debate. São Paulo : Cortez, Educ., 1985. 87p.
- 56 PROST, Antonie. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, Antonie; VICENT, Gérard. História da vida privada, 5. São Paulo : Cia. das Letras, 1992. p.13-154.
- 57 RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. 1890-1930. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985. 209p.
- 58 REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. Família e grupos de convívio. São Paulo : ANPUH, Marco Zero, v.9, n.17, set. 1988. fev. 1989. 236p.

- 59 REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. A mulher e o espaço público. São Paulo : ANPUH, Marco Zero, v.9, n.18, ago. 89/set. 89. 263p.
- 60 RIBEIRO, Luiz C. A memória do cotidiano na história do trabalho. História: Questões e Debates, Curitiba, v.8, n.14-15, p.100-115, jul./dez. 1987.
- 61 ROSEMBERG, Fluvia; BRUSCHINI, Maria C. A. A mulher e o trabalho. In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Trabalhadoras do Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1982. p.9-22.
- 62 SAES, Decio. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo : T. A. Queiroz, 1984. 235p.
- 63 SAFFIOTI, Heleith. Emprego doméstico e capitalismo. Petrópolis : Vozes, 1978.
- 64 SAMARA, Eni M. As mulheres, o poder e a família. São Paulo - século XIX. São Paulo : Marco Zero, SECSP, 1990. 194p.
- 65 SANTOS, Seline S. C. H. dos. A mulher de formação universitária em algumas empresas estatais. In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Trabalhadoras do Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1982. p.23-66.
- 66 SACAVONE, Lucila. As múltiplas faces da maternidade. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n.54, p.37-49, ago. 1985.
- 67 SCHVINGER, Amaryllis; PRADO, Danda; CASTRO, Jacqueline. Secretária: uma ambiguidade em feitiço de profissão. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.54, p.85-97, ago. 1985.
- 68 SINGER, Paul. O emprego no setor autônomo. In: \_\_\_\_\_. Economia política do trabalho. São Paulo : HUCITEC, 1977. p.79-85.
- 69 SILVA, Zélia R. A domesticação dos trabalhadores nos anos 30. São Paulo : Marco Zero, 1990. 151p.
- 70 TABAK, Fany. Autoritarismo e participação política da mulher. Rio de Janeiro : Graal, 1983. 171p.
- 71 TENFELDE, Klaus. A história das empregadas domésticas: aspectos estruturais nos séculos XIX e XX. História: Questões e Debates. Curitiba, v.7, n.12, p.3-40, jun. 1986.
- 72 THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo Industrial. In: GRACIO, Sérgio; MIRANDA, Sacuntala; STOER, Stephen. Sociologia da Educação I. Antologia, funções da escola e reprodução social. Livros Horizontes, 1982. p.107-158.

- 73 \_\_\_\_\_ . La economia moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: \_\_\_\_\_ . Tradicion, revuelta y consciencia de clase. Barcelona : Ed. Crítica, 1984. p.62-134.
- 74 TRINDADE, Etelvina M. de C. Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República. História: Questões e Debates. Curitiba, v.11, n.20/21, p.17-35, jun. dez. 1990.
- 75 \_\_\_\_\_ . Curitiba; 1900 e o mito da mulher submissa. In: REUNIÃO [DA] SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 10, 1991, Curitiba. Anais ... Curitiba: SBPH, 1991. p.265-267.
- 76 \_\_\_\_\_ . Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República. São Paulo, 1992. Tese. (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP. 311p.
- 77 \_\_\_\_\_ . Ana Paula Martins e "Um lar em terra estranha". História: Questões e Debates. Curitiba, v.12, n.22/23, p.264-268, jun. dez. 1991.
- 78 TUCHMAN, Bárbara. A prática da História. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1991. 227p.
- 79 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. Normas para apresentação de trabalhos. Curitiba : Ed. da UFPr : Governo do Estado do Paraná, 1992. 8v.
- 80 VAINFAS, Ronaldo (org.) História e sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro : Graal, 1986. 212p.
- 81 ZELDIN, Theodoro. História pessoal e histórica das emoções. História: Questões e Debates, Curitiba, v.12, n.30-44, jun. dez. 1991.